

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

Projetos Agrícolas, Economia Indígena e Assistência
Técnica: da Assimilação à Política de Ater Indígena
e Participação

Miguel Jordão

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PROJETOS AGRÍCOLAS, ECONOMIA INDÍGENA E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA: DA ASSIMILAÇÃO À POLÍTICA DE ATER INDÍGENA E
PARTICIPAÇÃO**

MIGUEL JORDÃO

Sob a Orientação do Professor Doutor
Andrey Cordeiro Ferreira

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Rio de Janeiro, RJ
Abril de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

MIGUEL JORDÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Andrey Cordeiro Ferreira, Dr. CPDA, UFRRJ
(Orientador)

Claudia Job Schmitt, Dr^a. CPDA, UFRRJ

João Pacheco de Oliveira Filho, Dr. MN, UFRJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

A Deus, Todo Poderoso, por ter me dado força e inteligência para superar todas as etapas para a conclusão deste trabalho.

A minha esposa Elineia e minha filha Ethyene.

Aos meus pais, Eugenio Jordão e Davina Gonçalves, pelas orações e apoio.

Aos meus irmãos e irmãs, pessoas que me amam e sempre torcem bastante para que meu êxito possa ser alcançado.

Aos meus familiares de maneira geral: tios, tias, cunhados, cunhadas, sobrinhas, sobrinhos.

Ao meu sogro Mauro, e sogra Zely, pelas preciosas informações que me foram prestadas.

Ao professor Jonas, da Aldeia Ipegue, cuja experiência como professor e morador de aldeia indígena, trouxe uma enorme contribuição ao meu trabalho.

Aos moradores indígenas da Aldeia Bananal, Ipegue, Imbirussu, Água Branca, Lagoinha, Morrinho e Colônia Nova.

**Bem aventurado o homem que tem sabedoria e
adquire sabedoria.**

Provérbios.

3;13

AGRADECIMENTOS

Que difícil iniciar estes agradecimentos, foram tantas as pessoas que contribuíram para que este trabalho se concluísse.

Então, dedico primeiramente a Deus, por ter me dado forças e inteligência para vencer e assim poder compartilhar mais esta vitória.

Aos meus queridos e amados pais, Eugenio Jordão e Davina Gonçalves, pelos seus ensinamentos e costumes que me repassaram quando eu era ainda criança na aldeia, ensinando-me a valorizar o estudo e tudo que temos, e que, com o decorrer dos anos, passei a compreender melhor e a valorizar esses conhecimentos e valores repassados por eles, assim como a sua herança cultural. Entendo que tudo isso voltou-se para meu próprio bem e, principalmente, para meu desenvolvimento intelectual e cultural. Sei que os mesmos sofreram muito quando saí da minha querida Aldeia Bananal e fui estudar em uma cidade grande, com pessoas, costumes e ambientes diferentes, aos quais tive que me adaptar. A saudade da família e dos amigos era imensa, pois não podia mais vê-los todos os finais de semana. Assim, retribuo meu obrigado pelas suas orações e compreensão pelas minhas ausências

Quero agradecer aqui aos meus queridos irmãos e irmãs, que sempre estiveram presentes comigo no cotidiano através de seus telefonemas e de suas orações em monção de apoio e incentivo aos meus estudos, pois sabiam que a vivência na cidade grande é difícil, já pois sempre havia convivido na aldeia e próximo aos meus familiares.

A minha esposa e grande companheira, Elinéia e a minha filha Ethieny Vitória, lembrando que, quando me desloquei à cidade do Rio de Janeiro para me preparar para a seleção de mestrado, a minha pequenina filha tinha apenas 06 meses, e, assim, infelizmente, não pude acompanhar o seu desenvolvimento quando ainda era bebê, mas sempre se fizeram presentes no cotidiano através de suas orações, telefonemas e e-mails.

Agradeço à Fundação Ford, representada aqui no Brasil pela Fundação Carlos Chagas, pelo suporte financeiro que me foi ofertado durante meu estudo.

Quero aqui estender meu agradecimento ao Professor Dr. Canrobert Penn Costa Neto, pelo início da orientação deste trabalho, e também por me receber como tutor quando iniciei minhas atividades no mestrado.

Dedico meu agradecimento particular ao meu orientador, Professor Dr. Andrey Cordeiro Ferreira, pelos conselhos e orientações que me fortaleceram durante esta caminhada.

Ao povo indígena da minha aldeia, a Aldeia Bananal, em especial aos que me concederam entrevista para a realização deste trabalho, registrando que, durante a minha pesquisa de campo, ocorreram dois momentos marcantes para a aldeia: o primeiro foi a realização, em 26 de outubro de 2011, da primeira eleição para a escolha de diretores das escolas municipais da Terra Indígena Taunay/Ipegue; o segundo momento foi em 18 de dezembro, do mesmo ano quando aconteceu a eleição para a escolha do novo cacique da aldeia, com comando de 04 anos, contando-se a partir de 01 de janeiro de 2012.

Agradeço também aos coordenadores do CPDA, o atual e o seu antecessor, John Wilkinson e John Commeford respectivamente, pelos conselhos e apoio dado a minha pessoa: digo a vocês, hoje, o meu muito obrigado pela gentileza com que sempre me trataram.

Aos professores do CPDA, que muito contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual com seus preciosos ensinamentos. Em especial, ao professor Canrobert pela sua dedicação em contribuir muito com a minha pessoa.

Ao pessoal da secretaria, Henrique e Teresa, bem como aos funcionários da Biblioteca, meu sincero agradecimento por ter facilitado em todas as ocasiões o cumprimento de minhas tarefas.

Minha gratidão à Simone, da AGRAER da cidade de Aquidauana/MS, e ao Benedito, do escritório do Iagro de Aquidauana/MS, que não se omitiram em fornecer material e informações que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Aos funcionários da FUNAI, Coordenação Regional de Campo Grande/MS, na pessoa de Alexandre, ao engenheiro agrônomo Lude, ao ex-Coordenador Regional Edson Fagundes, digo também o meu muito obrigado pela liberdade que me deram para que eu pudesse localizar arquivos que foram importantes para a complementação desta dissertação.

Aos meus colegas e amigos que fiz durante meu tempo de estudo no CPDA, Lea, Clarisse, Bruno, Luís, Bernardo, Bianca, Mario, Ivana, o meu muito obrigado pela força e incentivo dado a mim.

Finalmente a todos os demais que, de uma forma mais indireta, se fizeram presente em meu cotidiano.

RESUMO

JORDÃO, Miguel. **Projetos Agrícolas, Economia Indígena e Assistência Técnica: da Assimilação à política de ATER Indígena e participação.** 2014. 151 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A presente dissertação analisa projetos agrícolas desenvolvidos nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, a partir de um olhar crítico sobre a tensão que ocorre na participação e assimilação dos indígenas da etnia Terena. A pesquisa, realizada no município de Aquidauana em Mato Grosso do Sul, expõe a forma de atuação da política pública de ATER que tem se manifestado em várias esferas governamentais: Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal, via MDA e FUNAI, onde através da atuação dessas políticas é possível detectar várias incógnitas nas formas de atuação dessas esferas nos últimos anos. Compreender a questão indígena, sobretudo seu modo tradicional de produção agrícola, sempre foi tarefa difícil e complicada, principalmente para os órgãos governamentais construtores das Políticas Públicas. O principal fator de convergência entre a formulação dessas políticas está no modo como elas foram feitas antes da lei de ATER nº 10.118, de Janeiro de 2010, pois as mesmas não visavam o respeito à tradição, a cultura diferenciada de cada povo indígena, os agricultores indígenas eram englobados na categoria de agricultores familiares, sendo que esta não tem nenhuma semelhança com a agricultura indígena, pois a agricultura familiar foca sua produção para o abastecimento de mercado, enquanto que, na agricultura indígena, sua produção é focada para sua própria sustentabilidade. A temática de ATER Indígena é muito promissora, pois apresenta desafios de romper com o paradigma da política agrícola extensionista de caráter difusionista e assim delinear ideias e concepções a partir de certo modo de vida e costumes indígena, respeitando o senso comum a partir de cada povo. Neste sentido, o estudo tem como base analítica as trajetórias da política de ATER Indígena a partir de sua incorporação nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, onde as famílias indígenas desenvolvem dois tipos de atividades principais: a pecuária e a agricultura. Uma terceira, também expressiva, é o trabalho de indígenas nas usinas de álcool do Estado. Assim, esta pesquisa nasce não só da experiência do autor, de quem vivencia um trabalho de caráter político e ideológico e que tem motivado o surgimento da política pública de ATER Indígena, mas também do diálogo travado com os povos indígenas, e ainda de estudos e reflexões de autores e estudiosos sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Índios Terena, ATER Indígena, Extensão Rural, Políticas Públicas

ABSTRACT

JORDÃO, Miguel. **Agriculture Projects, Indigenous Economy and Technical Assistance: from the Assimilation to the Indigenous ATER (Technical Assistance and Rural Extension) policy and participation.** Master Degree's Dissertation in Social Science. Institute of Humanities and Social Sciences, Postgraduate Program of Social Science in Development, Agriculture and Society. Federal Rural University of Rio de Janeiro, 2014, 151 p.

This dissertation analyzes agriculture projects developed in the Indigenous Land Taunay/Ipegue's villages, since a critical look over the tension that occurs in the Terena Indians' participation and assimilation. The survey, done in Aquidauana's region, in Mato Grosso do Sul state, exposes the modus operandi of ATER public policy which has manifested itself in several spheres of government, Local, State and Federal Government, by Agrarian Development Ministry (MDA) and Indigenous' National Foundation (FUNAI), where by performance of these policies is possible to detect several unknowns in the performance ways in these spheres in recent years. Understanding the indigenous issue, especially its traditional form of agriculture production has always been difficult and complicated task, especially for government agencies builders of Public Policy. The main factor of convergence between the formulation of these policies is in the way they were made before the ATER law number 10118, of January 2010, because them do not look for the respect of tradition, the distinctive culture of the indigenous people, the husbandman Indians were lumped into the category of family farmers, and this has no resemblance to the indigenous agriculture, because the family farming focuses its production to the market supply, while in indigenous agriculture, its production is focused to its own sustainability. The theme of Indigenous ATER is very promising because it presents challenges to break with the paradigm of agriculture extension policy diffusionist character and thus outline ideas and concepts from a way of life and indigenous customs, respecting the common sense from every people. In this sense, this study has as analytical basis the trajectories of Indigenous ATER policy from its incorporation in the villages of Indigenous Taunay / Ipegue, where indigenous families develop two types of main activities: livestock and agriculture. A third, also significant, is the indigenous' work in the factories alcohol. Thus, this research comes not only from the author's experience of those who experience a political and ideological work and that has motivated the emergence of public policy of Indigenous ATER, but also of the dialogue with indigenous peoples, and yet studies and reflections of authors and scholars on the subject.

KEYWORDS: Terena Indians, Indigenous ATER, Rural Extension, Public Policy

TRADUÇÃO NA LINGUA INDÍGENA TERENA

Pora yutoíti kaeye ponovó, kixoakumo iyónea ra ituketi, kixuaku komómoyeovo Ra pokê'éxa kopénoti, ya ukeati itasão tuku koeti varákakoe (Taunay/Ipegue). Motovati nóxeakono yoko iyuseyea ra Térenoe. Usotine ra yutoiti (pesquisa), ya kuveu pitívoko óvoti ya Mato Grossoke, ípiho kixóvoku urukeovo ya kuáhati política pública, kuane ako tôpi kixoáku motovâti iyúsea xapakuke payasotihiko. Konokoáti éxea ra kixóvoku kopenoti kutiati kixovoku itúkeovo, yoko kixoku, íkoitukexea poke'éxa. Ukeati inâ ihôno ne S.P.I. ya isoneuke'e ne purutuyea koyônoti kopenoti, kuane omâti kurívokoxeovo akoti itukapu kopenotihiko. Pora kopenoti yanê'e itukovo itópoti yonea tumúne payaíyea mBarâsi. Ápe pôí lêi kuahati ATER nº 10.188 de njaneiru íhoninoke, motovoatine exea koekuhiko ne kopénoti kixovokú yoko kixoku itukeovo, yokô'o akôati exina isóneu koeku ne kopenotihiko enone íhonino ra lei.

PALAVRA-CHAVE: Kopenotihiko Térenoe, Kixoku komóyevo itukéti ya meun, Yhíkaxoatin tûru yoko hunokuya mêum, Ihikáxoati ya pulitikake kuáhati pública.

GLOSSÁRIO DE PALAVRAS NA LÍNGUA TERENA¹

Ahará – enxada

Chapaú – Mamão

Chopilocoti – Foice

Chupu - Mandioca

Ilome’i – Bastão de Madeira

Kamé – Aboborá

Kareoke – Feijão miúdo

Kavâne – Roça

Koe’é – Batata

Naranga – Laranja

Panana – Banana

Poké’e – Terra

Ramokó - Farinha de mandioca

Soporó – Milho

Takure’i – Cana-de-açúcar

Taratú – Trator

¹ Dentre as aldeias 07 aldeias existentes na T.I Taunay/Ipegue apenas 05 falam a língua Terena de maneira fluente, as outras 02 Colônia Nova e Ipegue apenas os mais idosos falam fluentemente o idioma.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	24
Mapa 2 Localização da cidade de Aquidauana/MS.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Trem no distrito de Taunay	38
Figura 2. Feira indígena da cidade de Aquidauana- Mulheres indígenas da Aldeia Limão Verde.....	42
Figura 3. Feira dos Índios da cidade de Campo Grande	43
Figura 4. Escola na Aldeia Bananal.....	51
Figura 5. Indígenas e engenho de cana.....	51
Figura 6. Indígenas e engenho de cana e casa para confeccionar rapadura e melado.....	52
Figura 7. Posto Indígena da Aldeia Bananal	53
Figura 8. Escola General Rondon Aldeia Bananal	53
Figura 9. Casa tradicional feita de adobe e palha de bacuri, Aldeia Bananal/Jaraguá	55
Figura 10. Casa de alvenaria construída pelo Governo Federal e Estadual – Aldeia Bananal	56
Figura 11. Energia elétrica na aldeia Bananal	56
Figura 12. Placa do Programa Luz para Todos.....	56
Figura 13. Professores indígenas durante a reunião para a constituição da organização de professores indígenas da Terra Indígena Taunay/Ipegue	59
Figura 14. Sistema de coivara	63
Figura 15. Pecuaristas indígenas na lida do gado nos dias atuais	70
Figura 16. Espigas de milho sobre o fogão de lenha.....	76
Figura 17. Cultura de maxixe	103
Figura 18. Cultura de feijão miúdo ou feijão de corda.....	104
Figura 19. Agricultor indígena e cultura de feijão miúdo	104
Figura 20. Ofício nº 003/83, respeitando-se a forma original em que foi redigido.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População autodeclarada indígena, da participação relativa no total da população do estado e total da população autodeclarada indígena no País, segundo as Unidades da Federação - 2010	30
Tabela 2. População total e indígena nos municípios de Mato Grosso do Sul	31
Tabela 3. Indígenas na Zona Rural e Urbana em nível de realidade nacional.....	34
Tabela 4. Número de tratores nas propriedades rurais.....	46
Tabela 5. Escolas existentes nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue.....	57
Tabela 6. Produção agrícola da safra 1980 das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue....	108
Tabela 7. Decretos presidências do ano de 1991.....	117
Tabela 8. Distribuição de óleo diesel por aldeia da Terra indígena Taunay/Ipegue.....	133
Tabela 9. Relação dos Kits – Horta distribuídos para as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	133
Tabela 10. Relação dos Kits- pomares distribuídos para as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	134
Tabela 11. Distribuição das patrulhas agrícolas por município	134
Tabela 12. Relação das sementes distribuídas para as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	135

LISTA DE ABREVIACÕES

A.I.A - American Internacional Association

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural

AEGRE - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

AITMA – Associação Indígena Terena do Município de Aquidauana

AMAI – Associação dos Moradores da Aldeia Ipegue

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo

ARPINSUDESTE – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste

ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

ARPIPAN - Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BAP – Bacia do Alto Paraguai

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNPI - Comissão Nacional de Políticas Indígenas

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

DAF – Diretoria de Assuntos Fundiários

DAP – Documento de Acesso ao Pronaf

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DR – Delegacia Regional da FUNAI

EMATER - Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPAER – Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNS - Fundação Nacional de Saúde

FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GT – Grupo de Trabalho

IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ISA – Instituto Socioambiental

MAIC – Ministério da Agricultura Indústria e Comércio

MAPA – Ministério de Agricultura Pesca e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos

NOB – Noroeste do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PIN - Posto Indígena

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPA - Plano Plurianual

PPIGRE - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RANI – Registro Administrativo de Nascimento de Índio

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SAP – Seção de Atividades Produtivas

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SOA - Serviço de Orientação e Assistência

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SUS – Sistema Único de Saúde

T.I – Terra Indígena

UEMS – Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

Introdução	16
1. Tema e Relevância	16
2. Justificativa	21
3. Campo de Pesquisa	24
Capítulo I – A População Indígena e os Dados do IBGE	28
1.1. Contextualização Geral	28
1.2. Considerações sobre os dados e a política de ATER	35
1.3. A Cidade de Aquidauana	36
1.4. Os índios Terena e Município de Aquidauana	39
1.5. A Agricultura Indígena e as mudanças tecnológicas	45
Capítulo II – A Condição Atual da Agricultura Indígena de Taunay/Ipegue	48
2.1. Configuração Territorial	48
2.2. Educação nas aldeias	57
2.3. Agricultura nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	60
2.4. Criação das Associações Indígenas	65
2.5. Divisão das áreas Agrícola e Pecuária	68
2.6. Demandas de Assistência Técnica na Terra Indígena Taunay/Ipegue	73
Capítulo III – Como Foram Historicamente Executadas As Políticas Públicas Para Indígenas Terena	87
3.1. O Serviço de Proteção Indígena e os Terena	88
3.2. A História Terena	93
3.3. A Renda Indígena, os Índios e a Revolução Verde	96
Capítulo IV – Políticas Públicas, Economia Indígena e Assistência Técnica Hoje	107
4.1. A emergência da “participação” e os índios	112
4.2. As políticas de ATER e as populações indígenas	114
4.3. As leis que garantem a ATER Indígena	117
4.4. Principais meios de consulta e participação das comunidades indígenas	126
4.5. Investimento da Coordenação Regional da FUNAI de Campo Grande/MS nas aldeias indígenas sob sua jurisdição e o Programa Aldeia Produtiva do Governo do Estado de MS	132
4.6. Os indígenas e as Contradições da sua Participação	137
Considerações Finais	142
Referências Bibliográficas	146

Introdução

1. Tema e Relevância

A década de 90 foi marcada pelo surgimento de várias políticas públicas, implantadas pelo governo em forma de programas que visam atender, em caráter geral, os povos indígenas. Porém, este trabalho tem como foco central destacar as políticas públicas relacionadas à área da agricultura especificamente desenvolvida na Terra Indígena Taunay/Ipegue que já foram executados, e outros que foram apenas divulgados entre os indígenas, dentre os quais podemos destacar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Carteira Indígena, esta ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Aquisição da Merenda Escolar (PNAE), Bolsa Família, programa Luz para Todos, Editais de chamadas de ATER, projetos de etnodesenvolvimento implantados pelo governo federal por intermédio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Governo do Estado através da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). É importante frisar que, a partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, de caráter social, ganharam maior visibilidade, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Desta forma, foram implantados vários mecanismos de consulta aos povos indígenas que contribuem para delinear uma política pública de acordo com a realidade local de cada povo indígena, já que até então o que havia era uma política criada de cima para baixo, com variedades de métodos de atuação, com orientações e conteúdos diversificados que não atendiam a especificidade da agricultura indígena. Fica evidente que a divergência e assimilação dessas políticas de ATER em décadas anteriores, em meio aos povos indígenas, se deram principalmente pela centralidade e imposição do Estado brasileiro em desenvolver ações que não levavam em consideração a peculiaridade de cada etnia indígena, assim como não havia o protagonismo indígena na implementação das ações desses projetos.

Neste sentido, o S.P.I., como tutor da população indígena entre 1910 e 1967, tinha o papel de representá-la, promover sua defesa enquanto órgão oficial, promover a garantia da terra indígena, manter a organização social do grupo e não fazer usos de métodos repressivos para a sua integração; deste modo, a forma de intervenção do governo seria através da instalação dos Postos Indígenas diretamente nas aldeias, as quais, através dos chefes de

Postos, passariam a introduzir novas técnicas de produção e também novas espécies de plantas até então desconhecidas pelos indígenas. Assim, as ações indigenistas do S.P.I. e, posteriormente, FUNAI, relacionadas à agricultura, desenvolviam projetos econômicos em postos indígenas (como o de Taunay/Ipegue) com objetivo geral de promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades indígenas mediante o incremento das atividades agrícolas e de pecuária, tendo como metas explorar racionalmente as terras com lavouras de milho, feijão e arroz.

A rigor, a assistência técnica da época, comentada por Cardoso de Oliveira (1967), ocorria exclusivamente na distribuição de sementes, principalmente de arroz, ou na cessão de animais para moagem da cana em engenhos dos Postos. Essa atribuição se dava devido à ideologia desenvolvimentista da época, implantada pelo Governo brasileiro, cujo argumento comumente apresentado pelo encarregado era de que os índios, trabalhando nas roças desenvolvidas pelo Posto, aprenderiam a trabalhar em suas roças. Porém, as técnicas utilizadas nas roças desenvolvidas pelo Posto não eram as mesmas aplicadas, pelos agricultores indígenas que desenvolvem uma agricultura de modo tradicional, através do processo de corte, queima e uma agricultura de forma itinerante. Neste sentido, foram poucos indígenas que assimilaram a utilização das técnicas apresentadas pelos encarregados dos postos indígenas da época, apontados por Cardoso: uma delas é o arado de tração animal, tida como a única técnica moderna da época do S.P.I.

Entre os Terena, na época do S.P.I., prevaleceu a introdução das ferramentas manuais, mas a partir da atuação da FUNAI nos anos de 1970, 80 e 90, inicia-se a introdução de máquinas e implementos agrícolas, dada à revolução no setor agrícola da época. Nesse sentido, a evolução baseava-se em melhorar a produção agrícola nas aldeias, e as comunidades passaram a ter a opção da troca da utilização das ferramentas de tração animal por máquinas agrícolas; Assim, a política agrícola voltada para os indígenas, nos anos de 1970, 80 e 90, tinha o objetivo de implementar uma política de caráter difusionista² de acordo com a realidade do modelo agrícola que estava sendo desenvolvido em outras regiões do país.

Entretanto, o papel desempenhado pelo encarregado de Posto era o de representar e executar a integração dos indígenas na sociedade nacional, por meio da assistência, ou a adesão de uma proposta universalista do desenvolvimento econômico nessas comunidades,

² Termo utilizado em pela revolução verde, para expandir uma certa tecnologia agrícola, que também chegaria as aldeias como forma de projetos e mais tarde sendo assimilada ou não pelos indígenas.

bem como promover a proteção das terras indígenas. No que tange à assistência técnica, esta teve, como consequência negativa, a falta de assimilação das técnicas implantadas na época.

Dentre os principais aspectos positivos que contribuíram para esta dissertação destacam-se reflexões contemporâneas sobre ATER indígena, como, por exemplo, o livro lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2010, que traz como título: “Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade”, que apresenta uma reflexão através do relato de experiências de ATER, desenvolvido pelos autores em diferentes populações indígenas do país, o que contribuiu para o início da elaboração de uma política de ATER de caráter diferenciada, criada através da Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Esta lei tem por base o protagonismo indígena na implementação desta política que ainda se encontra em fase de implantação. Assim, conceitualmente entende-se que tanto a assistência técnica como a extensão rural devem ser realizadas em consonância com a realidade de cada povo indígena; para isso, deverão contar com a participação do mesmo, uma vez que a assistência técnica desenvolvida atualmente nas aldeias é de caráter esporádico, e para os indígenas entrevistados, a presença da ATER nas aldeias têm importância fundamental no processo de comunicação e troca de experiências entre o conhecimento tradicional indígena e o científico, gerado através de pesquisas, além de ser essencial ao desenvolvimento das aldeias, especificamente da agricultura e pecuária indígena.

Todavia, antes do levantamento do trabalho empírico propriamente dito, foi necessário empreender um levantamento teórico acerca da temática indígena, principalmente sobre os Terena, que são o foco deste trabalho, a fim de se proceder a uma reflexão sobre o instrumental conceitual mais pertinente para a sua análise. Assim, ao realizarmos a pesquisa de campo, observamos, através das respostas obtidas, que a assistência técnica só se faz presente na hora da entrega das sementes e demais insumos agrícolas nas aldeias. Marcus Peixoto (2008 p. 7) propõe que o termo extensão rural possa ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política.

Assim, a marca da política indigenista, tanto do S.P.I. quanto da FUNAI, se fundamenta nos marcos do regime tutelar, onde os projetos desenvolvidos nas aldeias propõem objetivos diferentes das expectativas das comunidades, focados na produção e produtividade agrícola de cada região, prevalecendo, assim, os propósitos dos encarregados de postos indígenas, onde a autonomia indígena bem como sua capacidade plena não eram consideradas.

Oliveira Filho (1988 p. 30) chama a atenção quanto à “a noção de trocas culturais, com as aquisições de empréstimos sendo vistos como fatos bilaterais, pode ocultar o fenômeno da dominação, (...) embora omitia a capacidade diferencial de cada grupo para definir suas próprias necessidades e fechar barreiras à importação de costumes, símbolos e tecnologias”, pois deixavam de estabelecer escalas de importância para essas trocas, tendo em vista que teriam sobre a organização social e cultura do povo que receptor. Portanto, fica claro que o regime tutelar é coeso e interdependente; que se articula não somente sobre o dito e o consensual, mas fundamentalmente em razão de discursos políticos divergentes e de concepções de poder radicalmente contrárias, mas que, paradoxalmente, no âmbito das práticas, se associam e se sobrepõem justamente através de diferenças, ambiguidades e silêncios, condição esta que acarreta o surgimento de determinadas relações econômicas e políticas que se repetem junto às comunidades assistidas pelos vários programas sociais.

Portanto, atualmente as ações de desenvolvimento agrícolas e de pecuária nas aldeias são conduzidas por meio de projetos, que são regidos por meio de editais e programas desenvolvidos pela FUNAI, Governo do Estado e Município, trazendo como foco principal a necessidade de desenvolvimento das aldeias a partir da transferência de tecnologia externa, ao passo que a Lei 12.188 2010, veio determinar as ações nesse âmbito, passem a ser feitas a partir do protagonismo indígena nesse processo. Assim, o presente trabalho, embora o autor seja morador da aldeia, não permite apresentar dados concretos sobre a aplicabilidade dessa Lei, mesmo porque os agricultores indígenas, ainda não conhecem a fundo esse instrumento legal.

No contexto atual, falar em assistência técnica e extensão rural para os indígenas da etnia Terena da Terra indígena Taunay/Ipegue, como um fator atuante de fato, parece-nos ainda um processo abstrato. Consideramos que a assistência técnica em comunidades indígenas é tida como um processo embrionário que tem se alavancado de forma lenta, mas adequada à realidade das comunidades indígenas. Sendo assim, podemos classificar a ATER como o pacote supostamente geral, e a assistência técnica como uma função de extensão que ainda está em debate pelo Governo Federal, e uma ideia eminentemente que todos aguardam. Assim, devido ao acúmulo crítico das últimas décadas de que “projetos com índios não dão certo”, o Governo brasileiro criou vários mecanismos de consulta sob a forma de conselhos, comitês gestores que servem como elo de ligação e representação entre ele e os povos indígenas. No caso específico para discussão da ATER, o Governo Federal criou o comitê de

ATER³, composto por indígenas representantes da sociedade civil, governo e demais populações tradicionais, e também criou o comitê regional em cada Coordenação Regional da FUNAI, após a reestruturação criada pelo Decreto Nº 7.065, assinado em 28 de dezembro de 2009, pelo Presidente Lula.

Neste sentido, convém frisar que nesse contexto os índios, muitas vezes, são taxados pela sociedade como preguiçosos, como afirma Miranda⁴, 2006, ao relatar que, desde os 9 anos de idade, sempre ouviu a expressão “*essa bugrada não quer nada com nada*”. Assim, os índios têm enfrentado esses estigmas da preguiça e do fracasso dos projetos agrícolas.

Mura 2005, ao tratar do tema “Por que fracassam os projetos de desenvolvimento entre os Guarani de Mato Grosso do Sul?”, concluiu que a história demonstra claramente que a lógica inerente a cada programa de intervenção permanece a mesma desde o século XIX e que o Estado e as missões têm investido consideráveis somas para tornar esses indígenas produtivos segundo uma ótica ocidental.

Por outro lado, Little (2002) considera que as forças de desenvolvimento não podem ser simplesmente consideradas como nefastas para os povos camponeses e tribais, já que muitos desses mesmos povos estão ativamente procurando mais “desenvolvimento” dentro dos padrões hegemônicos, embora a eficácia de alguns projetos e fracassos de outros depende da capacidade de assimilação e participação por parte das comunidades indígenas.

No caso específico das comunidades indígenas da Terra Indígena Taunay/Ipegue, o uso de tecnologias agrícolas e pecuária vem se difundindo, e aos poucos vão sendo assimilados pelos agricultores e pecuaristas indígenas. Uma delas seria o uso do trator, bem como os implementos agrícolas, arado, grade aradora e niveladora. Nos antigos Postos Indígena do S.P.I. e atualmente da FUNAI, localizados na Aldeia Bananal e Ipegue, existe, na atualidade, 01 trator agrícola em cada Posto. Tal maquinário é operado pelos funcionários efetivos da FUNAI, e como tratoristas desenvolvem os trabalhos de preparo de solo nas aldeias.

Nesta ótica, o interesse dos Terena pela utilização dos maquinários agrícolas está ligado a fatores como, por exemplo, a agilidade no preparo de solo, já que, apenas com a utilização da força humana não seria possível efetuar de forma rápida, acarretando, com isso, atraso no plantio pelos agricultores indígenas, e também por conta de fatores externos, tendo em vista o Estado de Mato Grosso do Sul ser totalmente ligado à atividade agropecuária, o

³ Criado em 2004 por meio da Resolução CONDRAF nº 40

⁴ Engenheiro Agrônomo e índio Terena, Mestre em Desenvolvimento Local

que marca a proximidade da convivência do desenvolvimento do agronegócio, possibilitando mudanças de estilo de trabalho nos Terena, pois assim como nos tempos da servidão, os Terena ainda continuam a se submeter ao trabalho para os proprietários de fazendas e usinas de cana-de-açúcar.

Em relação ao uso de máquinas agrícolas, percebe-se também que há muita frustração no sentido da organização social do trabalho dos Terena, pois os mesmos não estão organizados o suficiente para custear as despesas de manutenção dos maquinários. Assim, para que o uso do trator torne-se mais racional, e seja obtido maior proveito na equação tempo-produção, é necessário utilizá-lo em grandes extensões de terra, o que contrasta com as pequenas parcelas de terra para o plantio das roças existentes nas aldeias, Mura (2005). Portanto, na aldeia a quantidade de terra preparada para cada agricultor varia de 0,5 a 2 hectares por agricultor indígena, sendo as atividades agrícolas extremamente voltadas para a manutenção da família, havendo pouco excedente para a venda.

2. Justificativa

Um dos motivos para a escolha do tema é o fato deste autor ser indígena da etnia Terena, nascido e morador da Aldeia Bananal e, por isso, participante das questões aqui colocadas. Outra das motivações é nossa atuação como gestor e técnico em órgãos do Governo do Estado e Federal, que desenvolvem ações específicas de projetos de atividades de fomento agrícola nas aldeias indígenas Terena, e por termos acompanhado o desenvolvimento de vários projetos implantados nas aldeias e que acabaram por não resultar em nada. No entanto a experiência individual nos permitiu perceber que os projetos desenvolvidos eram elaborados numa ideologia de cima para baixo, sem a participação das comunidades executoras. Esses projetos traziam um rol de tecnologias: máquinas e implementos modernos, diferentes das utilizadas no desenvolvimento dos trabalhos cotidianos dos agricultores indígenas. Essa experiência então permitiu a construção do problema da relação entre projetos de desenvolvimentos e as visões indígenas da relação e troca cultural que envolve a execução de políticas de agricultura e transferência de tecnologia.

Assim, considero que a presente dissertação é, em parte, resultado de vários anos de vivência e experiência própria como indígena e como técnico. Durante a época em que estive trabalhando em órgãos como FUNAI, Programa Pantanal, tivemos a oportunidade de observar que as comunidades indígenas, em especial os Terena, não possuíam uma assistência técnica

efetivamente de caráter permanente e diferenciada, e as pessoas que tinham o poder nas mãos não tinham entendimento das questões indígenas, o que instigava o atraso nas aquisições dos insumos agrícolas. Desta forma, a burocracia e o atraso de descentralização de recurso por parte do governo faziam com que os insumos utilizados na agricultura indígena chegassem às aldeias de forma atrasada, o que não permitia um bom desenvolvimento das lavouras nas aldeias e alimentava o estigma da “preguiça e do fracasso”.

Neste trabalho, considerando as observações de autores como Roberto Cardoso de Oliveira (1968), Altenfelder Silva, (1949), Carvalho, (1996), definimos então as trajetórias históricas, como biografias vivenciadas pelos Terena, principalmente os das aldeias Cachoeirinha e Bananal, itinerários vividos pelos autores citados, o que permitiu a este pesquisador alimentar a sua pesquisa sobre os Terena.

Fundamentando-nos também em autores como Miranda (2006), Pereira (2007), é possível afirmar que a noção de agricultura indígena e políticas públicas estabelece um panorama sobre as principais concepções a respeito desses conceitos, de forma a dialogar e contrapor perspectivas, surgidas a partir dos pontos de vista dos indígenas, sendo passível de mudanças a partir da reconstrução de percepções, por sua vez, influenciadas no cotidiano e geradas no contexto atual. Essa base nos leva a tentar fazer “uma história de nós mesmos” (Terena), pois os Terena, assim como outros povos indígenas, habitam em várias regiões do Estado e do país, podendo ser identificados através de pontos marcantes da sua cultura, tais como o artesanato, incluindo objetos de cerâmica, de tecelagem, instrumentos musicais, agricultura; o relato oral dos antigos também constitui uma fonte riquíssima da cultura e sabedoria do povo Terena.

A essência deste trabalho é o esforço de conjugar dois olhares: um em que as sociedades e as culturas formaram e formam parte de sistemas maiores; era assim antes do surgimento do capitalismo e o mesmo olhar continua até hoje; outro, que reflete que a expansão do capitalismo acarretou e acarreta mudanças significativas nos ordenamentos sociais e culturais dos povos em todos os lugares, Wolf (2009), mas sempre os povos tiveram um protagonismo na história não sendo meras vítimas da expansão do capital. Nesta ótica, os indígenas Terena são atuantes a partir da sua própria organização social, de sua cosmologia, que procuram se adaptar e resistir, reinterpretando a ação do Estado. A forma típica dessa atuação acarreta o surgimento de determinadas relações econômicas e políticas que devem estar de acordo com a realidade local desses povos.

Neste sentido, a própria criação da lei de ATER, 12.188, criada em 11 de Janeiro de 2010, pelo Presidente Lula, pode ser considerada como um indicativo da contemplação e respeito à diversidade dessas culturas, pois seu artigo 3º, inciso III, ressalta a importância de uma adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública. Já o artigo 4º, inciso VII, aponta uma dimensão importante e diferenciada: a de que os técnicos passam a construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional. E o artigo 5º, inciso I, determina, como beneficiários da PNATER, os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais.

Nesta perspectiva, surgem as perguntas norteadoras da pesquisa: “Participação x Assimilação”: Quais as consequências de uma da implantação dos projetos agrícolas dentro dos marcos de uma política assimilacionista e outra proposta como a da ATER, que visa à construção dos projetos agrícolas, por meio da “participação dos indígenas”? Quais os mecanismos de divulgação desta política de ATER e implementação da mesma? Quais as mudanças esperadas na prática dos agentes locais de extensão?

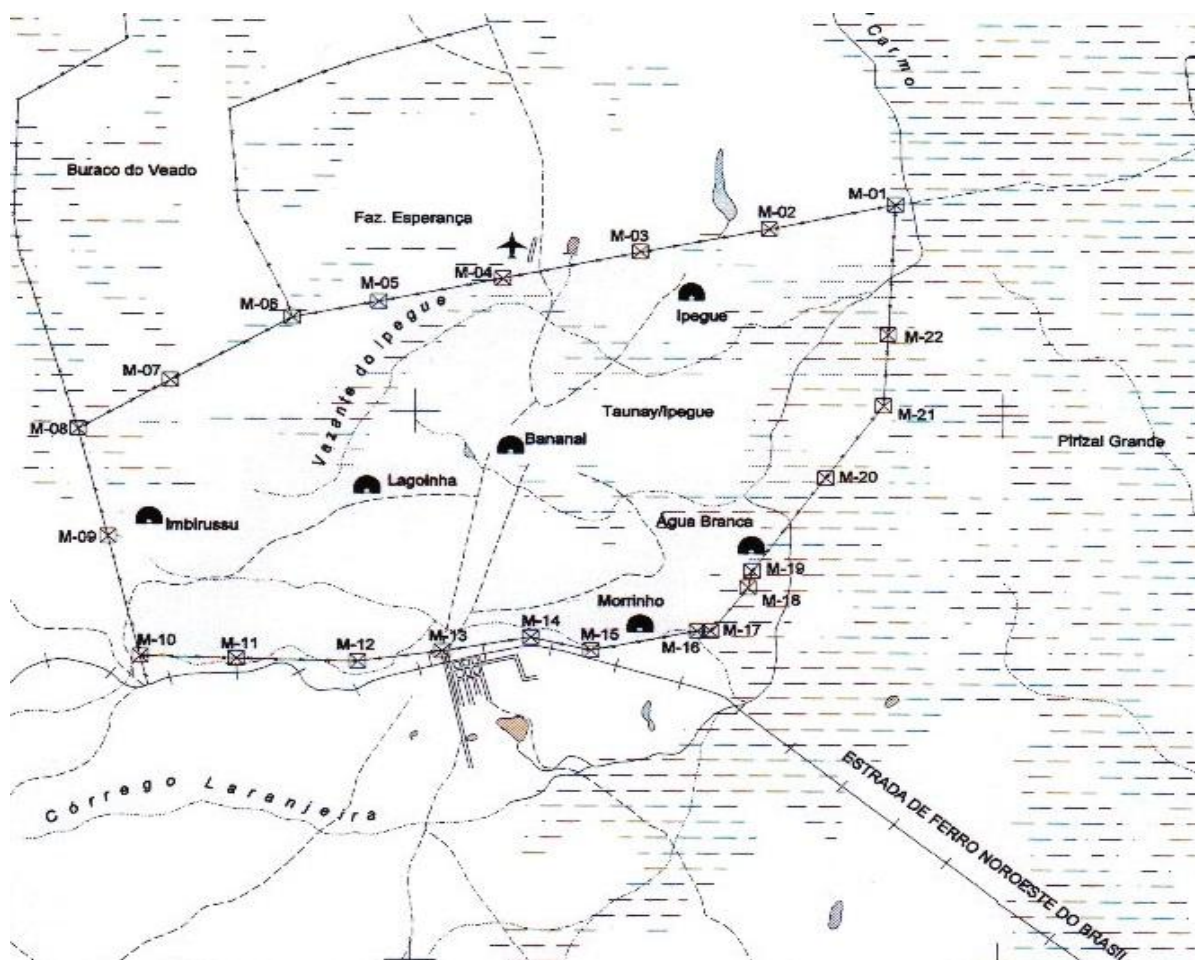
Deste modo, a participação dos indígenas Terena como formuladores de política pública evita, no nosso entendimento, que projetos futuros repitam erros e fracassos. Assim, a participação indígena é uma ferramenta fundamental, que precisa ser redesenhada e possuir capacidade de articulação com outras instituições parceiras, já que os mecanismos de controle social sobre as políticas públicas, no tocante aos projetos em áreas indígenas, é recente, e apenas a FUNAI vem tentando tratar disso de forma mais direta com representantes indígenas das aldeias que estão sob sua jurisdição de cada Coordenação Regional, através do Comitê Gestor.

Assim, o que a dissertação apresenta não é um estudo antropológico a respeito da população indígena Terena nem uma teoria geral referente ao tema, mas uma tentativa de empreender uma reflexão sobre como os processos relacionados à política agrícola, assistência técnica e participação entre os Terena, trazendo à luz a perspectiva indígena sobre o tema.

3. Campo de Pesquisa

A pesquisa de campo foi desenvolvida nas aldeias indígenas habitadas pelos indígenas da etnia Terena, que ocupam uma área de 6.461,3459 há, localizadas a 50 km da cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul. Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa geral em todas as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, já que os projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado e pela FUNAI abrangem, de forma geral, todas as aldeias. O questionário foi aplicado de forma a abranger agricultores indígenas das maiores aldeias como é o caso das aldeias Água Branca, Lagoinha, Bananal, Ipegue, e também entrevista com mulheres feirantes da Aldeia Limão Verde. O mapa a seguir mostra a dimensão da Terra Indígena Taunay/Ipegue, bem como a relação no que se refere à distância das aldeias entre si.

Mapa 1: Localização das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue



Fonte: Ministério da Justiça/FUNAI/ DAF, com alterações do autor

Quanto a nossa inserção nas aldeias, para realização das entrevistas, aconteceu de forma que consideramos satisfatória, sendo o trabalho facilitado pelo fato de ser morador do lugar e ser bastante conhecido nas aldeias. A pesquisa iniciou-se com a elaboração de um documento ao cacique Carlos Hortêncio, solicitando autorização para que pudéssemos desenvolver a pesquisa de campo.

Durante o tempo em que desenvolvemos a pesquisa de campo, duas coisas importantes aconteceram: a primeira diz respeito à realização da primeira eleição para a escolha de diretor das escolas da Rede Municipal de Ensino, a qual ocorreu em 26 de outubro de 2011, tendo os diretores eleitos tomado posse no dia 20 de dezembro do mesmo ano, para cumprir um mandato de três anos; quatro escolas indígenas faziam desse processo: as escolas localizadas nas aldeias de Água Branca, Lagoinha, Bananal e Ipegue. O outro fato importante foi o de que era o período em que se encerrava o mandato do cacique Carlos Hortêncio, da Aldeia Bananal, fato que estava deixando os indígenas apreensivos durante esse período, já que a escolha do novo cacique iria acontecer em dezembro e o novo cacique eleito teria um mandato de 04 anos; a escolha do novo cacique se deu por voto em urna. Assim, nesse cenário de mudança, tivemos todo o cuidado para que as pessoas não confundissem a pesquisa de campo com a política interna que acontecia no momento.

Nas perguntas respondidas ao questionário semi-estruturado, pude perceber que muitas respostas que eram dadas iam além das perguntas, já que o questionário era aberto, mas que podiam ser respondidas com respostas objetivas. Ou seja, os índios queriam muito expressar, falar, e talvez o fato de eu ser indígena e estar ali como pesquisador estimulasse essa “fala”. Uma das questões que eles colocavam é que sempre os índios são tidos como culpados pelos projetos agrícolas não darem certos, mas que a culpa nem sempre era deles. Relatos que em reuniões nas aldeias em que existe a presença de técnicos dos órgãos estaduais e federais não são expressas, onde nessas reuniões as pessoas que se expressam tecem apenas elogios e gratidão aos projetos. As constantes reclamações e críticas sobre os projetos desenvolvidos pela FUNAI e pelo Governo do Estado podem ser entendidas a partir deste aspecto, assim como a relação estabelecida entre agricultores indígenas e técnicos que deve levar em conta a valorização de aspectos da organização social próprias das comunidades indígenas, que são importantes para o bom desenvolvimento de projetos junto aos Terena e que podem ser contemplados em futuros projetos, possibilitando maiores acertos. Assim, os depoimentos concedidos foram o eixo norteador desta dissertação.

Outro aspecto de contribuição que pode ser trazido aqui como um desafio deste trabalho foi o fato deste pesquisador não ter encontrado grande quantidade de estudos e pesquisas que tratem direto da temática desta dissertação, especificamente sobre as aldeias indígenas da T.I Taunay/Ipegue.

No que diz respeito aos órgãos como FUNAI, AGRAER, IAGRO, e aos servidores que foram entrevistados, obtivemos acesso fácil, contando com o interesse dos servidores sobre a temática, os quais nos atenderam com muita gentileza. Na FUNAI, Coordenação Regional de Campo Grande, MS, fomos buscar por informações relativas aos projetos agrícolas, desenvolvidos na década de 80, bem como o mais recente de 2010. Na AGRAER, Escritório Regional de Aquidauana, obtivemos dados de levantamentos da quantidade de agricultores, no ano de 2008, da Aldeia Bananal, já que quantificar isso na pesquisa demandaria um tempo maior. No Escritório do IAGRO, localizado na cidade de Aquidauana, órgão este responsável pela sanidade do rebanho bovino do Estado e que realiza a vacinação contra a febre aftosa nas aldeias, buscamos dados relativos ao quantitativo de cabeças de bovinos existentes em cada uma das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue. Assim, o fato de estarmos ali, como pesquisador e indígena nos órgãos, foi um aspecto importante em um primeiro contato. Isso pôde ser mensurado quando os servidores referiram-se a nossa pesquisa, ressaltando a importância do tema e da falta de estudos nessa temática entre os Terena.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo está organizado em quatro capítulos. O primeiro ocupa-se dos dados do IBGE, 2010, ainda que os números possam expressar certas variações, mas este é um dos elementos norteadores do nosso trabalho e que permitiu o conhecimento de dados importantes sobre a população indígena existente em cada cidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Outra informação utilizada nesse capítulo foi retirada do censo agropecuário de Mato Grosso do Sul, IBGE, 2006, com dados numéricos do quantitativo da produção agrícola no Estado e, atrelado a isto, o aumento do uso de máquinas e implementos agrícolas utilizados no campo; isso também serviu como referência para justificar nosso objeto de pesquisa quanto à utilização de maquinários nas aldeias, bem como os insumos necessários para a realização da agricultura. O primeiro capítulo ainda analisa o perfil socioeconômico do município de Aquidauana, com apresentação da cidade, bem como a interação dos Terena com a cidade, já que os indígenas correspondem a 12% de seus moradores e é nela que os indígenas realizam transações importantes, estando presentes no cotidiano dessa cidade, comercializando produtos agrícolas produzidos nas suas roças.

O segundo capítulo, frisa a questão do empirismo, aborda a construção do problema de pesquisa. Apresentamos a configuração territorial, bem como a condição atual da agricultura indígena de maneira geral, das aldeias integrantes da Terra Indígena Taunay/Ipegue e procuramos saber, por meio das entrevistas, como era o estilo de vida nas aldeias em décadas anteriores e como elas se encontram atualmente, principalmente em relação às questões que dizem respeito à agricultura nas aldeias, e qual atividade mais se destaca atualmente, se é a agricultura ou a pecuária. No segundo capítulo, frisa-se também a questão das experiências de assistência técnica na Terra Indígena; os dados referentes a esses assuntos foram encontrados em projetos que estavam guardados com ex-caciques e também coletados através de relato oral de anciões da aldeia. Assim, o segundo capítulo frisa a questão do empirismo, além de abordar a construção do problema de pesquisa e a apresentação das áreas de estudo, isto é, as aldeias, por meio de aspectos históricos e de material iconográfico.

No terceiro capítulo, apresenta-se o enfoque de como foram executadas as políticas públicas para os indígenas. Também aborda-se sobre como se deu a atuação do Serviço de Proteção Indígena – SPI, nos Terena, bem como sua transição para a FUNAI. Assim, esse terceiro capítulo consiste em um esforço de apresentar debates teóricos explicitados de forma superficial nos capítulos anteriores. Nessa relação entre as informações colhidas e as questões teóricas, asseguram-se conceitos sobre a revolução verde, tida então como um dos marcos da entrada de insumos agrícolas e maquinários nas aldeias.

O capítulo IV destaca a políticas públicas, economia e assistência técnica na atualidade, bem como a participação dos indígenas como formuladores de políticas públicas em várias esferas do governo.

Capítulo I – A População Indígena e os Dados do IBGE

1.1. Contextualização Geral

A comparação dos dados dos três últimos censos divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quarta-feira do dia 18 de abril, de 2012, véspera ao Dia do Índio, aponta que a população indígena voltou a ter sua maioria concentrada na zona rural em 2010. Em 2000, a maior parte dos índios se concentrava nas cidades. Das 817.963 pessoas entrevistadas pelo citado Instituto no último recenseamento e que se denominaram indígenas no Brasil, 502.783 viviam na região rural, uma elevação de 43% se comparado com o Censo de 2000, (350.829), e de 125% se comparado ao número apresentado em 1991. O maior crescimento demográfico ocorreu entre 1991 e 2000, quando 439.996 índios foram incorporados aos cálculos do IBGE. Já entre 2000 e 2010, o número dessa população passou de 734.127 para 817.963.⁵

De certa maneira, o confinamento nas aldeias dos Terena, ocasionado pela demarcação da época do S.P.I., tem causado de forma contraditória a saída e o retorno de várias famílias indígenas que deixam suas aldeias de origem à procura de melhores condições de vida nas cidades vizinhas, pois a dimensão territorial não permite que os Terena mantenham seus padrões culturais como antigamente. Assim, as constantes lutas pela ampliação das terras indígenas têm trazido vários indígenas que foram para as cidades de volta as suas aldeias de origem; isto poderia ser uma das justificativas para os números apontados pelo IBGE quanto ao crescimento da população indígena na área rural.

De fato, podemos dizer que na Terra Indígena Taunay/Ipegue, a ampliação do território ainda não aconteceu, mas enquanto que em outras áreas dos Terena vizinhas, como é o caso da Terra Indígena Buriti, Cachoeirinha e Limão Verde, a ampliação das áreas já está acontecendo, ainda que de uma maneira bastante lenta. Assim, a “volta à terra”, bem como a permanência, requerem uma demanda em que os projetos agrícolas em desenvolvimento nas

⁵ Os dados oficiais divulgados pelo IBGE podem expressar variações numéricas decorrentes da metodologia aplicada; neste sentido, os dados fornecidos pelo IBGE são relacionados a uma realidade nacional, enquanto que os dados fornecidos pela FUNASA podem ser considerados como um dado mais significativo em nível regional, porém não são divulgados no site da FUNASA, e apresentam uma probabilidade realística dos dados devidos os mesmos serem alimentados quase que mensalmente pelos agentes de saúde indígenas, já que esses dados podem ser encontrados nos polos base de saúde.

aldeias necessitem de uma assistência técnica de caráter diferenciado e permanente, como era realizado em décadas anteriores pela FUNAI

“A FUNAI sempre tinha em seus Postos Indígenas um engenheiro agrônomo ou técnico agrícola que servia para dar apoio ao chefe de Posto nas questões agrícolas”, afirma o servidor da FUNAI Olivar Moreira Brasil, que é técnico em indigenismo. O que para ele nesse momento é impossível de acontecer por parte da FUNAI, já que o quadro da FUNAI conta hoje com 02 engenheiros agrônomos, 01 técnico agrícola e uma médica veterinária, mas que atuam mais na parte de processos administrativos, o que não permite que os mesmos atuem na área de assistência técnica nas aldeias jurisdicionadas à Coordenação Regional de Campo Grande/MS, que são em número de 40.

Os dados do IBGE 2010 destacam o Estado do Amazonas como tendo o maior contingente populacional indígena do país, com 168.680; o Estado de Mato Grosso do Sul possui o segundo maior contingente populacional indígena do país, com 73.295 índios. A somatória de todos os povos indígenas existentes nos estados brasileiros corresponde a 0,4%, da população brasileira; os dados classificam ainda que 47,7% da população brasileira consideraram-se brancos; 7,6%, pretos; 1,1%, amarelos; 43,1%, pardos.

Os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 revelam que 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas e que o crescimento no período 2000/2010, que foi de 84 mil indígenas, representando 11,4%, não foi tão expressivo quanto o verificado no período anterior, em 1991/2000: 440 mil indígenas, aproximadamente 150%. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento no contingente populacional dos autodeclarados indígenas, enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentaram perda de 39,2% e 11,6%, respectivamente.

Mato Grosso do Sul, apesar das diferenças culturais entre as populações indígenas, é habitada por 09 etnias⁶ (Terena, Ofayé, Guató, Kadiweu, Kinikinawa, Guarani, Kaiowa, Atikum e Kamba), e cada povo se habilita pelas suas tradições, sendo que os Terena são conhecidos como indígenas agricultores, os Kadiweu como indígenas cavaleiros, os Guató como autênticos canoeiros.

⁶ População Terena é de 28.845 sendo que destas 19.219 moram em Terras Indígenas e 9.626 moram fora da Terra Indígena; Guató 313; Ofayé 72; Kinikinawa 213; Kadiweu 1.576; Atikum 100 (fonte MPF/MS), fonte de pesquisa:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf acessado em 14/07/2014, quanto aos índios da etnia Guarani, na pesquisa do IBGE, não se especifica por estado, e os Guarani estão presentes em outros estados e são classificados como Guarani Mbya, Nhandeva e Kaiowa.

Desta forma, o estado de Mato Grosso do Sul é um caso significativo; apesar de todas as discriminações impostas pela sociedade não índia, os povos indígenas nesse estado, representa, segundo os dados do IBGE uma população 3%, enquanto que os menores estados com população indígena apresentam um percentual de 0,1%, conforme descreve a Tabela abaixo;

Tabela 1. População autodeclarada indígena, da participação relativa no total da população do estado e total da população autodeclarada indígena no País, segundo as Unidades da Federação - 2010

Unidades da Federação	População autodeclarada indígena	Unidades da Federação	Participação relativa	
			No total da população do estado (%)	No total da população autodeclarada indígena do País (%)
Amazonas	168 680	Roraima	11,0	6,1
Mato Grosso do Sul	73 295	Amazonas	4,8	20,6
Bahia	56 381	Mato Grosso do Sul	3,0	9,0
Pernambuco	53 284	Acre	2,2	1,9
Roraima	49 637	Mato Grosso	1,4	5,2
Mato Grosso	42 538	Amapá	1,1	0,9
São Paulo	41 794	Tocantins	0,9	1,6
Pará	39 081	Rondônia	0,8	1,5
Maranhão	35 272	Pernambuco	0,6	6,5
Rio Grande do Sul	32 989	Maranhão	0,5	4,3
Minas Gerais	31 112	Pará	0,5	4,8
Paraná	25 915	Paraíba	0,5	2,3
Ceará	19 336	Alagoas	0,5	1,8
Paraíba	19 149	Bahia	0,4	6,9
Santa Catarina	16 041	Rio Grande do Sul	0,3	4,0
Acre	15 921	Espírito Santo	0,3	1,1
Rio de Janeiro	15 894	Santa Catarina	0,3	2,0
Alagoas	14 509	Sergipe	0,3	0,6
Tocantins	13 131	Paraná	0,2	3,2
Rondônia	12 015	Distrito Federal	0,2	0,7
Espírito Santo	9 160	Ceará	0,2	2,4
Goiás	8 533	Minas Gerais	0,2	3,8
Amapá	7 408	Goiás	0,1	1,0
Distrito Federal	6 128	São Paulo	0,1	5,1
Sergipe	5 219	Rio de Janeiro	0,1	1,9
Piauí	2 944	Piauí	0,1	0,4
Rio Grande do Norte	2 597	Rio Grande do Norte	0,1	0,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a população indígena é bem esparça e habitam em 70 aldeias distribuídas em 26 municípios⁷. Em números inteiros, o município com maior concentração de índios é Amambai, com 7.225 índios. Dourados vem em seguida, com 6.830, e depois Miranda, com 6.47. Em números percentuais relacionando-se população não índia (urbana e rural) versus população indígena, tem-se o município de Japorã, com 49,4% de população indígena, posteriormente, a cidade de Paranhos, com 5,7%; Tacuru, com 35,6%, Miranda, com 25,3% e Itaporã, com 24,4%. Ao se considerar apenas a área urbana, Antonio João lidera na quantidade de índios em relação aos não-índios: 8,4% da população urbana do município é indígena. Já na área rural Paranhos está em primeiro lugar: 71,9%. Vale ressaltar que, nos censos anteriores ao de 1991, a classificação era feita pela cor, e os índios eram classificados como pardos. Após várias reivindicações e debates, os três últimos censos apresentaram a categoria "índios" nessa classificação.

Abaixo se encontra a relação dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul⁸, bem como sua população de modo geral e também o número de indígenas por cidade, onde a análise dos dados aponta que em 99% das cidades do Estado há presença de indígenas; apenas o município de Figueirão não apresenta nenhum morador indígena, sendo um dos municípios mais novos do Estado, criado em 29 de setembro, de 2003, pelo então Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, por meio da Lei Estadual de nº 2680, o qual foi desmembrado do município de Camapuã.

Tabela 2. População total e indígena nos municípios de Mato Grosso do Sul

Nº de ordem	Municípios	População geral	População Indígena
1	Água Clara	14.686	24
2	Alcinópolis	4.638	6
3	Amambai	35.133	7.225
4	Anastácio	23.940	1.315
5	Anaurilândia	8.535	8
6	Angélica	9.326	11
7	Antônio João	8.270	1.010
8	Aparecida do Taboado	22.621	5

⁷ Fonte SEPROTUR/AGRAER, a aldeia de Buritizinho está incluída neste dado da SEPROTUR/AGRAER, mas não está incluída no portal <http://portal.cnm.org.br/sites/8900/8995/IndicadoresBasicosdeMS200719nov2007.pdf> acessado em 21.05.12

⁸Vale ressaltar que nem todas as cidades do estado há aldeia, no entanto há presença indígena em quase todas, onde muitos estão como trabalhadores, mas que sempre estão presentes em suas aldeias de origem.

9	Aquidauana	45.781	5.714
10	Aral Moreira	10.420	14
11	Bandeirantes	6.624	41
12	Bataguassu	20.119	49
13	Batayporã	10.960	12
14	Bela Vista	23.290	542
15	Bodoquena	7.956	204
16	Bonito	19.789	254
17	Brasilândia	11.817	86
18	Caarapó	26.156	4.370
19	Camapuã	13.617	35
20	Campo Grande	796.252	5.898
21	Caracol	5.460	4
22	Cassilândia	21.034	35
23	Chapadão do Sul	20.262	39
24	Corguinho	4.960	17
25	Coronel Sapucaia	14.161	2.588
26	Corumbá	104.318	398
27	Costa Rica	20.027	16
28	Coxim	32.259	90
29	Deodápolis	12.200	6
30	Dois Irmãos do Buriti	10.442	1.856
31	Douradina	5.413	862
32	Dourados	198.422	6.830
33	Eldorado	11.743	598
34	Fátima do Sul	19.030	26
35	Figueirão	2.937	-
36	Glória de Dourados	9.919	45
37	Guia Lopes da Laguna	10.309	23
38	Iguatemi	14.972	317
39	Inocência	7.654	9
40	Itaporã	21.159	5.095
41	Itaquiraí	18.833	32
42	Ivinhema	22.395	9
43	Japorã	7.854	3.822
44	Jaraguari	6.415	85
45	Jardim	24.485	149
46	Jateí	4.008	18

47	Juti	5.971	626
48	Ladário	19.948	33
49	Laguna Carapã	6.565	908
50	Maracaju	38.264	438
51	Miranda	25.794	6.475
52	Mundo Novo	17.149	15
53	Naviraí	47.174	177
54	Nioaque	14.338	1.273
55	Nova Alvorada do Sul	16.930	100
56	Nova Andradina	46.369	81
57	Novo Horizonte do Sul	4.827	5
58	Paranaíba	40.330	21
59	Paranhos	12.514	4.404
60	Pedro Gomes	7.924	4
61	Ponta Porã	79.174	199
62	Porto Murtinho	15.530	1.370
63	Ribas do Rio Pardo	21.271	94
64	Rio Brilhante	31.279	133
65	Rio Negro	5.006	8
66	Rio Verde de Mato Grosso	18.948	27
67	Rochedo	4.972	42
68	Santa Rita do Pardo	7.307	22
69	São Gabriel do Oeste	22.617	55
70	Selvíria	6.303	7
71	Sete Quedas	10.769	242
72	Sidrolândia	43.564	1.972
73	Sonora	15.240	43
74	Tacuru	10.330	3.637
75	Taquarussu	3.520	19
76	Terenos	17.567	197
77	Três Lagoas	103.536	150
78	Vicentina	5.911	26
Total geral de indígenas			73.295,00

Fonte: IBGE http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/tab_Municipios_TCU.pdf acessado em 08/05/2012, com adaptação do autor

Conforme os dados, enquanto no Brasil a população indígena cresceu 1,1%, no Mato Grosso do Sul, o crescimento foi maior, principalmente na área rural, que foi de 3,4%. Na

área urbana foi de 2,2%. Conforme Cardoso, 1958 na década de 50, os Terena começaram a se deslocar para as cidades em expansão, e isto acontecia pelo fato de que havia um crescimento da população nas reservas e a falta de perspectiva nas mesmas. Em 1958, Roberto Cardoso de Oliveira constatou que havia 418 Terena residindo em Campo Grande, MS, isto contrasta a ideia de que os índios vivem apenas em reservas. Embora existam inúmeras explicações que possam justificar a migração dos Terena para o perímetro urbano das cidades, torna-se importante reconhecer que não há terra suficiente para atender a demanda populacional existente.

Há ainda indígenas que não abdicam de morar na cidade, como é o caso do índio Terena Dirceu Ornelas, 26 anos, nascido na aldeia Ipegue, e morador atualmente da aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande⁹, o mesmo relata que morou na aldeia até os 11 anos de idade; segundo ele: *“não pretendo, voltar para aldeia por causa do emprego que tenho aqui”*; Dirceu, como os demais moradores da aldeia urbana, pensa em cursar uma universidade e pretende, no futuro, cursar agronomia. Ele conta que é feliz na cidade, apesar de não possuir residência própria e morar no fundo da casa de seu sogro. O mesmo possui veículo próprio e um salário razoável que lhe dá, efetivamente, uma vida digna. Assim como ele, a maioria dos moradores da aldeia urbana Marçal de Souza mantêm certo elo de ligação entre os familiares que moram na aldeia.

Tabela 3. Indígenas na Zona Rural e Urbana em nível de realidade nacional¹⁰

Distribuição de indígenas por zonas urbana e rural			
	1991	2000	2010
Zona urbana	71.026	383.298	315.180
Zona rural	223.105	350.829	502.783

Fonte: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/04/populacao-indigena-volta-crescer-na-zona-rural-em-2010-diz-ibge.html> acessado em 07.05.2012

⁹ Capital do Estado de Mato Grosso do Sul

¹⁰ A tabela demonstra que os índios estão presente na cidades, pois estão sempre a procura de uma perspectiva melhor de vida, empregos, estudos, qualificação profissional. Já em 2010, os dados apontam uma queda nesse chamado êxodo rural, isso devido a novas áreas de terras demarcadas e homologadas pelo governo federal.

1.2. Considerações sobre os dados e a política de ATER

Devido às demarcações de terras homologadas nos últimos anos pelo Governo Federal, há um fenômeno de retorno às zonas rurais. Assim o crescimento da população indígena da zona rural está associado a demandas específicas, tais como a demanda pela reprodução de atividades tradicionais de produção agrícola, o que coloca também o aumento da demanda de assistência técnica, de caráter diferenciado e específico, de acordo com a realidade local de cada povo indígena. No caso específico dos Terena, a própria história aponta que os mesmos são hábeis agricultores e que foram levados para o Estado de São Paulo para ensinar os índios da etnia Guarany a trabalharem com a agricultura e pecuária, além de servirem de mestres aos Kaingang.¹¹

Quanto aos dados fornecidos pelo IBGE, entendemos que os mesmos poderão complementar e auxiliar nos processos de desenvolvimentos das políticas públicas, pois no caso dos povos indígenas, é imprescindível interpretar as informações disponibilizadas para a compreensão dos fatos para habilitar-se na tomada de decisões e construção de políticas específicas e, sobretudo, para que se possa concretizar em ações que possam melhorar a qualidade de vida dessas populações.

É nesse contexto então que se coloca a política de ATER. Peixoto (2008 p. 7), ao falar especificamente do termo assistência técnica e extensão rural, tem a seguinte ótica: “a extensão rural difere conceitualmente da *assistência técnica* pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica”.

Assim, devido à alta concentração de indígenas nas aldeias e a falta de uma política agrícola efetiva nas aldeias, o termo ATER Indígena tem ganhado destaque em nível nacional, o que tem obrigado o Governo brasileiro a pensar na construção de um sistema nacional de ATER integrando as esferas atuantes nesse serviço na esfera federal, nos governos estaduais e municipais, e incluindo as entidades não governamentais de ATER, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

¹¹ Edgard de Assis de Carvalho. “As Alternativas dos Vencidos Índios Terena no Estado de São Paulo”

Nesta ótica, as próprias chamadas de editais de projetos de ATER, voltados para os indígenas de cada estado brasileiro¹², têm contribuído para o conhecimento da realidade local das demandas específicas de cada povo. A ampliação e o fortalecimento do serviço de ATER tem promovido o desenvolvimento sustentável, propiciando o acesso a uma ATER diferenciada e adequada para as populações indígenas, garantindo uma abordagem que considere sua diversidade cultural, contribuindo para preservação das tradições e promovendo o etnodesenvolvimento.

No ano de 2012, dois eventos similares de caráter nacional foram realizados para debater a questão da assistência técnica. Um aconteceu no mês de Março: o I Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena (ATER Indígena), organizado pelo MDA, com apoio da APIB, FUNAI e MDS, onde participaram indígenas de todos os estados brasileiros; posteriormente, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a participação de todos os segmentos da agricultura familiar e povos indígenas.

Nas aldeias de Taunay/Ipegue, para a discussão da política pública de ATER, a comunidade indígena está inserida em dois espaços de formulação e acompanhamento de políticas públicas: um no âmbito federal, através da participação dos indígenas no Comitê Gestor da FUNAI da Coordenação Regional de Campo Grande, e o outro local no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade de Aquidauana (CMDRS). É a participação nesses espaços que discutiremos mais adiante.

1.3. A Cidade de Aquidauana

A cidade de Aquidauana é parte do Pantanal de Mato Grosso do Sul, tendo sido fundada em 15 de agosto de 1892. Na cidade de Aquidauana, 12% de seus habitantes são indígenas e existe a quantia de 09 aldeias: Limão Verde, Córrego Seco, Buritizinho, Imbirussu, Água Branca, Morrinho, Lagoinha, Bananal, Ipegue e Colônia Nova.

¹² Colocamos isso porque as chamadas de ATER atualmente são realizadas para atender a estados brasileiros específicos e não chamadas a nível de Brasil como eram feitas em anos anteriores.

Mapa 2. Localização da cidade de Aquidauana/MS



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aquidauana>

A principal atividade econômica de Aquidauana é a pecuária extensiva de cria e recria. Também são importantes o comércio e a agricultura que ainda se pratica em pequena escala. Na indústria, há uma usina de processamento de leite, madeireira, produtos alimentícios, minerais não metálicos, metalúrgica, mobiliário, editorial e gráfica, produtos farmacêuticos e veterinários e, atualmente, também o turismo ecológico.

A cidade de Aquidauana concentra a quantia de 45.781 habitantes, sendo que 5.714 são indígenas, sendo que destes, 1.405 moram nessa cidade, e 4.309 moram na área rural, ou mais precisamente nas aldeias.

O nome Aquidauana é de origem indígena (idioma Guaicurú) e significa "Rio Estreito", revelando a influência da cultura indígena em várias regiões de Mato Grosso do Sul, que tem diversos municípios nominados com termos comuns a etnias indígenas. O nome "Aquidauana" aparece em mapas datados do século XVII, pelo menos 200 anos antes da fundação do povoado.

Elevado à categoria município e distrito, com a denominação de Aquidauana, pela Lei Estadual nº 467, de 18-12-1906, foi desmembrado do município de Miranda sede, na Freguesia Alto Aquidauana, tendo se constituído no distrito sede. Instalada em 03-05-1907, foi elevado à categoria de comarca pela Lei nº 549, de 20-07-1910. Posteriormente foi elevado à condição de cidade com a denominação de Aquidauana, pela Lei Estadual nº 772,

de 16-07-1918. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 5 distritos: Aquidauana, Corguinho, Correntes, Igrapiuna e Taunay.

Pelo Decreto- Lei Estadual nº 145, de 29-03-1938, o distrito de Igrapiuna tomou o nome de Santa Fé. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 208, de 26-12-1938, o distrito de Santa Fé, (ex-Igrapiuna), foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito- sede do município de Aquidauana. No mesmo Decreto-Lei, o distrito de Corrente tomou o nome de Palmeiras. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Aquidauana, Corguinho, Palmeiras (ex-Correntes) e Taunay.

Pelo Decreto- Lei Estadual nº 545, de 31-12-1943, o distrito de Palmeiras tomou o nome de Jango. No mesmo Decreto, o distrito de Taunay foi transferido de Aquidauana para o município de Miranda. Pelo Decreto- Lei Federal nº 6550, de 31-05-1944, o distrito de Taunay volta a pertencer ao município de Aquidauana. Pela Lei Estadual nº 1164, de 20-11-1958, foram criados os distritos de Anastácio, Cipolândia, Camisão e Piraputanga, e anexados ao município de Aquidauana. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 7 distritos: Aquidauana, Anastácio, Camisão, Cipotânea, Jango, Piraputanga e Taunay, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-07-1963. Pela Lei Estadual nº 2143, de 10-03-1964, desmembram-se do município de Aquidauana os distritos de Anastácio e Palmeiras (ex-Jango). Ambos os distritos, pela mesma Lei Estadual acima citada, passam a constituir o novo município de Anastácio.

Em divisão territorial datada de 31-07-1968, o município é constituído de 5 distritos: Aquidauana, Camisão, Cipotânea, Piraputanga e Taunay, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009¹³. Assim, o distrito de Taunay existe em razão da Estação de Trem “Taunay” (que homenageia o escritor Visconde de Taunay, autor do livro “A Retirada da Laguna”). O distrito de Taunay foi muito importante nas décadas de 70 e 80, pois os pecuaristas da região do Pantanal embarcavam seus gados em trens para serem enviados aos frigoríficos do Estado de São Paulo. Nessa época, o transporte rodoviário não havia ainda se expandido como atualmente, assim, o transporte de pessoas nos trens também gerava certa renda ao povoado do distrito; os indígenas também sempre estavam presentes vendendo seus produtos artesanais e frutas existentes na região. Essa Estação foi construída numa região de ocupação tradicional dos índios Terena.

¹³ Fonte: www.aquidauana.ms.gov.br/cidade_historia.php acessado em 16/09/2009

Figura 1. Trem no distrito de Taunay



Fonte: <http://serraverdeexpress.com.br/pantanal/trajetos>, acessado em 21/05/2012

1.4 Os índios Terena e Município de Aquidauana

A presença dos Terena, por contarem com uma população bastante numerosa e manterem contato intenso com a população regional, se revela de forma bastante significativa. Assim, no município de Aquidauana é comum vermos a presença de indígenas em trânsito pela cidade, seja para comercializar seus produtos, advindos dos seus roçados, ou para pagarem contas, receberem seus salários. É o caso, por exemplo, dos indígenas que fundaram, em 2010, uma pequena aldeia denominada de Aldeia Urbana Tico Lipú, na cidade de Aquidauana, onde habita a quantia de 68 famílias, todas provenientes da Terra Indígena Taunay/Ipegue, buscando por melhores condições de vida e um lugar fixo para terem sua própria residência, tendo em vista a grande dificuldade de trabalho na aldeia. Mas o fato dos indígenas estarem morando na cidade não significa que os mesmos deixaram de ser moradores da aldeia; muitos mantêm ainda suas residências, e em todas as festas de 19 de abril, Dia do Índio, e finais de ano, os mesmos se fazem presentes nas aldeias para reverem seus familiares e amigos.

O comércio é outra forma de interação. Os produtos mais comercializados pelas mulheres indígenas na cidade de Aquidauana são: a mandioca, milho verde, feijão de corda, farinha de bocaiuva, farinha de mandioca, abacate, laranja, limão, poncã, farinha de mandioca, pequi, guavira, manga, raízes e casca de remédios medicinais. Correa (2006, p. 127), ao escrever sobre os indígenas da aldeia Limão Verde, afirma: *“percebe-se que a comercialização de produtos provenientes da roça, e de artesanatos (menor escala),*

representa a base econômica indígena, além de demonstrar a dinâmica dessa comunidade em relação ao mercado do entorno, embora caracterizada pela desigualdade, visto que seus preços são sempre menores que os comercializados em mercados, ocasionando a diminuição do poder de compra (produtos industrializados) indígena”. Também aponta que a produção da aldeia Limão Verde pauta-se principalmente em alimentos, dando prioridade à produção de mandioca, milho, feijão carioca, arroz, feijão miúdo e outras culturas em menor escala. Dessa produção, uma parte é voltada para alimentação da comunidade e a outra para comercialização.

Oliveira (1976) ressalta sobre a atração que a cidade exerce na população Terena, é tida como um dos fatores mais importantes nas relações interétnicas, isso porque a vida urbana cria perspectiva de melhor remuneração, maior recreação e melhor educação para os filhos; na época comentada pelo autor, assim como nos dias de hoje, a mobilidade desses índios para a cidade era constante: os índios se deslocavam até a cidade para fazer suas compras ou apenas estão de passagem pela cidade, para se deslocarem até outras cidades, ou para irem as fazendas para trabalharem. Mas que deixavam suas aldeias especificamente em casos em que os mesmos se sentiam hostilizados por seu grupo ou pelo encarregado do Posto Indígena ou ainda quando não encontravam condições para seu desenvolvimento.

É o caso de várias famílias indígena, da Aldeia de Bananal, que, nos últimos anos, deixaram a aldeia devido à falta de geração de renda, ocasionada pela falta de espaço de terra, para praticarem a agricultura, solos estes com pouca produção devido a baixa fertilidade. A maioria dessas famílias deslocaram-se para a cidade de Sidrolândia, tendo em vista o fato de essa cidade oferecer emprego, pois nesta cidade concentra-se pequenas indústrias de confecção, assim como também a existência de indústrias do ramo de alimentos. O indígena Oswaldo, da Aldeia Bananal, que trabalha atualmente na empresa SEARA, disse que é uma vida sofrida mas é gratificante, devido ao salário que ele e sua esposa ganham mensalmente; ele reclama que na aldeia a vida é difícil: *“o que plantamos as vezes não produz devido à falta de chuva e o solo estar fraco, e isso fez com que várias famílias deixassem a aldeia Bananal e mudassem para a cidade de Sidrolândia”.*

A agricultura é o único trabalho produtivo nas aldeias de Taunay/Ipegue, mas que atualmente esta fadada a fracasso devido a fatores acima apresentados. Assim há grande interesse dos indígenas na valorização da prática da pecuária nas aldeias, mas essa atividade está restrita a poucos, pois requer, um valor inicial alto que em suma, consiste na aquisição

das matrizes e formação de áreas de pastagens, confecção áreas de cerca, investimento em construção de açude, conforme discriminado abaixo:

Matriz - R\$ 800,00 (vaca)

Reprodutor – R\$ 2.000 (touro)

Arame liso - rolo de 1000m - R\$ 320,00

Lasca de aroeira – R\$ 30,00 a unidade

Mourão - R\$ 100,00 a unidade; (nesse caso, o custo da construção de 1 km de cerca esta cotado na região no valor estimado em R\$ 5.000,00)

Confecção de açude em torno de R\$ 6.000,00 – a depender do tamanho do açude (R\$140,00 a hora/ máquina).

A formação de um hectare de pasto (gradagem+semente) fica em torno de R\$ 500,00¹⁴. Em relação à agricultura, os insumos (óleo diesel e sementes) são doados para aos agricultores indígenas. Assim, a agricultura continua sendo a atividade que, em razão do contexto econômico das famílias dentro das aldeias, é a mais acessível pois não exige uma poupança ou “capital” inicial. E a relação com o estado garante os “insumos” necessários para realizar esta atividade.

Ainda com relação à cidade cidade de Aquidauana, os indígenas têm grande importância para o município uma vez que aplicam grande parte de seus recursos financeiros nesta cidade, contribuindo para o crescimento da economia do município. Recursos estes que procedem da renda especificada anteriormente e da venda de seus produtos da roça, como é o caso das mulheres indígenas da aldeia Limão Verde, que, de segunda a sábado, mantêm suas vendas em dois pontos estratégicos na cidade, sendo um em local próximo à Estação Rodoviária e outro próximo à Estação de Trem no centro da cidade.

A índia Terena e feirante da aldeia Limão Verde, Alice Chimenes, relata que há 18 anos trabalha nesse ramo: *“antigamente, ficávamos na estação de trem, ao lado, para vender nossos produtos que são oriundos de nossa agricultura totalmente familiar; hoje temos este espaço que é melhor para comercialização, e quando não temos os produtos agente pega de outra pessoa para vender”*. Ela relata ainda que, quando iniciou a venda na cidade de Aquidauana, era jovem e, atualmente, possui filhos e netos. E quando diz: *“hoje temos este espaço”* refere-se à construção de quiosques feitos de alvenaria, equipados com balcão onde as mesmas expõem seus produtos.

¹⁴ Preço cotado com indígenas que desenvolvem a atividade de pecuária nas aldeias

A outra feirante indígena, Ilzimar Felix Correa, afirma que, com as vendas na feira, tem um faturamento bruto em torno de R\$ 500,00 por mês, isto sem descontar o custo do ônibus, que é de uso exclusivo das mulheres feirantes, que parte da Aldeia Limão Verde para a cidade de Aquidauana a um custo de R\$ 6,00 a ida e R\$ 6,00 a volta, totalizando R\$ 12,00 em ida e volta. Ela conta ainda que sai da Aldeia Limão Verde às 04:00 h da manhã e retorna às 16:00 h da tarde. Ainda segundo os relatos das mesmas, elas trabalham na feira em dias alternados: às segundas, quartas e sábados; nas terças, quintas e sextas, o espaço da feira é ocupado por outro grupo de mulheres da mesma aldeia. De um modo geral, a comercialização de produtos pelas mulheres indígenas garante sua independência financeira e também ajuda a manter as despesas e manutenção da família.

Portanto, é elucidativo ressaltar que o solo existente na Aldeia Limão Verde é um solo com característica ideal para o desenvolvimento da agricultura, uma vez que apresenta cor preta que, segundo os indígenas que trabalham com agricultura, é um tipo de solo muito fértil e a agricultura se desenvolve com muita facilidade em qualquer estágio.

Figura 2. Feira indígena da cidade de Aquidauana - Mulheres indígenas da Aldeia Limão Verde



Fonte: própria

Já as mulheres indígenas feirantes das aldeias de Taunay/Ipegue¹⁵ comercializam seus produtos, (mandioca, banana, batata, milho verde, palmito, acerola, manga, guavira, maxixe, laranja, feijão miúdo verde, pequi), na cidade de Campo Grande, o local é conhecido como Feira dos Índios e fica localizada, próximo ao Mercado Municipal. Há ainda aquelas mulheres que preferem comercializam seus produtos em feiras que acontecem durante a semana nos bairros da cidade de Campo Grande.

Os demais indígenas também comercializam seus produtos, mas entregam diretamente ao consumidor ou restaurantes. Outros cultivam para garantir o sustento de seus familiares, não tendo a agricultura como sua fonte de renda principal. Desta forma, a necessidade de geração de renda por meio da comercialização dos produtos advindos das roças é um desafio na busca da sustentabilidade econômica indígena.

Figura 3. Feira dos Índios da cidade de Campo Grande



Fonte: <http://www2.uol.com.br/campogrande/divirt/passeios/pass018.htm> acessado em 14/05/12

Nesse contexto, o papel da mulher é importante no processo de comercialização, fazendo parte da história das Terena o fato de elas serem as protagonistas responsáveis pela comercialização dos produtos encontrados na feira, enquanto os homens, juntamente com os demais componentes da família, cultivam e procedem aos tratos culturais das roças. Também é comum vermos as mulheres fazendo “negócios” com pessoas que não têm o hábito de

¹⁵ Quando falamos em aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, referimos-nos às seguintes aldeias :Imbirussu, Água Branca, Morrinho, Lagoinha, Bananal, Ipegue e Colônia Nova; já quando nos referimos às aldeias da Terra Indígena Limão Verde, estamos nos referindo às aldeias Limão Verde, Corrégo Seco e Buritizinho.

comercializar seus produtos, assim as mesmas pegam produtos de outros agricultores indígenas para a comercialização, e o lucro auferido é dividido ao meio.

Para o professor Jonas, da Aldeia Ipegue, 67 anos, esta relação dos índios Terena com o município de Aquidauana é histórica; o mesmo afirma que, na década de 60: *“Como tínhamos muito arroz, uma vez por semana o caminhão da FUNAI levava o arroz para beneficiar na cidade de Aquidauana, chegava lá, cada um pagava pelo serviço da máquina beneficiadora de arroz, e vínhamos embora com o arroz limpo”*.

Portanto, nesse contato do índio com a cidade de Aquidauana, é possível observar que todos os dias saem das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, 04 ônibus para a cidade de Aquidauana lotados de passageiros. Entre os dias 26 a 10 de cada mês, esse número aumenta para 06 ônibus, pois é nesses dias que vários indígenas beneficiários do INSS e funcionários da Prefeitura, FUNAI, SESAI, de Exército se deslocam até a cidade para receberem seus salários e também realizarem suas compras do mês. Embora não tenhamos dados de quantos são segurados pelo INSS, funcionários públicos federais, estaduais, municipais, pensionistas, sabemos que existe um número razoável de indígenas que através de seus salários movimentam o comércio da cidade de Aquidauana.

Os jovens indígenas também se destinam a essa cidade, assim como nas demais cidades do interior do Estado e do país, uma vez que a sua inserção em outra sociedade se faz necessária devido ao ingresso nas universidades, institutos de educação, onde se preparam para uma gama cada vez mais variada de profissões. Os que estudam nas universidades existentes na cidade de Aquidauana saem às onze da manhã chegam de volta em suas residências às dezoito horas, e os que saem às dezessete horas retornam as suas aldeias de origem à zero hora. Esses jovens entendem que para manterem certa posição social no meio profissional é preciso romper com espírito de serem incapazes e inferiores aos demais indivíduos da sociedade.

Vale ressaltar que estamos tratando dos indígenas que se deslocam esporadicamente para a cidade de Aquidauana; contudo existem aqueles também que habitam na cidade de Aquidauana, que optam por morar na cidade e formar vilas e organizações de indígenas, como é o caso da Vila Trindade, onde existe uma organização dos indígenas que por lá habitam; uma outra vila organizada numa estrada que leva à Aldeia de Limão Verde, denominada Aldeia Urbana Tico Lipú, já mencionada anteriormente.

A presença dos índios Terena nas cidades brasileiras e no Estado de Mato Grosso do Sul, é um fenômeno antigo, como aponta a História, principalmente os Terena, já que habitam

em várias cidades e chegaram a ser chamados de índios citadinos pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira. No que tange à questão discutida aqui, quanto à presença indígena nas cidades, sabemos que este não é o foco central de nosso estudo, mas não poderíamos deixar de comentar esta situação, pois a cidade possui um elo de ligação muito forte entre os indígenas, já que os indígenas fazem parte da história de Aquidauana. Primeiro, por que há décadas os índios contribuem com a economia local do município, gastando todas suas economias e salários, depositando seus votos nos políticos locais. Segundo, por comercializarem parte de sua produção agrícola ou pecuária na cidade, ainda que de forma informal devido à ausência de uma política que valorize os produtos indígenas, o que pode ser afirmado pela indígena Antonia Luís Gomes, da Aldeia Ipegue: *“sempre que íamos à cidade de Aquidauana vender nossos produtos agrícolas, o branco sempre pechinchava e queria nos pagar sempre o valor pequeno, acabava por vender porque senão voltava para a casa com os produtos de volta”*. Assim, a questão da valorização dos produtos indígenas não é fortemente discutida na cidade de Aquidauana; o ex- cacique da aldeia Ipegue, Ramiro Luís Mendes, afirma: *“temos o produto e não temos pra quem vender, tudo se esbarra na questão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), pois para vender, precisamos ter nota e não temos”*; ele se refere a isto devido ao fato da aldeia possuir limão Taiti para comercializar, mas infelizmente isso não é possível, aos problemas apresentados acima.

1.5. A Agricultura Indígena e as mudanças tecnológicas

Dos dados estatísticos e etnográficos expostos acima, podemos chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, o aumento da população indígena rural aumenta a demanda por atividades produtivas e alternativas de trabalho e renda. Das atividades realizadas dentro da aldeia, como foi mencionado anteriormente, a produção agrícola é mais acessível aos indígenas, pois a pecuária não é compatível com a renda de todos pois, requer um alto investimento inicial. Assim, o acesso à assistência técnica de caráter diferenciado, e os problemas como falta de terra fértil, falta de chuvas tornam-se uma questão muito importante a ser debatida.

O Censo Agropecuário 2006 revela que a orientação técnica continua muito limitada; a orientação técnica de origem governamental atinge 43% dos estabelecimentos assistidos e está mais voltada para os estabelecimentos menores, com área média de 64 hectares. Outro dado

significante é que o rebanho bovino de Mato Grosso do Sul chegou a 21.553.851 de cabeças em 2011; segundo a pesquisa divulgada pelo IBGE, o Estado de Mato Grosso do Sul tem 10,1% do rebanho nacional e ocupa a quarta colocação no *ranking* nacional, atrás de Mato Grosso, que detém 13,8%; Minas Gerais, com 11,2% e Goiás, que tem 10,2%. Em todo país, o rebanho bovino atingiu 212.797.824 no ano do levantamento. Isto também explica o motivo pelo qual os índios possuem influência sobre a criação de animal bovino, bem como a utilização de maquinários pelos indígenas, tendo em vista o Estado de Mato Grosso do Sul ser um estado que se destaca na produção agropecuária.

O censo agropecuário de 1995 aponta que a utilização de maquinários agrícolas também tem crescido; podemos aqui apontar o crescimento da frota de maquinários nos últimos anos no Estado de Mato Grosso do Sul conforme o quadro abaixo, isto se deve ao crescimento das áreas de cultivo, onde cada vez o agronegócio a exportação se alastra e também por motivo de todos os anos os fabricantes de máquinas agrícolas lançarem novos modelos no mercado.

Tabela 4. Número de tratores nas propriedades rurais

Tratores existentes nas propriedades rurais				
1975	1980	1985	1995	2006
12.291	23.162	31.076	36.387	34.130

Fonte: Dados Censo agropecuário 2006, adaptação do autor

Nesse contexto geral, a assistência técnica no município de Aquidauana para os agricultores indígenas é praticamente inexistente e a pesquisa realizada por este pesquisador aponta que os índios necessitam de assistência técnica devido ao surgimento de novos tipos de pragas e doenças na agricultura até então desconhecidos pelos indígenas e também devido à introdução de novos tipos de sementes e frutas nas aldeias.

O ex-cacique da Aldeia Água Branca, Paulino Pacheco, afirma que tem surgido novos tipos de doenças, principalmente com a introdução de novas espécies de sementes, nas aldeias: *“precisamos de técnicos pois, às vezes, utilizamos nossos conhecimentos que nos foram repassadas pelos mais antigos e isso não resolve, às vezes perdemos toda a nossa roça... por exemplo, ganhamos, recentemente, mudas de poncã, acerola e limão e esta plantação encontra-se com praga, por isso precisamos de um técnico que entenda essas questões”*. Além das pragas e doenças, os agricultores indígenas alegam que falta

investimento para melhorar a qualidade do solo, visto que o mesmo encontra-se fraco e improdutivo: *“a gente planta milho e a planta não se desenvolve, feijão rasteiro apresenta problemas de folha amarelada e furada, isso deve ser consequência do solo”*, afirma Pacheco.

Assim como na agricultura, a pecuária também apresenta problemas com relação a doenças em bovinos e equinos; como conta o indígena Idelfonço Jordão, da Aldeia Bananal, que, às vezes, sofre problema com a perda de bovinos por doenças desconhecidas, e assim como ele, a maioria dos pecuaristas indígenas não aplica todas as vacinas como fazem os pecuaristas não indígenas, muitos aplicam apenas a vacina da febre aftosa que é obrigatória pelo Governo do Estado e quem vacina o gado são os técnicos que cuidam da sanidade do rebanho do Estado (IAGRO). É Idelfonço quem relata: *“Tem muitas doenças que não conhecemos; às vezes perdemos animais (bovinos e equinos), e a gente procura os veterinários, só que pra eles vir até aldeia temos que pagar o deslocamento dos mesmos, já que os órgãos que deveriam realizar este trabalho de forma gratuita alegam não ter tempo e equipe técnica para isso”*. As pragas e doenças, mais comuns na pecuária é a presença de mosca do chifre e a chamada “manqueira” esta é tida como a mais séria pois, tem causado a morte de muitos animais e ocasionado prejuízo aos pecuaristas indígenas.

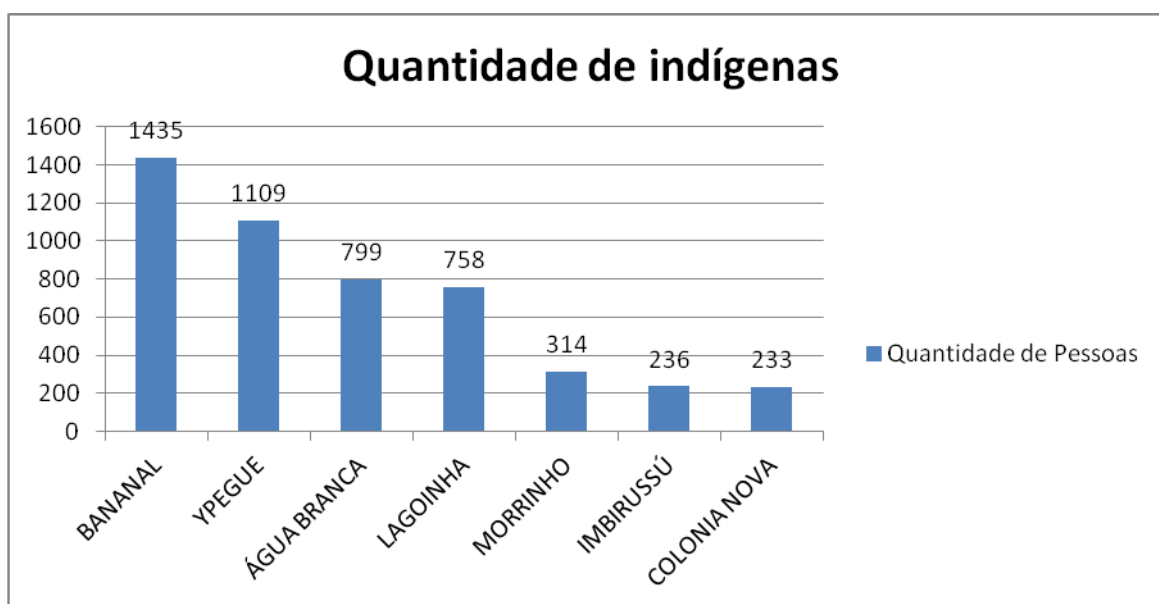
Esses exemplos apenas reforçam o fato de que a introdução de novas técnicas e cultivos levanta problemas técnicos que criam uma demanda por uma relação de assistência técnica mais específica.

Capítulo II – A Condição Atual da Agricultura Indígena de Taunay/Ipegue

2.1. Configuração Territorial

O Território da Terra Indígena Taunay/Ipegue possui uma superfície de 6.461,3450 hectares, homologada pelo Decreto nº 276, de 29 de outubro de 1991, pelo Presidente Fernando Collor. Atualmente, os indígenas estão na luta pela ampliação desse território, visto que possui um espaço quase que insignificante para uma população indígena de 4.884 índios; somente a Aldeia Bananal, considerada a maior aldeia, possui a quantia de 1.435,00 pessoas. O gráfico abaixo ilustra a quantidade de indígenas por aldeia.

Gráfico 1. Quantidade de indígenas por aldeia, Aquidauana, MS



Fonte: FUNASA 2010, adaptação do autor.

A configuração territorial é parte dos sistemas de objetos que compõem o espaço geográfico de forma indissociável dos sistemas de ações. Os objetos da configuração territorial podem ser naturais (sujeitos a transformações pela ação humana) ou artificiais (criados pelo homem), sendo os últimos cada vez mais importantes. Santos, (1999 p.51), define território como sendo “*a configuração territorial ou configuração geográfica, que tem uma existência material própria, mas sua existência social, real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais*”.

Atualmente, os índios Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue habitam em 07 aldeias criadas a partir do deslocamento de um grupo familiar para uma certa área do território, que, posteriormente, com a ampliação de sua família e com a chegada de mais indígenas, acabou por formar uma aldeia, como afirma o indígena David França Dias, morador da Aldeia Lagoinha 59 anos: *“A aldeia Bananal e Ipegue eram as que concentravam o maior número de pessoas; Bananal, começou a povoar, tinha bastante casa, o pessoal gostava de caçar, e viram que a terra era forte, viram que tinha lagoa e foram morando, juntando pessoas, e quando uma família ia, levava todo mundo, genro, nora, tinha muita caça, peixe, frutas”*. Ele retrata isso através de sua memória sobre a criação da Aldeia Lagoinha, onde é morador, e cultiva 2 hectares, sendo 1 hectare para desenvolver as atividades agrícolas de subsistência, tais como plantação de cana-de-açúcar, milho, mandioca, maxixe, melancia, abóbora e a outra *“que deixo para retirar madeira e lenha dela,”* afirma.

As aldeias estão atualmente formadas por núcleos residenciais, com residências próximas às outras, que formam o complexo das 07 aldeias mencionadas anteriormente. A Aldeia Ipegue, onde havia um Posto Indígena da FUNAI, denominado de Posto Indígena Ipegue, é a aldeia mais antiga da terra indígena, fundada em 1850. O Posto Indígena foi criado através da Portaria do Presidente da FUNAI, número 674/87, de 27/04/1987, e tinha sob sua jurisdição as aldeias de Ipegue e Colônia Nova¹⁶, cabendo a esse Posto Indígena a finalidade de promover a assistência, realizar promoção social e zelar pelo patrimônio fundiário do grupo indígena; de acordo com o Regimento Interno da FUNAI, criado pela Portaria nº 542, de 21 de dezembro de 1993, Artigo 108, os Chefes de Postos Indígenas eram incumbidos das seguintes atividades I - promover a execução dos projetos e atividades, fornecer à Administração Executiva Regional os dados necessários ao planejamento e acompanhamento dos projetos e atividades desenvolvidos na sua área de jurisdição; II - praticar todos os atos administrativos necessários ao bom andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade; III - executar e coordenar estudos e tarefas especiais que lhes sejam cometidas pelo superior imediato; IV - assistir o índio nas suas necessidades de educação, saúde, atividades auto-sustentadas e meio ambiente; e, V - responder pela fiscalização e guarda da área e do Patrimônio Indígena sob sua jurisdição.

A Aldeia Bananal, criada no final do século XIX (1894), por grupos familiares oriundos de outras aldeias de Miranda, atualmente é a aldeia com maior contingente

¹⁶ Colônia Nova: esta aldeia foi criada na década de 1990.

populacional: 1.435. Nessa aldeia, existia também um Posto Indígena da FUNAI em 1944. Nesses Postos eram realizados todos os serviços administrativos dos índios, registro administrativo de nascimento de índio (RANI), casamento, certidão de óbito, funcionando, enfim, como uma espécie de cartório. Nessa época também foi criada a Escola General Rondon. A educação escolar na Aldeia Bananal teve início em 1840, com os missionários; a sala de aula funcionava em um galpão próximo do Posto Indígena. No início do século XX, a aldeia foi contemplada com a construção e implantação de uma enfermaria e a escola passou a funcionar junto a essa enfermaria. Em 1911, por meio do Ato de Criação nº 274, de 11 de março, legalizou-se a escola da aldeia, que funcionou até o final de 1994, sob a responsabilidade da FUNAI. (SOUZA e PIO 2004, apud Ventura e Souza).

O projeto educacional do SPI tinha como objetivo transformar povos indígenas em trabalhadores nacionais. Para isso, foram instaladas oficinas mecânicas e centros agrícolas com engenhos de cana, casas de farinhas e outros equipamentos nos Postos Indígenas. A verdade é que as crianças indígenas e os filhos de colonos encontravam-se em uma escola voltada a uma capacitação precária para o trabalho em área rural, sem vínculo com sua própria cultura. As escolas dos Postos sofriam das mesmas carências que as das escolas rurais no que diz respeito à precariedade do ensino e à falta de formação de professores, os quais, segundo Freire e Pacheco de Oliveira (2006), costumavam ser as esposas dos encarregados dos locais e que não tinham qualificação profissional suficiente para exercer o magistério. O objetivo das escolas era preparar as crianças indígenas e os filhos dos colonos locais para garantir a integração e formar uma mão de obra mais qualificada na região ¹⁷.

¹⁷ <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-educacao-dirigida.jsp> acessado em 28.05.2012

Figura 4. Escola na Aldeia Bananal – Arquivo Museu do Índio RJ



Fonte: Museu do Índio - RJ

Figura 5. Indígenas e engenho de cana – Arquivo Museu do Índio RJ



Fonte: Museu do Índio - RJ

Figura 6. Indígenas e engenho de cana e casa para confeccionar rapadura e melado



Fonte: Museu do Índio - RJ

O relatório da Seção de Orientação e Assistência (SOA), correspondente ao ano de 1954, p. 837, do Ministério da Agricultura, aponta paulatinamente que a pretensão da Seção de Orientação e Assistência era a substituição da educação escolar, que já vinha sendo adotada nos Postos Indígenas, pelo novo método que vinha sendo propugnando e que começa a ser posto em prática mediante a contratação de pessoal habilitado e preparado pela Seção de Estudos desse Serviço nos postos sob a jurisdição da Diretoria.

Figura 7. Posto Indígena da Aldeia Bananal



Fonte: Museu do Índio - RJ

Figura 8. Escola General Rondon Aldeia Bananal



Fonte: própria

Aldeia Lagoinha, fundada em 1946, possui atualmente 47 anos de sua existência; Aldeia Morrinho, formado na década de 1950; Já a aldeia Imbirussu, não sabemos seu ano de fundação, porém foi formado a partir do deslocamento de famílias oriundas da Aldeia Bananal; a Aldeia Água Branca era a antiga área de roça da Lagoinha; conforme Paulino Pacheco, 49 anos, morador da aldeia, ex-cacique, que relata que o nome foi concedido devido ao fato de existir um açude construído a partir do trabalho feito pelas próprias mãos, onde a água tinha a cor branca e foi povoado devido ao deslocamento de famílias provenientes da Aldeia Bananal. Quanto à Aldeia Colônia Nova, não sabemos o ano de sua fundação, mas segundo o ex-cacique da Aldeia Ipegue, Mauro Paes, 56 anos, a mesma foi criada na década de 1990.

As 07 aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue dispõem, atualmente, de energia elétrica, introduzida na década de 70 e 80. Posteriormente, foram estendidas redes de energia aos demais locais onde ainda não existiam energia elétrica, no ano de 2007, pelo Programa Luz para Todos, do Governo Federal. A luz elétrica chegou às aldeias na década de 70, conforme afirma o professor indígena Terena, Jonas Gomes, da aldeia Ipegue, 67 anos, professor bilíngue do município de Aquidauana: *“A luz elétrica chegou em 1977, nas ruas principais das aldeias Bananal e Ipegue, onde foram instaladas somente no posto do S.P.I., enfermaria, igreja dos missionários, assim como também a confecção de alguns poços artesianos, que somente existiam nesses locais; na década de 80, iniciou-se um projeto de extensões para as demais residências no interior das aldeias.”*

Ainda segundo Constâncio Gonçalves, quando se refere ao uso das tecnologias que chegaram às aldeias, como é o caso da energia elétrica, o mesmo afirma que: *“quando começou essa energia de luz, os índios mais antigos da aldeia não aceitaram, pois temiam que isso poderia acabar com nossa cultura, iríamos deixar de ser índios. Já os mais jovens disseram que isso era bom por causa dos benefícios que isso poderia trazer, tais como geladeira, mini-indústrias, engenhos movidos à energia elétrica, bicicletarias.”*

A energia elétrica é tida como um grande avanço para as comunidades indígenas da Terra Indígena Taunay/Ipegue; com a sua chegada, foi possível implantar projetos que aperfeiçoassem as atividades produtivas existentes nas aldeias, desencadeando, assim, um processo de geração de renda e propiciando a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas; a energia elétrica trouxe benefício não somente para as residências, escolas e postos de saúde, mas também contribuiu para que os indígenas desenvolvessem diferentes tipos de atividade tais como borracharias, bicicletarias, padarias, oficinas de costura, engenho

de moer cana-de-açúcar, com motor movido à energia elétrica, substituído pelo engenho tradicional movido à força animal.

Destarte, a instalação da energia elétrica introduziu um novo estilo de vida aos indígenas, desde a forma de saciar a sede, já que antes a água era armazenada em potes e filtros de barro ou garrafas térmicas, que foram substituídos pela geladeira, mudando até a forma de guardar os alimentos, principalmente a carne e outros alimentos perecíveis, hoje guardados em freezers. O acesso à energia elétrica não implica perda de costumes dos índios, ela vem atrelada a uma necessidade de cada comunidade indígena local.

Também, atualmente as aldeias são dotadas de estruturas com residências de características modernas de tijolos e telhas romana e francesa, algumas construídas através de recursos próprios dos índios, e outras construídas pelo programa de habitação popular, introduzida pelo então governador José Orcírio, o Zeca. Há ainda aquelas consideradas de características tradicionais feitas com adobe, ou fechadas ao seu entorno com pau-a-pique, barreadas e recobertas com sapé.

Nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, no que se refere especificamente às condições de abastecimento de água, é possível afirmar que todos os domicílios estão ligados à rede de abastecimento de água que parte de poços artesianos existentes em cada aldeia por meio de bombeamento, que veio substituir os antigos poços de água e cacimbas, existentes em cada aldeia na década de 80. O tratamento da água, é feito apenas pelo processo de cloração, por funcionários indígenas da SESAI, chamados de bombeiros. Assim, a água chega às residências sem nenhum custo aos moradores indígenas. É importante frisar que, de acordo com os moradores especificamente da aldeia Bananal, a água hoje é suficiente para abastecer toda a aldeia, de uma forma satisfatória, suficiente para realizar todos os trabalhos domésticos.

Figura 9. Casa tradicional feita de adobe e palha de bacuri, Aldeia Bananal/Jaraguá



Fonte: própria

Figura 10. Casa de alvenaria construída pelo Governo Federal e Estadual – Aldeia Bananal



Fonte: própria

Figura 11. Energia elétrica na aldeia Bananal



Fonte: própria

Figura 12. Placa do Programa Luz para Todos



Fonte: própria

2.2. Educação nas aldeias

De acordo com Carvalho, 1995, p.94, *apud* Antonio Carlos, Antonio Brand, entre os anos de 1910 e 1920, existiam três escolas:

a) A escola do Posto, que era iniciativa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a qual não possuía regularidade nas aulas, pois os professores vinham de Campo Grande, distante, aproximadamente, 200 km da aldeia;

b) A escola dos católicos, que possuía atuação pouco expressiva, não havendo muitos relatos na região sobre a atuação dos missionários católicos;

c) A escola dos missionários protestantes da missão norte-americana *Inglad South America Missionary Union (ISAMU)*, foi fundada em 1912 através do Reverendo John Hay e Henrique Whittington, tendo por base os trabalhos missionários e os serviços educacionais, sempre tendo a bíblia como cartilha.

Hoje, as aldeias são dotadas com instalações feitas de alvenaria, onde funcionam as escolas, desde o ensino fundamental ao ensino médio, construídas a partir de várias lutas e reivindicação das lideranças indígenas e também por cumprimento da lei de educação escolar indígena. Todas possuem acesso à internet, o que também atende à demanda das residências através da instalação de antenas receptoras de sinal nas residências.

Exclusivamente na aldeia Ipegue funciona o MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos) em horário noturno, dedicado àquelas, pessoas que não têm disponibilidade de

estudar em horários durante o dia, e agrega alunos das aldeias vizinhas e do Distrito de Taunay. A escola estadual de ensino médio da Aldeia Lagoinha foi inaugurada em 12 de março de 2010, e recebeu o nome do indígena, Pastor Reginaldo Miguel Hoyeno, em homenagem ao seu trabalho desenvolvido na área da evangelização.

Tabela 5. Escolas existentes nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue

Aldeias	Nome da escola	Orgão a qual pertence	Séries
Colônia Nova	Extensão da Escola municipal Indígena Feliciano Pio	Município	1 ^a a 4 ^a (multisseriado)
Ipegue	Escola Municipal Indígena Feliciano Pio	Município	Pré ao 9º ano e EJA
Bananal	Escola Municipal Indígena General Rondon	Município	Pré ao 9º ano
	Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos “Mihin”	Estado	Ensino Médio
Lagoinha	Escola Municipal Indígena Marcolino Lili	Município	Pré ao 9º ano
	Escola Estadual Pastor Reginaldo Miguel “Hoyeno”	Estado	Ensino Médio
Morrinho	Extensão da Escola Municipal Indígena Marcolino Lili	Município	1 ^a a 4 ^a (multisseriado)
Água Branca	Escola Municipal Indígena Francisco Farias	Município	Pré ao 9º ano
Imbirussu	Extensão da Escola Municipal Indígena General Rondon	Município	1 ^a a 4 ^a (multisseriado)

Fonte: própria

O ensino médio funciona em 02 aldeias, Bananal e Lagoinha. A primeira, com horário de funcionamento pela manhã e a outra, com funcionamento noturno. As escolas onde funciona o ensino médio foram inauguradas recentemente, pelo Governo do Estado, a escola da aldeia Bananal, inaugurada no dia 15 de agosto de 2011, denominada Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Veríssimo Marcos-Mihin, a qual homenageia o professor Terena Domingos, por ter sido um dos pioneiros na luta pelos direitos indígenas no Mato Grosso do Sul, tendo dado sua maior contribuição na área de educação, vivendo na aldeia até os 18 anos, quando foi estudar nas missões e, lá, teve contato com o Projeto Rondon, passando a ser expedicionário do Exército, chegando a Tenente quando se aposentou, ocasião em que retornou para a Aldeia Bananal. Graduado em três cursos: Filosofia, Letras e Física, dominava os idiomas: Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Japonês, Português, Espanhol, Terena, Guató e Kadiweu.

Na questão da educação, os indígenas estão cada vez mais organizados e lutam para terem uma educação diferenciada, que respeite as diferenças étnicas, ambos garantidos na

constituição. Recentemente, os professores indígenas da Terra Indígena Taunay/Ipegue fundaram uma organização com intuito de lutar pelos direitos coletivos dos educadores. A professora e presidente da organização, Elineia, da Aldeia Ipegue, em entrevista, afirmou: *“para concretizar nossos sonhos sobre a educação diferenciada é preciso primeiramente conhecermos os nossos direitos e deveres constitucionais, para isso precisamos capacitar nossos professores e dialogarmos com nossos dirigentes (município, estado e governo federal), para que isso realmente aconteça de fato, se nos não conhecermos nossos direitos não tem nem como cobrarmos isso de nossos dirigentes”*. Para a presidente, a organização de caráter jurídico é importante, pois representa o anseio de 60 professores associados e poderá trazer benefícios através da elaboração de projetos educacionais.

Figura 13. Professores indígenas durante a reunião para a constituição da organização de professores indígenas da Terra Indígena Taunay/Ipegue



Fonte: própria

2.3. Agricultura nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue

A agricultura hoje praticada pelos Terena é diferente da que se praticava antes da Guerra do Paraguai. Anteriormente, os indígenas possuíam um território suficiente para desenvolver uma agricultura de forma itinerante, de corte e queima e posterior pousio, tempo suficiente para a regeneração da fertilidade natural do solo *poké`e*¹⁸.

Os modos de fazer o plantio, os mecanismos próprios de fazer a roça, de preparar a terra, bem como as crenças e os mitos relacionados às atividades agrícolas indígenas são contados pelos mais velhos e ainda praticados por alguns indígenas dentro da comunidade. Assim, as técnicas tradicionais são caracterizadas pela prevalência de técnicas utilizadas por gerações contínuas de agricultores e transmitidas através de tradição oral. Porém, com as diversas transformações, com chegada da tecnologia e de máquinas agrícolas *taratú*, o trabalho na roça foi bastante “facilitado”, e as práticas agrícolas tradicionais foram sendo esquecidas. “*As plantas são somente para o nosso gasto*”, afirma o senhor Pedro Gerônimo,

¹⁸ Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1046>, acessado em 29.06.2011

da Aldeia Água Branca, em reunião na Aldeia Imbirussu, para discussão sobre a situação agrária na Terra Indígena Taunay/Ipegue.

Para Santos (1999, p. 25), as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço, onde a ótica de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.

Segundo Altenfelder, (1949 p. 286, 290), os Terena, outrora um povo de agricultores, que entremeavam o plantio com caça, pesca e coleta, vivem hoje na dependência econômica das povoações brasileiras vizinhas, dedicando-se ao plantio de mandioca, cana de açúcar e trabalhando nas fazendas próximas; esse autor também se refere à deficiência de instrumentos de lavoura que dispunham, em que, para plantar, sentavam-se sobre os calcanhares e empregavam um bastão de cavar de madeira, *ilome'i*. Na limpeza do mato, utilizavam-se também de uma espécie de foice de madeira, *chopilocoti*. Mais tarde, adotaram a enxada, a que chamaram *ahará*.

Entretanto, essas diversidades de situações levam os índios à dependência e conflitos a partir da necessidade dos produtos e bens manufaturados; em tais situações, frequentemente a comunidade local recebe o impacto de diferentes agências de contato; desta forma, o comportamento dos atores na situação é afetado por presenças anteriores.

Oliveira Filho desmitifica a aparente neutralidade de uma situação colonial, mostrando que a sua organização responde, prioritariamente, a interesses de uma classe, e explicitando que o fator final para a manutenção do equilíbrio é “a força superior do grupo branco”. Isso, atualmente, voltado aos interesses dos indígenas através de um consenso, maximizando a relevância das instituições tradicionais.

O processo de mudança se estabelece seguindo um movimento caracterizado, de um lado, pela integração orgânica dos conglomerados indígenas na economia global e, de outro, pela destruição de seus conteúdos sociais e penetração de novos modos de produção e troca, condição da integração¹⁹. No meio capitalista, o desenvolvimento da agricultura estabelece a base de uma verdadeira divisão de trabalho e da separação entre cidade e campo. A terra deixa de ser um meio de se obter subsistência e passa a ser a base para a produção de mercadorias agrícolas, cuja renda deve propiciar lucro.

As áreas de roças *kavâne* pertencem a um determinado grupo familiar, garantindo o processo de sucessão pela linha familiar, em que as áreas de roças já desbravadas tendem a

¹⁹ Carvalho, 1979 pág. 106, 114

ficar no domínio de pessoas ligadas a um grupo, não podendo outro grupo familiar apropriar-se da área. Por isso, entre os índios Terena, nenhuma família possui uma área além da sua capacidade de trabalhar. Os indígenas reconhecem a posse de um território a partir do uso que exercem sobre ela. Esta posse pode ser de caráter coletivo ou particular, na medida em que todas as famílias podem explorar, de maneira racional, os recursos existentes neste território. Apesar dos índios deterem a posse da terra, a agricultura, atualmente, não garante a produção suficiente para a sua subsistência. As áreas de capoeiras são formadas a partir de áreas de roças antigas, ou por áreas improdutivas que apresentam baixa fertilidade do solo e por terrenos de mata de cerrado.

Os alimentos gerados pelas roças são o milho *soporó*, a mandioca *chupu*²⁰, que são consumidas cozidas ou raladas como farinhas *ramokó* para a produção de bolos, doces e demais alimentos produzidos de acordo com a culinária Terena; produzem também cana-de-açúcar, *takureí* feijão miúdo *kareoke*, feijão rasteiro, maxixe, abóbora *kamé*, batata *koe'é*. Nos quintais das casas produzem frutas abundantes durante o ano todo, como é o caso de banana *pananá*, acerola, caju, seriguela, jaca, jabuticaba, goiaba, laranja *narangá*, limão, mamão *chapaú*, manga, maracujá. Essas frutas incrementam a alimentação dos indígenas, apesar de algumas não serem de espécies nativas.

Em décadas anteriores, a roça *kavâne* era a principal fonte de atividade para a subsistência das famílias indígenas. Altelfender (1949), após uma visita à Aldeia de Bananal onde entrevistou os índios, descreve que o ano agrícola se inicia em Agosto ou Setembro, com o período das chuvas. Nessa época, os índios limpam as roças iniciam o plantio; é também o período das colheitas e vai até Março e Abril, quando findam as chuvas. De Abril a Agosto, é frequente saírem os índios para trabalhar nas fazendas vizinhas. Finalmente, com as chuvas de Agosto se inicia um novo ano agrícola.

A lavoura atualmente é uma atividade complementar para a maioria dos indígenas da Terra indígena Taunay/Ipegue, pois as constantes faltas de chuva e a baixa fertilidade do solo fazem com que os agricultores indígenas abandonem esta atividade que, segundo eles, “*dá muito trabalho e a gente não colhe nada e temos que contar com a sorte para que a chuva ocorra na época certa*” como aponta o agricultor Honório Dias, da Aldeia Bananal, que desenvolve a agricultura em uma área de, aproximadamente, 2,5 hectares, onde o solo para

²⁰ Os índios plantam as duas qualidades: a mandioca mansa que é própria para consumo, e a chamada mandioca brava que é utilizada exclusivamente na fabricação de farinha

plantio é preparado com grade e os tratos culturais como a capina é realizado de forma manual.

As aldeias que mais se dedicam às atividades de agricultura são as aldeias de Água Branca e Colônia Nova, pois estas dispõem de uma faixa de solo fértil, a chamada, pelos indígenas, de “terra preta”. Este tipo de solo é totalmente agricultável, é onde os agricultores executam plantações de lavouras consideradas exigentes quanto ao solo fértil, como é o caso do arroz, feijão rasteiro, cana-de-açúcar, batata.

As demais aldeias são compostas por solo de característica arenosa, impróprio para agricultura, “solo cansado”, como é chamado pelos agricultores indígenas. Isso dificulta o plantio de algumas espécies de plantas como é o caso de arroz, milho, que são plantas que exigem solo com características férteis. Já as culturas de cana-de-açúcar, feijão de corda, mandioca, são as culturas menos exigentes e se desenvolvem em qualquer tipo de solo. O professor Jonas, 67 anos, da Aldeia Ipegue, faz o seguinte relato sobre a agricultura:

“agricultura era o nosso meio de sobrevivência a gente roçava o mato, cortava , juntava a coivara e depois queimava a coivara, naquela época, agosto e setembro, a chuva era certa, podíamos preparar a terra e plantar em setembro se plantava milho, melancia, arroz, mandioca plantávamos assim que tirávamos um pé de mandioca. Janeiro era época de chuvorada, já preparávamos a chamada tuia, era uma espécie de depósito feito de barro no interior da casa para guardar o arroz que era cortado em cachinhos, não tinha máquina de plantar, usávamos uma madeira, feita de cerne de aroeira com ponta denominado humu humu, que na língua Terena significa “cavando”; isso era bom porque evitava que o tatu, e os pássaros atacassem as sementes e não deixava a marca do plantio visível. Posteriormente. surgiu o saracuí, que era uma foice com ponta, mas sem gavião”.

O sistema de “coivara” consiste numa derrubada de um pedaço de mata ou capoeira, utilizando-se foice e machado, que, posteriormente é queimado. Em seguida, retiram-se os galhos menores que sobraram da queimada, deixando no solo apenas os troncos maiores carbonizados, impossíveis de serem removidos. As ferramentas utilizadas pelos indígenas anteriormente eram feitas de forma artesanal, como é o caso do “humu humu”,²¹ que era utilizada para fazer plantio de semente, e, no contexto atual, foi substituída pela máquina

²¹ Na língua Terena significa “cavando”; é feito de cerne de aroeira com uma ponta; também pode ser feito de outra madeira, mas a preferência é a aroeira por ser mais pesada.

manual de plantar (matraca), em algumas aldeias foi substituída pela plantadeira mecanizada acoplada em tratores.

O ex-cacique da Aldeia Ipegue, Mauro Paes, ao comentar sobre a influencia da lua na agricultura, explica que para os indígenas há três fase da lua:

“A lua cheia, nova e minguante. O pessoal só planta na minguante, até para colher, alguns plantavam na lua cheia, melancia, abóbora, para crescer mais, até para tirar madeira, capim sapé, tiramos na lua minguante. Atualmente, algumas pessoas mais jovens não utilizam mais estas nossas técnicas tradicionais por falta de conhecimento, somente os mais velhos ainda usam”.

Figura 14. Sistema de coivara – Aldeia Bananal



Fonte: própria

O indígena Constâncio Gonçalves, 63 anos, morador da Aldeia Lagoinha, ao relembrar de épocas anteriores, conta que naquela época, o clima era muito bom e que sempre esperava as primeiras chuvas de setembro para executar a plantação de milho e arroz, mas que afirma que atualmente, as chuvas são esporádicas e que não dá mais para plantar arroz. O mesmo afirma que em épocas anteriores, o trabalho nas lavouras não dependia de maquinários agrícolas como hoje: “*a gente usava machado e foice para fazer derrubada, hoje se não tiver trator ninguém faz mais roça*”. Em relação aos maquinários agrícolas, ele relaciona que em casos de falta de maquinários nas aldeias ou falta de combustível, para prover o abastecimento

das máquinas, os índios ficam sem efetuar o preparo de solo, deixando de plantar suas roças em épocas certas.

2.4. Criação das Associações Indígenas

Ainda em relação à produção nas aldeias, na década de 1980 a 2000, foram criadas várias associações indígenas, instituições estas que tinha como finalidade representar os agricultores indígenas e prestavam grande relevância para o desenvolvimento da agricultura nas aldeias; podemos citar como exemplo a Associação de Agricultores e Pecuáristas de Ipegue; a Associação dos Moradores Indígenas da Aldeia Ipegue; a Associação dos Trabalhadores Indígena da Aldeia Ipegue; a Associação de Agricultores e Pecuáristas da Aldeia Morrinho; a Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay; a Associação dos Produtores da Aldeia Bananal, entre outras, algumas com reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual; o ex-cacique da aldeia Ipegue, e atual presidente da Associação Indígena Terena do Município de Aquidauana (AITMA), Mauro Paes, tem a seguinte afirmação sobre o trabalho das associações indígenas:

“essas associações eram fortes e no governo Zeca (1998-2002/2002-2006), chegaram a fazer vários convênios com o Governo do Estado para comprarem máquinas e equipamentos agrícolas para as aldeias; algumas destas organizações possuíam e possuem máquinas agrícolas (tratores), e recebiam na época uma certa quantia de óleo diesel e sementes para atender seus associados, e também se organizavam de forma a guardar sementes para próxima safra; o problema é que muitos presidentes não souberam administrar as associações, e acabaram por deixar com que as mesmas ficassem inativas, por falta de prestação de contas ou por não saberem como lidar com a burocracia; hoje quase todas as associações encontram –se inadimplentes junto à Receita Federal, com dívidas impagáveis”

Ele ressaltava ainda que na época como cacique criou a primeira associação na Aldeia Ipegue na ocasião denominada Associação dos Moradores da Aldeia Ipegue (AMAI).

“lembro-me que como pessoa física não podia receber nenhum tipo de recurso, por isso optamos por fazer esta associação que tem a força jurídica, já que tínhamos que receber um trator doado na época pela Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER); na época também foi fundada a Associação da Aldeia Bananal, como modo de resolver um problema interno por causa da disputa de poder. Como cacique, repassava semente e

óleo diesel para as associações que foram surgindo, mas nenhuma das outras tinham trator e tínhamos que trabalhar juntos”.

A folha 18 da Associação dos Trabalhadores Indígenas da Aldeia Ipegue aponta que o presidente da associação recebeu a quantia de 200 litros de óleo diesel para atender a quantia de 16 associados em novembro de 2004, para efetuar o preparo de solo.

18	
Associação dos Trabalhadores Indígenas da Aldeia Ipegue.	Leia: Associação dos Trabalhadores Indígenas da Aldeia Ipegue.
1. Antonio Francisco - 1-hc.	1. Antonio Francisco - 1 hc
2. Anizio Francisco - 1-hc.	2. Anizio Francisco - 1hc
3. Francisco Eloi Correia - 1hc.	3. Francisco Eloi Correa - 1 hc
4. Maurílio Joaquim - 1-hc.	4. Maurílio Joaquim - 1hc
5. Manoel Salustiano - 1-hc.	5. Manoel Salustiano - 1hc
6. Helio Flôres - 1-hc.	6. Helio Flores - 1hc
7. Rui Antonio fio - 1-hc.	7. Rui Antonio Pio - 1hc
8. Izordino Correia - 1-hc.	8. Izordino Correa -1hc
9. Ivan Botelho Correia - 1-hc.	9. Ivan Botelho Correa - 1hc
10. Sabino Domingos - 1-hc.	10. Sabino Domingos - 1hc
11. Elcio Flôres - 1-hc.	11. Elcio Flores - 1hc
12. Erasmo Francisco - 1-hc.	12. Erasmo Francisco - 1hc
13. Arnaldo Francisco - 1-hc.	13. Arnaldo Francisco - 1hc
14. Guilhermino de Oliveira - 1-hc.	14. Guilhermino de Oliveira - 1hc
15. Maria Aparecida Flores - 1-hc.	15. Maria Aparecida Flores - 1hc
16. Geraldo Botelho - 1-hc.	16. Geraldo Botelho - 1hc
Aldeia Ipegue, 6 de Novembro de 2004	Aldeia Ipegue, 6 de novembro de 2004
Elcio Flôres Presidente.	
Tramini entregou 200 litros	

Outro repasse de 300 litros de óleo diesel foi para Associação de Agricultores e Pecuáristas da Aldeia Ipegue, para executar o trabalho de gradeação de terra para 20 de seus associados, e visando atender somente com gradeação de um hectare de terra, o que não quer

dizer que os agricultores indígenas plantam somente 1 hectare de lavoura, mas certamente as demais áreas estariam sendo utilizadas por outras culturas, conforme documento abaixo.

Lista de nomes das pessoas que querem gradeação

1) João Francisco	- 1 ha
2) Oswaldo de Oliveira	- 1 ha
3) Sabino Domingo	- 1 ha
4) Waldomiro Amado	- 1 ha
5) Justo Jacente	- 1 ha
6) Antonio Botelho	- 1 ha
7) Alencio Constantino	- 1 ha
8) GALDINO Ornela	- 1 ha
9) Mamédio de Oliveira	- 1 ha
10) Frindade FRANCISCO	- 1 ha
11) Geraldo Soares	- 1 ha
12) Benito da Silva	- 1 ha
13) Tiburcio Sabino	- 1 ha
14) Ernesto Gomes	- 1 ha
15) Erotilde Alfredo	- 1 ha ?
16) Heitor Vargas	- 1 ha
17) João Fermindo	- 1 ha
18) Marino João	- 1 ha
19) Sinesio Elou	- 1 ha
20) Valdir João	- 1 ha

Freque, 03 de novembro de 2004

VALDIR JOÃO
Presidente
Assoc. de Agric. e Pec. de Freque
CNPJ 05.126.880/0001-60

transmitem entregam 300, litro

Vale ressaltar que os próprios nomes dessas Associações Indígenas visam exclusivamente ao atendimento da atividade agrícola e pecuária das aldeias, outras foram criadas com intuito de receber recursos financeiros, pois somente as organizações podem celebrar contratos, convênios e parcerias, (fato que não é permitido aos caciques enquanto liderança da aldeia e também como pessoa física). Para o atual presidente da Associação dos Moradores da Aldeia Ipegue (AMAI), senhor Dilson Paes, as associações atualmente foram perdendo força devido a problemas internos tais como divisão política e falta de uma assessoria para qualificar os dirigentes; ele ressaltava ainda que com um trator nas mãos “*temos poder e podemos assistir aos associados e os demais agricultores da comunidade*” e ressaltava que a associação está desativada desde 2008, por falta de assessoria técnica para orientar os indígenas, mesmo porque para ele é difícil lidar com a burocracia.

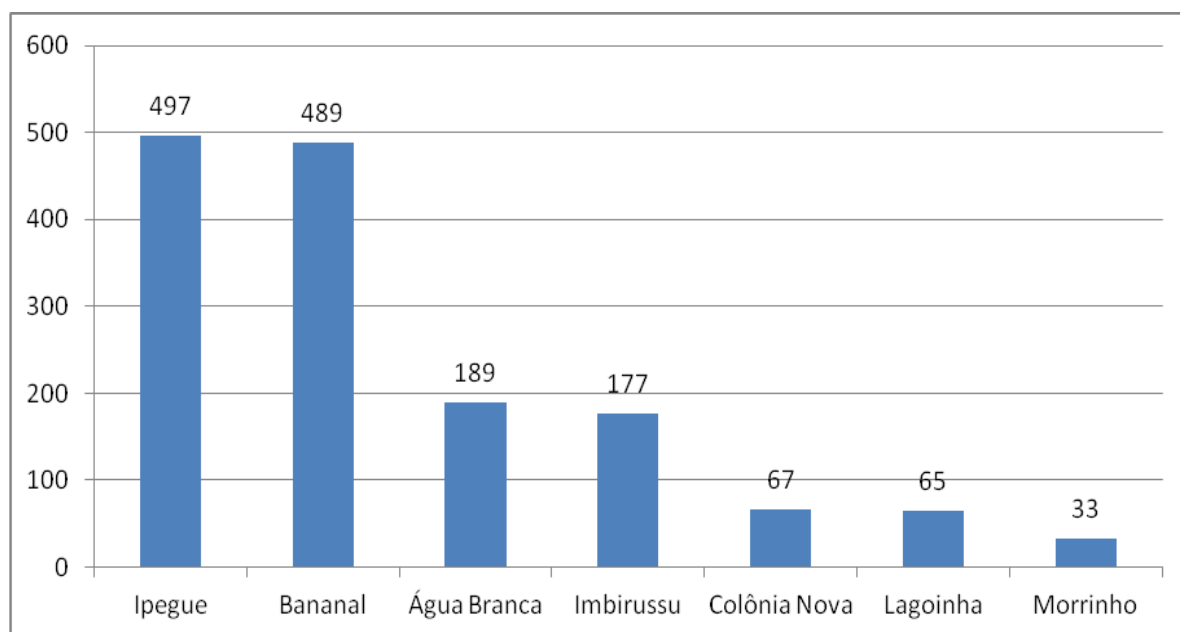
2.5. Divisão das áreas Agrícola e Pecuária

Nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, existem duas áreas, uma destinada ao cultivo agrícola e a outra que se destina à criação de bovinos e equinos. Neste sentido, o território da Aldeia Bananal foi dividido em 03 partes pelas antigas lideranças. A primeira, denominada área da aviação, onde há uma quantia de 490 hectares, destinada exclusivamente a áreas de roça, conta com, aproximadamente, a quantia de 30 pequenas áreas de roças. A segunda, conhecida como área da invernadinha, destina-se à criação de gado, mas devido à enorme quantidade de bovinos dos pecuaristas indígenas da aldeia Bananal e das demais aldeias vizinhas, esse espaço atualmente tornou-se insuficiente para suportar a demanda de pastagem por parte da criação. A terceira, criada a partir da instalação de várias famílias no local denominado de Jaraguá, onde existe uma área que se destina à plantação. Jaraguá por ser um local bastante povoado, possui sua representação junto ao Conselho Tribal da Aldeia Bananal, responsável pelo apontamento e encaminhamento das demandas elencadas pela comunidade.

A área denominada de aviação recebeu este nome devido à construção de um aeroporto no ano de 1977, construído para pouso do avião da comitiva do Presidente da República Ernesto Geisel, em visita à aldeia Bananal, no dia 27/04 de 1977; “*nesse dia foi uma grande festa, o Dia do Índio, ao invés de ser comemorado no dia 19 de abril, comemorou-se nessa data*” afirma o professor Jonas, da Aldeia Ipegue. Isto ficou na história.

Segundo o ex-cacique da Aldeia Ipegue, Mauro Paes, “*foi o único Presidente da República que veio nos visitar até hoje*”. Essa área foi cercada na década de 70, e relembra momentos históricos para alguns indígenas mais antigos, pois a cerca de arame foi construída com apoio da FUNAI, que proporcionou doação de mantimentos para o mutirão, para a construção da cerca, e arame; atualmente ao local encontra-se em situação bastante precário. Isso fez com que certos agricultores indígenas cercassem suas próprias áreas de lavoura e assim evitassem a entrada de bovinos. Destacam-se entre os quais os indígenas Duilho Ramires, Honório Dias e Amaro Cândido, que, constantemente, sofrem prejuízos causados pela entrada de bovinos em sua área de lavoura, causando divergência entre pecuaristas e agricultores. “*Esperava colher 06 sacos de feijão, nesta safra, mas o gado entrou e comeu tudo*”, afirma o agricultor Honório Dias após sua lavoura de feijão ser invadida por bovinos.

Gráfico 2. Quantidade de bovinos por aldeia da Terra Indígena Taunay/Ipegue



Fonte: IAGRO 2011- Escritório de Aquidauana/MS – Adaptação do autor

A criação de gado, dada às limitações das reservas, atualmente tornou-se uma das principais fontes de conflitos internos. E já o era também em tempos passados, visto a divisão proposta pelo então major Rondon quando da delimitação das Reservas de Cachoeirinha e Taunay/Ipegue, entre as áreas de roça e aquelas destinadas à criação. O "fechamento" das áreas de pastagem no interior das Reservas foi sempre causa de problemas políticos, pois subtrai da área comum uma parcela maior que aquelas requeridas pelas roças e para fins

estritamente particulares, já que os rebanhos da "comunidade", introduzidos pelo Serviço de Proteção ao Índio, foram extintos há muitos anos²². Aqui podemos dizer mais uma contradição entre os rebanhos ditos das “comunidades” e as áreas de pasto individual. Seria mais um exemplo de “descentralização” a divisão do uso da terra e dos bens “comunitários”.

O gráfico aponta que existe a quantia de 1.517 cabeças de bovino em toda a área, incluído todas as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, uma vez que isso não afeta a área de agricultura das aldeias; como foi dito anteriormente, em cada aldeia existem áreas destinadas à criação de gado; para o ex- cacique da Aldeia Ipegue, Ramiro Luis Mendes, *“os índios estão mudando de atividade porque a área de agricultura está deficiente, a nossa terra tá fraca e o solo não produz mais nada, além disso não temos estímulo para plantar; um exemplo é o limão que está perdendo aqui na aldeia; nesse sentido, a migração da lavoura para a pecuária é porque é uma atividade mais segura”*.

Quando o mesmo se refere a uma atividade segura, é porque não corre o risco de perder toda a produção como acontece na agricultura; os índios afirmam que é porque o “gado” é uma coisa segura de venda: é só “abrir a boca e vender”. Esta atividade não quer dizer também que os índios deixaram de plantar. A atividade existe, mas em pequena escala devido à insegurança de plantar e não colher nada pelos entraves tais como a falta de chuva e a produção fraca devido às qualidades do solo não contribuírem com o desenvolvimento das plantas. Portanto, o aumento da criação de gado pode ser considerado uma alternativa devido aos problemas apresentados em relação à agricultura.

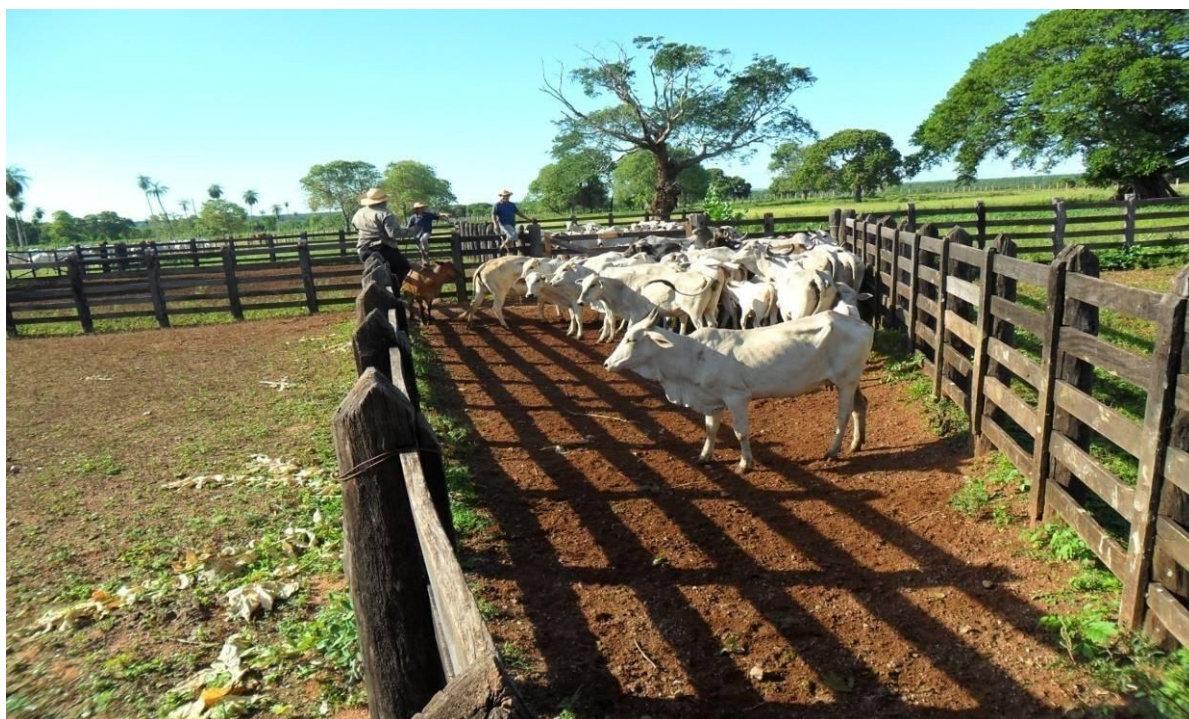
Ainda em relação à área denominada aviação, é possível notar grande diferença de vegetação e de pasto existente nessa área. Na área da aviação existe uma vasta área formada por capim da espécie Jaraguá, e não há presença constante de bovinos, já que era uma área restrita ao cultivo da agricultura, mas que devido à falta de manutenção da cerca dessa área, a mesma era constantemente utilizada como área de pastagem pelos pecuaristas indígenas.

Já na área da invernadinha, devido ser uma área destinada à criação de bovinos, existem apenas árvores em excesso, que são conhecidas como pragas no cerrado, como é o caso da lixeira, goiaba e açá-peixe, angiquinho e pouca presença de pasto devido à utilização de vários bovinos em poucas áreas de pastagens; é que os índios chamam de “apertou o pasto”. A criação de gado de corte tem sido estimulada em razão da valorização e autoconsumo de consumo de carne, por parte dos indígenas, e também como importante

²² Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1046> acessado em 10.06.2012

diversificação da atividade agropecuária nas aldeias indígenas; por ser uma atividade, na visão dos indígenas, de pouco risco, acreditam que pode ser comercializado ou mesmo abatido para consumo do próprio criador, além do que tal atividade não depende muito das chuvas, como é o caso das lavouras. E essa atividade é desenvolvida apenas com pastagem da espécie nativa, não há adoção de técnicas melhoradas, como por exemplo, rotação de pastagens, muito utilizadas em fazendas, e também as divisões de áreas de piquetes, já que as áreas são tidas como coletivas. Uma das práticas utilizadas é a utilização de fogo nas épocas das secas que, segundo os indígenas, serve para as pastagens crescerem com mais vigor e serve também como controle do carrapato, que atacam o rebanho bovino época das secas.

Figura 15. Pecuaristas indígenas na lida do gado nos dias atuais



Fonte: própria

Nas demais aldeias, a exemplo de Bananal, as áreas de roças são divididas em pequenas áreas, de 1 a 2 hectares, algumas cercadas com arame, outras não. Todas apresentam solo infértil devido à falta de espaço para deixar a terra em “pousio”, já que os índios não se utilizam de técnicas modernas de recuperação do solo, como é o caso da análise e posterior aplicação de calcário no solo. Neste sentido, para recuperar a fertilidade do solo das aldeias, o

Programa Pantanal²³, através do Componente Especial Indígena, após realizar diagnóstico em todas as aldeias da Bacia do Alto Paraguai, e também após consultar o Comitê Gestor Indígena²⁴, detectou que os índios queriam plantar, mas que, após visitas dos técnicos às aldeias, foi detectado que o grande problema era o solo pois, estava sem²⁵ condições de produzir, devido ao fato de todos os anos se utilizar a mesma área para efetuar o plantio. Assim, iniciou-se então, no ano de 2003, o processo de recuperação do solo nas aldeias inseridas no Programa Pantanal, através de métodos alternativos, com a plantação de mucuna preta, leucena, guandu e crotalária e, posteriormente, com aplicação de calcário em 1.159,77 hectares nas aldeias de etnia Terena. Esse projeto envolveu a presença de vários atores sociais, e contou com representação de várias aldeias que compunham o Comitê Gestor Indígena, e contava ainda com uma equipe multidisciplinar formada por antropólogo, agroecólogo, engenheiros agrônomos, engenheiro florestal e técnicos agrícolas, sendo que três desses profissionais são índios da etnia Terena.

Quanto às áreas de matas existentes nas aldeias, a mesma produz várias espécies de alimentos e frutas, como por exemplo, a goiaba da espécie araçá, guavira, ciputá, coco (bocaiuva), jatobá, araticum. E também garantem ainda, de maneira racional, a matéria-prima necessária para a construção de casas, arcos, lenhas, cestos, que são produtos necessários para a manutenção do modo de vida tradicional na aldeia.

Em relação à caça e à pesca, as aldeias ficam desprovidas desse tipo de atividade, ficando as mesmas registradas apenas nas histórias contadas pelos anciões da aldeia, pois o contingente populacional, a escassez de espaço, a ausência de rios e córregos na T.I Taunay/Ipegue, o desmatamento ao entorno da área fazem com que esses processos tão importantes para a sobrevivência dos índios simplesmente se desapareçam. E os índios que ainda mantêm o hábito de caçar, caçam nas fazendas vizinhas localizadas ao entorno das aldeias; o mesmo acontece com a pesca: os índios praticam a pesca nos rios existentes nas fazendas próximas.

²³ O objetivo geral do programa era de promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai, através do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com os ecossistemas e provendo melhores condições de vida à população da região.

²⁴ Comitê este formado por técnicos e lideranças indígenas que era de caráter consultivo e deliberativo.

²⁵ As características ambientais do solo são um fator fundamental para entender a produtividade ou falta de produtividade do solo.

2.6. Demandas de Assistência Técnica na Terra Indígena Taunay/Ipegue

A relevância dos projetos tem aumentado nas últimas décadas, em decorrência, sobretudo, da quebra do monopólio tutelar exercido por uma única agência da administração pública e a consequente ampliação das possibilidades de apoio aos povos indígenas por parte não só de outros setores governamentais, como também de organizações do terceiro setor. Além de tais mudanças, a progressiva implantação de novos modelos gerenciais e a utilização de recursos externos, doados sob cuidadosos procedimentos de avaliação e monitoramento, vêm colaborando para que a forma chamada de projeto se generalize.

Schneider, (2004), ao comentar sobre o contexto atual e o desenvolvimento rural, considera que as mudanças recentes nas ações governamentais para o meio rural, em especial para a agricultura familiar, vão de encontro a um conjunto de transformações mais profundas que se operam no tecido social e econômico da sociedade contemporânea. Estas mudanças, que influenciam os espaços rurais e suas populações, estão relacionadas ao processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional, designadas por muitos autores como a essência da globalização. A globalização traz efeitos e estabelece novos condicionantes que, sinteticamente, podem ser entendidos e caracterizados a partir da excepcional capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias.

Nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, há grandes investimentos de projetos na área agrícola, por parte dos Governos Federal e Estadual; o que não existe de fato é assistência técnica. A entrevista com 17 indígenas que trabalham ou trabalhavam diretamente agricultura, resultou em unanimidade quanto à afirmação de que necessitam de uma assistência técnica de caráter presencial e diferenciada, visto que os técnicos só aparecem nas aldeias na época da entrega das sementes e depois somem. Abaixo a qualificação dos agricultores indígenas entrevistados.

Dilson Pereira Marques – Morador da Aldeia Bananal - 47 anos, casado, possui o 2º ano primário, trabalha esporadicamente no corte de cana, e changa na cidade; trabalha em uma área de 0,5 hectares e desenvolve os trabalhos em regime familiar, isto é, quando o mesmo vai trabalhar fora, a esposa e os filhos desenvolvem o trato cultural na lavoura. **Tipo de cultivo:** Feijão miúdo, maxixe, abóbora, mandioca.

Constâncio Gonçalves – Morador da aldeia Lagoinha - 64 anos, solteiro, possui o 2º ano primário, aposentado, desenvolve duas atividades (agricultura e pecuária), mas antes de se aposentar também trabalhava no corte de cana e desenvolvia a agricultura numa área de 1,5 hectares. Desenvolve o trabalho sozinho, pois os filhos todos cresceram e foram trabalhar na cidade, só vêm à aldeia a passeio nos finais de ano.

Tipo de cultivo: Feijão, milho, mandioca, batata.

Paulino Pacheco – Morador na Aldeia Agua Branca - Ex-cacique da Aldeia Água Branca, 49 anos, casado, possui o 2º ano primário, desenvolve o trabalho apenas na área de roça, que soma a quantia de 06 hectares; não desenvolve atividade fora da aldeia, onde apenas comercializa os produtos da roça nas aldeias vizinhas, principalmente a mandioca e feijão miúdo; desenvolve o trabalho em sua lavoura sozinho, pois os filhos ainda são pequenos.

Tipo de cultivo: Mandioca e feijão

David França Dias – Morador da Aldeia Lagoinha, 59 anos, possui o 4º ano primário, desenvolve o trabalho em 02 hectares; desenvolve os trabalhos apenas na lavoura e também na confecção de melado de cana, rapadura e farinha, e desenvolve os trabalhos em regime familiar.

Tipo de cultivo: Mandioca e cana-de-açúcar, banana

Sebastião Rodrigues - Morador da Aldeia Bananal, 64 anos, casado, possui a chamada antiga 4ª série primária, aposentado, desenvolve os trabalhos de lavoura em um hectare e os trabalhos são desenvolvidos em regime familiar; antes de aposentar era cabeçante²⁶, e além dos trabalhos desenvolvidos na roça, também se dedica à produção de farinha que é vendida na própria aldeia.

Tipo de cultivo: Mandioca e feijão

Carlos Hortêncio - Ex-cacique da Aldeia Bananal, 50 anos, possui o ensino fundamental incompleto, desenvolve os trabalhos de agricultura em 1,5 hectares em regime familiar, trabalha apenas na lavoura e executa os trabalhos de changa fora da aldeia.

Tipo de cultivo: Feijão, milho, mandioca.

Amaro Cândido – Morador da Aldeia Bananal - 73 anos, casado, possui a 1ª série do antigo primário, aposentado, desenvolve as atividades de lavoura em apenas um hectare e desenvolve os trabalhos em regime familiar; também se dedica à atividade de vendas.

Tipo de cultivo: Feijão miúdo e milho

²⁶ Cabeçante era a pessoa responsável por levar um grupo de trabalhadores indígenas da aldeia para trabalhar nas usinas de álcool, no corte de cana-de-açúcar.

Alceu Felipe – Morador da Aldeia Bananal - 43 anos, casado, possui o 1º grau incompleto e desenvolve os trabalhos de agricultura em 0,5 hectare, e desenvolve os trabalhos em regime familiar; também sobrevive do trabalho como funcionário da escola.

Tipo de cultivo: Feijão miúdo, feijão rasteiro, milho e mandioca.

Duilho Ramires – Morador da Aldeia Bananal - 43 anos, casado, possui a 5ª série do primeiro grau, desenvolve sua lavoura em 1 hectare, realiza os trabalhos sozinho, pois os filhos ainda são pequenos; executa também trabalho em sua residência, de conserto e vendas de peças de bicicletas e moto e também trabalha como pedreiro e carpinteiro.

Tipo de cultivo: Feijão miúdo para consumo próprio e para ser vendido às mulheres feirantes.

Honório Dias – Morador da Aldeia Bananal - 50 anos, casado, possui a 2ª série do antigo primário, desenvolve os trabalhos em 1,5 hectares, em regime familiar, dedica-se também à changa, mas apenas no interior da aldeia.

Tipo de cultivo: Feijão rasteiro, feijão miúdo, maxixe, milho e batata

Idelfonço Jordão – Morador da Aldeia Bananal - casado, possui a 4ª série do antigo primário, dedica-se à atividade de pecuária em uma área de, aproximadamente, 50 hectares, onde existe pasto nativo e cultivado da espécie braquiária. Constantemente dedica-se ao trabalho de changa nas fazendas vizinhas onde permanece cerca de 03 a 04 dias. Dedicase à atividade de criação de gado de corte, para sua alimentação e também para a venda aos moradores da aldeia.

Quando perguntado se eles conhecem a Lei de ATER 12.188, os entrevistados afirmam que desconhecem a Lei, e também nunca participaram de nenhuma discussão de política de ATER; também não participam do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); isso demonstra que a comunidade indígena é desprovida de informações e que os órgãos de ATER que mantêm contato com os indígenas não se preocupam em levar informações para os agricultores e pecuaristas indígenas.

Portanto, de forma geral, os principais entraves que têm afetado e ocasionado queda na produção, apontados pelos indígenas, são o solo fraco, a falta de água, ocasionando com isso a seca, (estes são tidos como fator principal da queda na produção), falta de assistência técnica e a entrega de sementes fora da época de plantio, com prazo de validade às vezes vencida. Tais fatos têm levado alguns indígenas a utilizarem da pluriatividade como meio de aumentar sua renda familiar.

Para Schneider 2003, a pluriatividade, caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da

pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas.

Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura em que a interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Nesse caso, a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é o que caracteriza e define o fenômeno da pluriatividade.

A relação do trabalho desenvolvido pelos indígenas varia como: diaristas em fazenda para retirada de madeiras, ajuda na lida de gado, trabalho de corte de cana nas usinas, até o desenvolvimento de atividades em sua própria casa como padarias e bicicletarias, comércio, funcionários contratados em escolas, o que caracteriza alguns indígenas como pluriativos. Desta forma, os agricultores indígenas não se limitam apenas a um tipo de trabalho, mas visam a uma renda que possa dar o sustento à sua família.

Em relação à utilização de algum conhecimento tradicional utilizado pelos seus ancestrais, apenas o indígena David França Dias se utiliza deste conhecimento para armazenar as sementes: *“trelo o milho e coloco em cima do fogão de lenha, pode botar de 70 a 80 espigas que quando debulhado dá um saco de 60 kg; arroz, deixo na palhada, dura cerca de 02 anos, também utilizo as garrafas pet para guardar sementes.”* Assim, este pesquisador pode tirar a foto de duas espigas de milho em cima do fogão de lenha, que o senhor David França guardou para que fossem semeadas no próximo plantio.

Figura 16. Espigas de milho sobre o fogão de lenha



Fonte: própria

O levantamento da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), feito no ano de 2008, para cadastro de indígenas para receberem insumos do programa Aldeia Produtiva, apontou a existência de 128 agricultores indígenas na Aldeia Bananal. Já na Aldeia Ipegue, o termo de doação de sementes do Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (IDATERRA), órgão este que sucedeu a AGRAER, feito em 2002, identificou a existência de 289 agricultores que receberam semente de feijão. O ex-cacique da Aldeia Ipegue, Ramiro Luiz Mendes, ressalta que em sua gestão recebeu a presença de técnicos da AGRAER²⁷, para coletar análise de solo para efetuar o plantio de limão e fez o seguinte relato.

“na época me lembro que para a execução deste projeto de plantação de limão foi feita pelos técnicos uma análise de solo, bem como os técnicos levaram também as amostras da laranja existente na aldeia para serem analisadas em laboratórios, e o resultado obtido da amostra de laranja condenou toda a plantação de laranja devido a mesma apresentar fungos e disseram

²⁷ AGRAER, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural; existem vários escritórios regionais no Estado que prestam assistência aos agricultores familiares.

que o solo era ótimo para plantação de limão Taiti, e assim foram trazidas, pelos técnicos, várias mudas que foram distribuídas aos moradores, posteriormente.”

Outro fato relatado pelo ex-cacique é que, após a entrega das mudas de limão, os técnicos não compareceram mais às aldeias para realizarem ações de assistência técnica, e assim produzir um relatório técnico sobre as culturas em desenvolvimento. A demanda indígena formulada abaixo define de forma clara a reivindicação de assistência técnica; neste sentido o ex- cacique afirma:

“quanto à questão futura da produção do limão não nos foi apresentada nenhuma solução, hoje temos muito limão na aldeia e não temos pra quem vender, está perdendo. Os índios pensam em vender mas esbarram nessa questão da DAP²⁸, que até hoje ainda não temos esse documento. Quanto à questão específica da assistência técnica, não tivemos nenhuma; os técnicos só se fazem presentes no ato da entrega das mudas, com suas planilhas, nos entregam, tiravam foto e pronto. Acho que a presença dos técnicos, de caráter permanente, é importante na aldeia, principalmente para verificar nosso solo; precisamos recuperar nossas áreas de plantio”

Ao perguntar ao agricultor Paulino Pacheco, da Aldeia Água Branca, quais os principais entraves que ele encontra para produzir, o mesmo faz o seguinte relato:

“tenho dificuldade com a questão de semente; quando temos semente, plantamos na época certa, o clima também, em certo tempo, não ajuda; a planta depende de água para se desenvolver; a questão da assistência técnica falta aqui na nossa aldeia, principalmente com relação às pragas, por exemplo, ganhamos recentemente mudas de poncã e limão, e minha plantação está com praga; neste momento, precisamos de técnicos, tudo que plantamos não dá, o pessoal tá saindo fora por causa da renda, pois dentro da aldeia também há gasto fixo como luz, e se a gente não trabalhar e produzir a gente não tem como adquirir coisas como DVD, geladeira; se a aldeia tivesse condições de trabalho, os patrícios não sairiam mais para fora”.

Para o agricultor Dilson Pereira Marques, um dos principais entraves que o mesmo encontra para produzir é a questão da falta de chuva; segundo ele, mesmo o solo estando fraco, mas tendo água, a planta consegue se desenvolver; ainda assim:

²⁸ A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf, PAA, PNAE.

“falta também a questão da assistência técnica, pois os técnicos só aparecem em algumas épocas do ano e às vezes nem aparecem; falta fazer uma correção do solo, e ainda precisa de fazerem com que a semente chegue em épocas certas de plantio, pois às vezes chegam fora da época de plantio e com prazo de validade vencida, não só isso mas como também os demais insumos que compõem esse processo como é o caso do óleo diesel para o preparo de solo”.

O agricultor indígena David França Dias, da Aldeia Lagoinha, assim como os demais indígenas agricultores entrevistados, enfrenta os mesmos problemas elencados acima, e apresenta quatro elementos focais como entraves para o bom desenvolvimento das atividades agrícolas nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, sendo elas: a falta de assistência técnica, a falta de água para o desenvolvimento das culturas, a falta de investimento na recuperação do solo e a adoção de uma política pública que respeite o tecido social agrícola indígena, fazendo com que os insumos agrícolas cheguem em épocas certas nas aldeias.

Neste sentido, a análise das entrevistas de campo aponta a proposição da assistência técnica como um fator necessário ao bom desenvolvimento das atividades de agricultura e pecuária existentes na Terra Indígena Taunay/Ipegue. No contexto relacionado às atividades de pecuária, os indígenas recebem a assistência técnica de técnicos do IAGRO, do Escritório Regional de Aquidauana, apenas no mês de novembro, época em que os mesmos procedem à vacinação do rebanho bovino contra a febre aftosa.

Os indígenas demandam por um serviço de assistência técnica de caráter presencial, em que o simples fato do Estado colocar o aparato à disposição por meio da prestação de serviço de assistência técnica não é a solução ao problema, às necessidades sociais. Para Abramovay 2007, p. 5: *“Na verdade, o papel do Estado é estimular condições que produzam dinâmicas sociais virtuosas cujo resultado seja o aumento da renda dos indivíduos e das famílias. É preciso distinguir políticas públicas que garantem “direitos” (saúde, educação, transferência direta de renda) daquelas a que a extensão rural, em princípio, se dedica, que são políticas de desenvolvimento.”*

Todas as ações governamentais referentes às populações indígenas nas Américas têm como pano de fundo as decisões e justificativas do I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940, no qual foi dado o primeiro passo na condução das novas políticas indigenistas em nosso continente. O Congresso, porém, mesmo entendendo a necessidade de integração das comunidades indígenas nos processos produtivos dos países, a importância de uma legislação específica para esses povos, além de outras iniciativas nos campos da educação, saúde e economia, e de reconhecer o pluralismo étnico e a necessidade

de políticas especiais, não conseguiu ultrapassar a concepção protecionista/paternalista que marcaria fortemente as ações dos organismos indigenistas oficiais²⁹.

A política de ação integracionista previa adaptar os índios ao estilo de vida da sociedade dos não índios, deste modo as Terras Indígenas deviam ser produtivas e gerar recursos para o país. Cita-se o exemplo em que Postos Indígenas eram transformados em verdadeiras empresas, fazendas, seringais, onde as atividades produtivas desenvolvidas nesses Postos Indígenas não atendiam a demanda da população indígena local.

Antes desta época, o trabalho de preparo do solo, colheita e conservação dos alimentos sempre foi feito de forma manual, nos moldes tradicionais, conforme afirma Diniz, (1976, p. 10), ao comentar sobre a agricultura dos índios Guarani e Terena que vivem na reserva indígena Araribá, no Estado de São Paulo: *“os indígenas da Reserva dedicavam-se à agricultura para seu sustento e/ou, alguns casos, para venda. As técnicas empregadas são rudimentares, embora ainda sejam utilizados instrumento de ferro (facão, enxada, etc.). As roças são feitas através de capina e queimada”*. Portanto, com a chegada dos maquinários e implementos agrícolas e das ferramentas manuais, o preparo do solo passou a ser realizado de forma mecanizada.

O trator é tido como grande vilão deste processo. Os índios atribuem a chegada dessas tecnologias através do fornecimento das mesmas como sendo uma parte de responsabilidade do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.) e outra parte de responsabilidade da FUNAI; O professor Jonas, 67, anos morador da Aldeia Ipegue, relembra isso ao comentar do “humu humu”, que era uma ferramenta feita de cerne de aroeira com ponta para executar a plantação, e que, posteriormente, foi substituída pelo chamado “saracué”, que era uma foice de ponta mas sem gavião: *“a foice era fornecida pelo Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.); naquela época chegava em caixas: machado, foice, facão, lima, pá de ponta; posteriormente, a matraca, que veio substituir o humu humu e o saracué; me lembro que foi em 1977 a chegada desses maquinários na aldeia onde cada Posto Indígena tinha um trator; e aí começou a mecanizar a terra”*.

Os projetos agrícolas do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.) em 1910, e posteriormente, da FUNAI, 1967, tinham como objetivos a implantação de um modelo de produção agrícola alinhado ao modelo de modernização que estava sendo implantado na região ou no país. Outro aspecto importante é com relação às sementes a serem adquiridas

²⁹ <http://laced.etc.br/arquivos/04-Etnodesenvolvimento.pdf> acessado em 15.06.2012

pelos projetos agrícolas, sendo que, geralmente, eram aquelas de maior interesse pelo mercado local, como as sementes de feijão, milho, arroz, sendo adquiridas variedades de sementes que não eram comuns nas aldeias. Em algumas aldeias, introduziu-se o plantio de outras culturas como é o caso dos Guarani, da Região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, que habitam próximo à cidade de Dourados, e que cultivam soja em sua área de plantio, mas estas não garantem as necessidades básicas do grupo e não fazem parte da sua dieta alimentar.

De forma geral, a produção era pensada sem estar articulada com as necessidades reais da comunidade indígena, bem como outros aspectos indispensáveis à sua sustentação, como o beneficiamento de grãos e a estocagem; a própria assistência técnica é que deveria ser realizada de forma constante e executada por equipe multidisciplinar. Assim, ao levantar dados sobre os projetos agrícolas desenvolvidos na Terra Indígena Taunay/Ipegue, recorreremos à busca por projetos que estavam sob a guarda de ex-caciques e, também, buscamos por relato de anciãos da aldeia sobre projetos agrícolas, pois entre os Terena não há caracterização do hábito da escrita e isso faz com que as histórias e lembranças sejam contadas de forma oral, como é o caso do Programa “Nosso Índio, um Cidadão”, implantado na época em que o Governador do Estado era Pedro Pedrossian³⁰, assim como o Programa Pantanal. Percorremos também os arquivos existentes na FUNAI, através da Coordenação Regional de Campo Grande, que nos disponibilizou projetos agrícolas da época de 1979 e 1980, projeto de etnodesenvolvimento de 2011, Programa Aldeia Produtiva, desenvolvido pelo Governo do Estado de MS.

Os projetos agrícolas são um instrumento importante na medida em que há registros de como se desenvolveram as ações e qual foi grau de satisfação dos indígenas, grau de participação na elaboração e desenvolvimento dos projetos. No caso específico da assistência técnica extensão rural ela é tida como um dos maiores gargalos, pois os agricultores indígenas entrevistados afirmam que “*os técnicos só aparecem na hora da entrega das sementes e depois somem*”. Assim a elaboração, bem como o resultado das ações que se deram em torno da produção devem ser postos em relatórios, o que pode repercutir em um bom andamento de ações futuras.

³⁰Pedrossian foi governador de Mato Grosso no período de 1966 a 1971, antes que o estado fosse dividido. Eleito senador em 1978, renunciou ao mandato em 1980 para assumir o cargo governador nomeado do estado de Mato Grosso do Sul em 7 de novembro daquele ano. Em 15 de março de 1991 assumiu novamente o cargo de governador sul-mato-grossense — eleito em pleito direto ocorrido em 1990. Permaneceu no posto até 1º de janeiro de 1995. Foi candidato a governador em 1998 e a senador em 2002 sem sucesso. Teve passagens pelos seguintes partidos: PSD, ARENA, PDS, PTB, PDT, PST, PMDB e atualmente PMN — Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Pedrossian acessado em 15/10/2013

Neste sentido, ao focalizar a questão do desenvolvimento dos projetos agrícolas na Terra Indígena Taunay/Ipegue, teceremos um breve comentário sobre os projetos agrícolas da FUNAI, de 79 e 80, Programa Nosso Índio, um Cidadão, implantado no Governo Pedro Pedrossian. 92. Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico das Comunidades Indígenas de Taunay e Ipegue que desenvolveu ações no sentido de proceder instalações de pequenas mini-indústrias de processamento de matéria prima (mandioca, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar), desenvolvido pela antiga Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER); Programa Pantanal, desenvolvido nos anos de 2001, 2002, 2003 nas aldeias que compunham a Bacia do Alto Paraguai (BAP) e Programa Aldeia Produtiva, lançado em 2010 pelo Governo do Estado.

Projeto Agrícola da FUNAI 79 e 80

A ideia central é recuperar alguma parte da história da produção agrícola, principalmente no que tange à Terra Indígena Taunay/Ipegue, através da análise de projeto desenvolvido pelo setor de atividades agrícolas, desenvolvidas pela FUNAI, que naquela época (79 a 80), recebia o nome de 9ª Delegacia Regional (DR). Esse projeto se intitulava: “Avaliação Técnica nº 10/JRFJ/80 – Referente: PROJETO AGRÍCOLA DO POSTO INDÍGENA TAUNAY”, e tinha como objetivo central promover a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade, como também o seu nível educacional, e propiciar a assistência integrada no sentido de estimular, por meios compatíveis com o estágio de aculturação da mencionada comunidade, a continuidade das atividades de subsistência e exploração econômica, utilizando técnicas agrícolas de uso racional e apropriadas ao solo.

Programa Nosso Índio, um Cidadão, Governo Pedro Pedrossian 1992

Este programa foi desenvolvido pelo Governo do Estado na gestão do Governador Pedro Pedrossian, no ano de 1992, sendo seu principal objetivo oferecer às comunidades indígenas condições para que possam chegar à auto-suficiência na produção, através de implantação de módulos de unidades de produção agrícola autossustentada que permite a obtenção de produtos durante o ano todo, garantindo, assim, oportunidade constante de trabalho e uma fonte de renda regular e, ao mesmo tempo, garantir a elevação do padrão de

vida, eliminando os principais problemas enfrentadas pelas famílias indígenas, tais como a produção insuficiente de alimentos básicos, através da abertura de novas áreas de roças.³¹

Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico das comunidades Indígenas de Taunay e Ipegue desenvolvido pela EMPAER - 1997

Este projeto foi desenvolvido pela antiga EMPAER em 1997; a contemplação deste projeto se deu devido à influência dos políticos da região. Um dos problemas apresentados, segundo Fialho, (2007, p 75), é que as lideranças, durante o período de elaboração dos projetos, eram diferentes às daquelas atuantes em sua implantação, havendo necessidade de constantes renegociações. Em relação ao desenvolvimento dos projetos, a mesma afirma: *“a situação dos Terena também é bastante crítica. A maquinaria foi igualmente desprezada; o subsolador, por exemplo, não é utilizado porque não é condizente com o trator disponível”*. As aldeias contempladas na época foram Água Branca, Lagoinha Bananal, e Ipegue. Na atualidade, é possível observar apenas a existência das madeiras com a estrutura dos galpões, alguns sem as telhas, outros inexistentes como é o caso da Aldeia Bananal, onde, no local em que havia sido construído o galpão, atualmente foi construída a escola estadual, e os equipamentos encontram-se todos danificados pela ação do tempo.

Programa Pantanal – 2001/2003

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal – Componente Especial, Indígena era um programa vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA – e depois ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O Programa desenvolveu um projeto denominado Atividades Sócio-Ambientais em Áreas Indígenas da Bacia do Alto Paraguai/MS. Propunha-se a promover a melhoria das condições ambientais e melhoria na qualidade de vida da população das trinta e sete comunidades indígenas da região da Bacia do Alto Paraguai. Centrou suas ações na implementação de melhoramentos na estrutura e serviços de saneamento ambiental e na implementação de mecanismos de apoio à sustentabilidade destas comunidades. Vale ressaltar que nem todas as aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul, estão inseridas na Bacia do Alto Paraguai.

³¹ Fonte: Jornal Diário da Serra de 16.01.1992 – acervo do ISA

Programa Aldeia Produtiva

Este Programa foi lançado em 2010 pelo Governo do Estado através da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, (AGRAER), e beneficiou aldeias e famílias indígenas em todo Estado, através da aquisição de patrulhas agrícolas para atender a demanda de preparo de solo, entrega de sementes de arroz, milho, frutas (ponkan, coco anão, acerola, limão taiti), implantação de hortas em fundos de quintais, óleo diesel, calcário, adubo e kits de ferramentas. Essas ações tiveram como foco central promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores indígenas, capacitando-os para a melhora e diversificação da produção e geração de renda.

Projeto de Atividades Produtiva da Terra Indígena Taunay/Ipegue 2010/2011, da FUNAI – Coordenação Regional de Campo Grande/MS

Este projeto baseia-se em promoção de práticas sustentáveis de produção de alimentos, através do fornecimento de sementes de feijão, milho, óleo diesel, que beneficiam agricultores indígenas das aldeias jurisdicionadas à Coordenação Regional de Campo Grande/MS, elaborado após o encaminhamento das demandas das aldeias pelos Coordenadores Técnicos Locais³². Para o ano agrícola de 2012, as atividades foram elaboradas a partir da participação e aprovação dos indígenas (Comitê Gestor). Os indígenas que compunham este Comitê foram responsáveis por levar as demandas das aldeias que representam. O Comitê Regional é responsável pelo acompanhamento e avaliação dos resultados da política indigenista, constituindo-se em uma instância regional de planejamento, articulação, gestão compartilhada e controle social da FUNAI.

O Comitê Regional é de caráter paritário, ou seja, metade dos membros são representantes da FUNAI, e a outra metade são indígenas indicados pelas etnias da região em que atua o Comitê. O número de integrantes, os critérios de divisão dos representantes indígenas entre as terras e etnias da região e o regimento interno de cada Comitê são debatidos e definidos em conjunto pela FUNAI e os povos indígenas envolvidos. As atribuições do Comitê são definidas pelo Regimento Interno.

³²As Coordenações Técnicas Locais substituíram os antigos Postos Indígenas, que eram instalados dentro das aldeias, já as Coordenações Técnicas Locais são instaladas nas cidades próximas as aldeias, o que foi fruto da reestruturação da FUNAI, que aconteceu no ano de 2010.

Demais Políticas Públicas presentes nas aldeias que compõem TAUNAY/IPEGUE

Especificamente na Aldeia Bananal, nos últimos anos há um surgimento significativo de políticas públicas que emergem, tanto da esfera Estadual como Federal. E que estão focadas na distribuição e geração de renda como: construção de habitação, distribuição de cestas básicas, aquisição de insumos para a realização de agricultura, bolsa família, pró-jovem.

Existem aquelas que foram implantadas, criadas pelo Governo Federal, mas que ainda não foram colocadas em prática nas aldeias, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e também da Lei da Alimentação Escolar (PNAE), que determinam a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, onde também estão inclusos os agricultores das aldeias indígenas que, de certa forma, ainda não conseguiram vender seus produtos devido ao entrave generalizado pela falta da Declaração de Aptidão ao Pronaf. (DAP).

Outro programa ao qual os produtores indígenas ainda não tiveram acesso é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que também requer a emissão da DAP, que é dificultada para os indígenas devido os mesmos não serem detentores de título da terra onde trabalham, e também por falta de vontade política dos dirigentes dos órgãos de ATER.

Assim, a política de ATER Indígena, bem como suas incorporações na Aldeia Terena de Bananal, e nas demais aldeias, que fazem parte da Terra Indígena Taunay/Ipegue, é ainda embrionária, necessitando um olhar crítico a partir das formulações e desencadeamento de suas ações, pois a assistência técnica deve ser executada de forma endógena, respeitando as particularidades de cada povo indígena, bem como criando condições para que o conhecimento tradicional prevaleça.

A análise dos dados nos permite então formular dois problemas: o primeiro é o de que a introdução das novas tecnologias nas áreas indígenas não pode ser considerada só pelo seu aspecto “assimilador”. Os índios se apropriam das tecnologias pois vivem em constante contato com a sociedade envolvente onde, na visão dos índios, a introdução da eletrificação, da escolarização, da mecanização é vista também de forma positiva. Ou seja, eles estão dispostos a adotar novos padrões tecnológicos, pois também entendem que são vistos como

um empecilho para o desenvolvimento, devido a não aceitação de certas imposições com relação à introdução de alguns projetos nas aldeias.

O segundo é o fato de que, por outro lado, os indígenas questionam a forma política de gestão e introdução das mudanças tecnológicas. O caso da ATER é emblemático. Os índios demandam assistência técnica, mas a informação sobre a lei da ATER não chega às aldeias. O que isso significa? É o que vamos discutir nos próximos capítulos.

Capítulo III – Como Foram Historicamente Executadas As Políticas Públicas Para Indígenas Terena

Este capítulo resgata o histórico da formulação de Políticas Públicas com enfoques sociais implantados pelo Governo brasileiro que acontece somente no período republicano, mais precisamente na era Vargas, onde sua aplicabilidade se estreitava basicamente em três eixos: 1- na previdência e na legislação trabalhista; 2- na saúde e na educação; e 3- no saneamento básico, habitação e transporte.

As políticas públicas com fins sociais, não somente a saúde, implantadas pelo Estado brasileiro, eram tidas como um favor que se fazia às classes menos favorecidas, e não como um direito. Todavia, a implantação dessas políticas públicas foi marcada pelo clientelismo e paternalismo, onde os benefícios eram tidos como espécie de concessão oferecida pela oligarquia política. Na área da educação, a política pública no Brasil mantém as mesmas formatações presentes na previdência, saúde e saneamento. Todavia, ainda que de forma contraditória, esses avanços apontaram para a construção de um País com maiores responsabilidades sociais, no sentido de implementar políticas públicas que contemplem a justiça social, através do atendimento às classes sociais menos favorecidas.

Ao abordamos a questão das políticas públicas para os povos indígenas do Brasil, é possível afirmar que, desde o século XVI, existem instrumentos legais que definem e propõem uma política para os índios, fundamentados na discussão da legitimidade do direito dos índios ao domínio e soberania de suas terras. Esse direito ou não dos índios ao território em que habitam está registrado em diferentes legislações portuguesas, envolvendo Cartas Régias, Alvarás, Regimentos, etc. No período colonial, a política para os índios envolveu extremos das guerras justas, distribuição de sesmaria e escravização de índios e esbulho de terras pelas ações missionárias. A legislação imperial não foi benéfica aos índios, seja pelo Regulamento das Missões, de 1845, seja pela Lei de Terras, de 1850, ou pelas decisões contrárias aos índios de várias Assembleias Provinciais³³.

As políticas públicas de caráter “social” do Governo brasileiro para as populações indígenas iniciaram no século XX, em 1910, através da criação do Serviço de Proteção ao Índio-SPI, que deu início à implantação dos postos indígenas nas reservas indígenas, tendo como responsável pelo comando um encarregado de Posto. Assim, as ações na área de

³³ http://museudoindio.org.br/template_01/default.asp?ID_S=33&ID_M=114- acessado em 19.06.2011

educação, saúde e atividades produtivas passaram a ser comandadas pelo encarregado de Posto. Nesse sentido, as atividades braçais das roças comunitárias e da criação de gado eram executadas pelos índios, e, em troca da mão de obra, era repassado pagamento efetuado em dinheiro ou mercadoria. A atividade de roças nos postos indígenas vincula-se às estratégias de civilização ou de integração, pois a ideia era a de transformar as famílias indígenas em pequenos produtores rurais³⁴.

3.1. O Serviço de Proteção Indígena e os Terena

A criação do Serviço de Proteção ao Índio marca o início da política pública de reconhecimento dos povos indígenas por parte do Estado brasileiro, criada pelo Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, sendo decorrente de um período altamente crítico para os povos indígenas. A primeira Constituição brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, ignorou completamente a existência dos povos indígenas, prevalecendo à concepção da sociedade brasileira como sendo homogênea, conseqüentemente, desconhecendo-se a diversidade étnica e cultural do país. O Ato adicional de 1834 designava como sendo de competência das Assembleias das Províncias a tarefa de promover a catequese e de agrupar os índios em estabelecimentos coloniais, facilitando, com isso, a apropriação de suas terras.

No início do século XX, constatava-se que a catequese missionária não havia conseguido converter os índios, defender seus territórios contra invasores, nem impedir seu extermínio, seja em decorrência das doenças que os contagiavam, seja promovido por matadores profissionais, os chamados bugreiros, que eram contratados para limpar o terreno para a imigração e especulação de terras³⁵.

Em meados de 1907, as disputas no interior chegaram às capitais e ao cenário internacional em tom de acirrada polêmica. O diretor do Museu Paulista, eminente cientista, solicitou ao governo que optasse entre a selvageria e a civilização, onde seu propósito era civilizar o país, cumpria abrigar as guerras de extermínio com tropas oficiais para resolver o problema. Em sua carta declara que os atuais índios do Estado de São Paulo não representaram um elemento de trabalho e de progresso.

³⁴ Oliveira Filho, em seu estudo sobre os Ticuna e sobre a atuação do SPI, menciona a atuação e o interesse do encarregado do posto Manuelão (1943-1946) ao desenvolver atividades centradas na área produtiva, esta como sendo uma das diretrizes básicas do SPI destinadas a promover a socialização e integração dos índios.

³⁵ <http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm> acessado em 12.06.2011

Como também nos outros Estados do Brasil. Relata ainda que não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados; sendo os selvagens tidos como empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, senão o seu extermínio. E não se pode contar, de modo eficaz e seguro, com os serviços dessa população indígena, para os trabalhos que a lavoura exige. (IHERING (1907: 215) *apud* RIBEIRO, 2006, pág. 210).

Em 1908, durante o XVI Congresso de Americanistas, o Brasil fora publicamente acusado de massacre aos índios, como parte de uma política nacional de extermínio dessas populações. Em virtude disso, formou-se um movimento na imprensa para pressionar o governo Nilo Peçanha para resolver esses impasses. Como havia também um movimento para que o governo tomasse providências em relação à multidão de lavradores sem terra, negros e mestiços que perambulavam pelas cidades, em oposição a imigrantes estrangeiros que já recebiam atenção oficial, o governo achou por bem juntar os dois problemas, e assim criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que visava tanto à proteção e integração dos índios, quanto à fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais. De acordo com Lima, (1995 p. 160), o trabalho do SPILTN em uma região /local iniciava-se por uma expedição, com a finalidade de reconhecer o terreno, onde as expedições correspondiam muitas vezes a uma das formas de exercício do Serviço de Inspeção. As expedições foram os instrumentos primeiros dessa apreensão “nacional”, a qual forneceu subsídios a um cálculo para a ação política do Estado.

Ainda de acordo com Lima (1995 p. 179), havia certa interação entre indígenas e não indígenas: destes, os nativos aprenderiam os costumes, tipos de atividade econômica, enfim “civilizar-se iam”, por imitação ou desejo de gratificações. Nesse período, os Postos eram mantidos pelas atividades de trabalhadores não-indígenas, voltados para a construção das benfeitorias e para a produção agrícola; desta forma, a atração era um exercício de reordenamento, também, sobre populações não nativas, o que poderia, no futuro, gerar complicações, como, por exemplo, poderiam acabar instaladas dentro das terras no futuro delimitadas como indígenas. Portanto, por esses e outros motivos, em 1918 o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de Janeiro de 1918), e, finalmente, o órgão passou a ser conhecido como SPI.

Desta forma, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ou Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), teve o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil bem como aos trabalhadores rurais. Em seu período de existência, o SPI circulou em vários Ministérios. Entre 1910 e 1930, integrou o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De 1930 a 1934, o Ministério do Trabalho. De 1934 a 1939, o Ministério da Guerra, por meio da Inspetoria de Fronteiras. Em 1940, voltou ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, passou a integrar o Ministério do Interior (Souza Lima, 1987, 1995, 2002).³⁶

Para Lima, (1995, p. 103), para entender o sentido da Localização de Trabalhadores Nacionais e sua presença junto à Proteção aos Índios faz-se necessário considerar a modalidade de tratamento dado a partir do MAIC à relação entre trabalho e acesso à terra, onde, em suma, ela não diferia muito do planejado para índios em seus territórios; também o MAIC, na época, era visto como um Ministério técnico, o Ministério da produção, concebido segundo um paradigma americano.

Destarte, o Serviço de Proteção aos Índios tinha como objetivo ser o órgão encarregado de executar a política indigenista e realizar uma política demográfica. Sua principal finalidade era a de proteger os índios e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país.

Para Oliveira Filho (1988), ao tratar sobre os índios da etnia Ticuna, em relação à tutela, a finalidade desta tutela é justamente transformar, através de um ensinamento e uma orientação dirigidas, tais condutas desviantes em ações e significados prescritos pelos códigos dominantes, onde a tutela é fator de controle do grupo social sobre um conjunto de indivíduos potencialmente perigosos para a ordem estabelecida. Para esse citado, o tutelado não é plenamente capaz de se defender, expressar ou mesmo conhecer os seus reais interesses, havendo necessidade de alguém que atue ou decida em seu lugar para evitar que ele sofra ou seja lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram. O tutelado ainda não domina plenamente os códigos da sociedade nacional, necessitando de alguém que o oriente, mostrando os modos corretos de proceder em cada situação, disciplinando os seus modos de manifestação e evitando que ele transgrida as normas e entre em choque com direitos, valores ou interesses alheios.

³⁶ <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-%28spi%29> acessado em 16.11.2012

Foram esses conjuntos de ideias que fundamentaram a política do Estado brasileiro para os povos indígenas na maior parte do século XX. Criou-se, assim, a chamada política de integração, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, estava sendo preparado para ingressar na "civilização". Tal política apontava para o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia esta diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade nacional, pois o lema de Rondon, falado por muitos Terena, era “Integrar para não se entregar”.

A política indigenista integracionista baseava-se na fundamentação de que os povos indígenas passariam por um único processo evolutivo, do qual a civilização ocidental representaria o estágio mais avançado. Por isso, o Serviço de Proteção ao Índio desenvolvia uma política que propunha dar aos índios condições de evoluir lentamente, até integrarem-se à sociedade brasileira. Por isso, as demarcações das terras indígenas eram feitas, e se tentava evitar que fossem invadidas, protegiam os índios da exploração das quais eram vítimas por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira tais como seringueiros e madeireiros. Para tal, cumpre ao S.P.I.

- a) Pacificar os índios em luta e prepará-los para o convívio pacífico com a civilização, assegurando-lhes a propriedades das terras que necessitam para prover a própria subsistência, garantindo-lhes a liberdade de viver segundo o único modo que sabem viver- aquele que aprenderam de seus antepassados e que só muito lentamente pode ser transformado.
- b) Garantir a ocupação daquela porção do território nacional, através da confraternização de índios e sertanejos.³⁷

O SPI era responsável, também, pelo atendimento de saúde, ensinava técnicas de cultivo, de administração de seus bens e vários ofícios e proporcionava educação formal. Neste sentido, o relatório da Seção de Orientação e Assistência (S.O.A)³⁸, datado de 1954, fls 835, aponta que

orientou os encarregados de postos para que eles pudessem entender o mínimo essencial de assistência econômica, sanitária educacional, possíveis e devidas às comunidades indígenas, pois são de suas responsabilidades. Por outro lado, um melhor incremento na produção agrícola, assim como uma melhor realização da receita, com fiscalização da despesa dos postos, sendo mais orientadora que policial.

³⁷ Relatório S.O.A 1954

³⁸ O Serviço de Orientação e Assistência era o setor responsável dentro da estrutura organizacional do SPI, para cuidar das ações dos Postos Indígenas, onde os documentos enviados aos Postos passariam primeiramente para as Inspetorias Regionais e, posteriormente, seriam encaminhadas aos encarregados de Postos.

Para Cardoso de Oliveira, 1968, (pág. 5), “*os Postos têm limitado sua ação econômica a desenvolver sua própria produção, não a da comunidade indígena da Reserva.....o Encarregado do Posto cuida de produção – seja lavoura, pecuária ou extrativismo – restrita aos seus próprios interesses não aos dos índios*”. Os indígenas, por sua vez, eram meros trabalhadores braçais onde eram recrutados eventualmente nas roças ou com gado *vacum* que pertenciam ao Posto.

Para Oliveira Filho (1988), a tarefa do encarregado de um Posto Indígena, como representante local do SPI, era a de fazer a gestão dos índios que residiam dentro da área sob sua jurisdição onde para este autor a gestão dos índios implica em proteção e controle.

A Constituição de 1934, (em seu artigo 129), foi a primeira das Constituições brasileiras a tratar dos direitos dos povos indígenas, pois assegurou-lhes o respeito à posse das terras em que se achassem permanentemente localizados, as quais não poderiam ser alienadas, tendo sido atribuída à União a responsabilidade pela promoção da política indigenista. As Constituições de 1937 e de 1946 mantiveram esses mesmos pontos numa clara demonstração da consolidação dos direitos indígenas perante as diferentes forças sociais e políticas da sociedade brasileira.

Por volta de 1957, o Serviço de Proteção ao Índio entrou num processo de decadência administrativa e ideológica e passou a enfrentar problemas decorrentes dos conflitos de interesses com os estados, como aponta o relatório do Serviço de Orientação e Assistência de 31 de dezembro de 1958, fls 009001209, escrito pelo inspetor Manoel Joaquim D’Ávila: “*assistimos, diariamente, os Governos Estaduais autorizarem o loteamento e venda de terras em regiões ocupadas pelos índios*”, além de não se mostrar capaz de barrar o avanço de seringueiros e madeireiros, posseiros em terras indígenas, motivado por interesses econômicos, em diversas partes do País, onde tribos inteiras eram levadas aos extermínios e, em alguns casos, chacinadas por bandos profissionais que eram pagos pelos governos locais e por companhias de colonização por alemães e italianos (Relatório do S.P.I. durante o ano de 1954).

Essa situação foi agravada quando funcionários do SPI passaram a enfrentar acusações de improbidade administrativa, inclusive com relação ao patrimônio indígena, o que acabou por repercutir, nacional e internacionalmente, uma imagem negativa da Instituição. Em 5 de dezembro de 1967, quando o regime militar já havia se instalado no Brasil, o SPI foi extinto

após uma devassa que acabou por apontar uma série de irregularidades em sua administração, tendo sido criada, para substituí-lo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mesmo adotando uma política que não reconhecia os índios como povos diferenciados, e prevendo a sua assimilação cultural e, a despeito das limitações para que efetivamente assegurasse a proteção dos povos indígenas do Brasil, ainda assim desempenhou um importante papel histórico para a sobrevivência dos povos indígenas, não restando dúvidas de que foi a sua existência e atuação que acabaram por fazer consolidar-se no País o sentimento de responsabilidade histórica para com as populações indígenas, assim como o respeito pela pessoa do índio.

No contexto da história brasileira, os índios foram interpretados como vítimas, sendo desconsiderado pelo Estado brasileiro o seu modo de vida tradicional, prevalecendo os impostos pela dominação, que subestimou a capacidade intelectual dos índios na condução de suas próprias vidas, justificando, ao longo dos séculos, políticas públicas voltadas para a tutela e assimilação.

3.2 A História Terena

Dois eventos foram destaque na história do Povo Terena, no século XX: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em 1905, e a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. O governo republicano ampliou a política de construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas para melhorar a comunicação e o transporte entre o litoral e o interior do país e fortalecer seu controle sobre todo o território brasileiro.

O Governo Republicano tinha uma enorme preocupação com o Oeste do Brasil, distante dos grandes centros e situado em regiões de fronteira. Assim, decidiu melhorar as comunicações construindo linhas telegráficas para o Centro-Oeste. Dessa maneira, a necessidade de proteger militarmente as fronteiras brasileiras e favorecer o progresso econômico resultou na organização da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1900-1906)³⁹.

As estradas de ferro facilitariam o transporte de produtos para os portos do Oceano Atlântico, de onde eles seriam exportados para países distantes. Essa Companhia, que foi

³⁹ Adilso de Campos Garcia, 2008 p.107

criada com dinheiro brasileiro, francês e belga, tinha o objetivo de construir uma estrada de ferro ligando a cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, à cidade de Corumbá, em Mato Grosso. Isso faria com que houvesse um acentuado desenvolvimento na região da fronteira com o Paraguai e Bolívia com a criação de fazendas e cidades. A instalação de linhas de telégrafo, ligando o litoral ao interior do país, fazia parte das grandes transformações promovidas pelo Governo. Nesse contexto, várias turmas de índios Terena trabalharam para a Comissão encarregada do estabelecimento das linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso até a conclusão da mesma em 1908⁴⁰.

Garcia (2008, p. 60) afirma que, no transcorrer de 1905, sob o patrocínio de Rondon, foram constituídas as primeiras Reservas Indígenas dos Terena nas localidades de Cachoeirinha e Ipegue, Sul do Estado de Mato Grosso, caracterizando-se um processo de (re) territorialização desses índios. O Coronel Cândido M. S. Rondon foi o responsável pela legalização dessas terras em 1924, e, de acordo com o “Histórico,” localizado nas folhas 020, processo nº 1059/82, que faz parte do seu Relatório de viagem, essas terras foram uma recompensa por esses índios terem participado das lutas na Guerra contra o Paraguai ao lado do Império Brasileiro⁴¹.

O Serviço de Proteção ao Índio iniciou a instalação dos postos indígenas na década de 1910, sendo que os primeiros postos indígenas foram instalados nas aldeias Cachoeirinha, Bananal, Ipegue, Lalima, Limão Verde, Brejão, Buriti, Passarinho. A intenção era a de que houvesse um Posto Indígena em cada reserva, com exceção da reserva dos índios da etnia Kadíweu, em que, devido a sua grande extensão territorial, foram instalados dois postos indígenas São João e Bodoquena, e eram tidos como a base do Serviço de Proteção aos Índios aptos a executarem a política indigenista.

O relatório de atividades do S.P.I, do ano de 1954, aponta que esses postos “*abrigam tribos de economia já modificada, a agricultura tem sido orientada para a produção de milho, arroz, feijão, batata, mandioca. A pecuária apresenta comparativamente um dos melhores índices, onde a vantagem dessa criação se revela não tanto pela exploração do gado de corte, como pela adição de leite e carne na dieta do índio*”.

Os Postos indígenas tinham a sua frente o chamado, pelos índios, de encarregado ou chefe, que era responsável por, praticamente, todos os aspectos da vida social Terena: da mediação de conflitos internos entre famílias, à expedição documentos administrativos e

⁴⁰ Altenfelder 1949 pág. 283

⁴¹ Adilso de Campos Garcia, 2008 pág. 60, parte do relatório de campo de Rondon.

guarda dos registros; das ocorrências civis (nascimento, casamento e óbitos) até a gestão dos contratos de trabalho e também o estabelecimento de uma guarda indígena para a manutenção da ordem. Suas atividades, mais que assistenciais, tendem a ser apenas protetoras, entendendo-se, essa proteção, como controle das relações interétnicas, pois intermediava a relação entre índios e brancos. Além disso, também tinha a função de promover a economia e o bem-estar das populações sob sua supervisão.

Posto Indígena é uma reserva de terras coletivamente possuída por uma tribo que nela vive sob a orientação de funcionários do governo, suas atribuições fundamentais são a de organizar a economia indígena, tendo em vista garantir o provimento de sua subsistência e elevar o padrão de vida dos índios. Superintender suas relações e com civilizados, a fim de evitar que os índios sejam explorados e promover a punição dos crimes cometidos contra eles. Dirimir conflitos que surjam entre índios quando eles próprios apelam para sua autoridade, ou quando perdem a capacidade de aplicar seus próprios métodos de controle social. Assegurar-lhes assistência médica, especialmente no caso de doenças transmitidas pelos brancos e que provocam maior letalidade. Finalmente, orientar o processo de aculturação...⁴²

Para Cardoso de Oliveira (1968, pp.51, 52), esses Postos Indígenas funcionavam como empresas, sejam fazendas, seringais, etc., mais precisamente como Posto-Fazenda, pois o encarregado do Posto cuidava de uma produção, fosse ela lavoura, pecuária ou extrativismo, restrita ao interesse do Posto, não ao dos índios, que eram contratados para trabalhar esporadicamente na “produção do posto”. E em troca, os índios recebiam dinheiro ou mercadorias; os tipos de roças desenvolvidas, pelo Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.), diferem-se das desenvolvidas pelos índios em seus pequenos pedaços de roçados. Os Postos tinham limitado sua ação econômica para desenvolver sua própria produção não a da comunidade indígena da Reserva.

Assim, a presença efetiva de um novo ator social, arregimentado pela instalação de um Posto Indígena e pela ideologia dos chefes de Postos, modificaria os padrões de vida impostos pelo relacionamento entre índios e brancos, em que, através da execução das práticas agrícolas dos modelos desenvolvidos pelo Posto, os indígenas passariam a assimilar outras práticas agrícolas, desenvolvidas pela ideologia do Posto Indígena. Ainda segundo Oliveira, existia na época uma falta de assistência à produção indígena. A rigor essa assistência se dava,

⁴² Esta é a definição de Posto Indígena, exposto pelo relatório das atividades do Serviço de Proteção aos índios no ano de 1954

exclusivamente, na distribuição de sementes, (sobretudo arroz), ou na cessão de animais para a moagem da cana em engenhos dos Postos.

O Serviço de Proteção ao Índio mantinha um Posto na Aldeia Bananal com um pequeno rebanho de cerca de duzentas reses, e com recursos técnicos tais como instrumentos agrícolas, pregos, arame farpado, etc., que eram emprestados aos índios; o representante do Serviço de Proteção ao Índio- S.P.I- vivia em Bananal com sua respectiva família⁴³. Nesse caso, o índio cuidando de suas reses, recebe a incumbência de olhar pelas reses do posto...os encarregados de postos agem, assim, como se os índios não fossem donos de sua terra..”, Oliveira 1968, pág. 52.

Oliveira Filho, 1988, p. 238, relata que existiam dois tipos de encarregados: os que adotavam uma postura protecionista e tentavam expandir o campo de ação indigenista, e os que encaravam suas atividades como mera rotina burocrática e simplesmente reproduziam atitudes patronais em seu relacionamento com os índios. De toda maneira, os índios se defrontavam com diferentes pressões e visões sobre suas práticas produtivas e agrícolas.

3.3. A Renda Indígena, os Índios e a Revolução Verde

Os projetos agrícolas para os povos indígenas, em geral, tiveram início com as ações do Serviço de Proteção ao Índio. O relatório das atividades do S.P.I, de 1954, p.32, aponta que a

“economia é o veículo mais importante da integração do índio à comunidade nacional. Planos e realizações nos setores de educação, assistência médico-sanitária, atração e pacificação de grupos arredios ou hostis dependem, em ultima instância, do desenvolvimento de uma economia básica que permita ao índio meios adequados de sua subsistência, ao mesmo tempo que produção de um excesso comerciável a fim de atender as novas necessidades que adquire desse convívio. Não se trata do S.P.I, produzir para o índio, mas de capacitá-lo técnica e materialmente a uma exploração mais produtiva dos recursos de seu alcance. Essa melhoria somente é possível através de introdução de novas técnicas de agricultura e de melhores instrumentos de trabalho”.

A FUNAI manteve, relativamente, o mesmo padrão de atuação voltada para o aumento da “produtividade” através da “renda indígena”.

Ainda de acordo com o relatório mencionado acima descreve à p. 32, que

⁴³ Altenfelder, 1949 pág. 338

“o nível econômico dos Postos progrediu sensivelmente nos últimos anos, através da intensificação da exploração de produtos de indústria extrativa, como a borracha, a madeira e o pau-rosa, na região norte. Na lavoura, a par da elevação de produção e beneficiamento da mandioca e do milho, lavouras tradicionais, plantas introduzidas como arroz, feijão, o trigo, a cevada, já mostram índices favoráveis. São produtos que o índio planta principalmente para comercializar, mas que já vão sendo incluídos em sua dieta. A pecuária continua um dos setores com menor progresso devido à dificuldade e adaptação dos índios a esse tipo de atividade e também devido não ter assistência técnica adequada”.

O relatório afirma ainda que, dentro da estrutura do SPI, é mais fácil contratar médicos, professores e etnólogos para a realização de pequenos programas de assistência social do que agrônomos e técnicos agrícolas. Desta maneira, a renda indígena obtida nas terras indígenas tinha como foco a venda dos produtos e assim revertê-la em bens aos postos indígenas, como a aquisição de tratores e equipamentos agrícolas, além de fornecer às diretorias recursos financeiros para atender outras inspetorias.

Para Oliveira Filho (1988), o sucesso das atividades de produção era um modo dos encarregados de Postos, indicar aos seus superiores hierárquicos a sua capacidade administrativa, estabelecendo iniciativas produtivas viáveis e compatíveis com as finalidades do S.P.I., revelando, paralelamente, seu dinamismo e a sua aceitação pelos índios; o mal desempenho dessas atividades, nos Postos Indígenas, apontava o fracasso para as inspetorias, bem como deixaria de gerar a denominada renda indígena.

Através do relatório do S.P.I., datado de 10 de abril de 1955, podemos distinguir que as técnicas agrícolas foram evoluindo de forma gradativa nas aldeias; o relatório aponta que nessa época os índios da etnia Kaingang e Guarani, do Sul do Brasil, graças a uma sadia orientação, já dirigiam modernos tratores e ceifadeiras e chegaram a ganhar medalhas de campeões nas competições regionais de produção de milho híbrido e de trigo, enquanto que outras regiões não acompanhavam este mesmo ritmo em virtude da marginalidade econômica das áreas em que vivem e da própria aculturação que ainda não permite uma completa adoção dos modernos métodos de produção.

A economia indígena, especificamente aquela que não estivesse limitada à mera subsistência e que, portanto, se destinasse à produção para o mercado, estava submetida a um regime de “patronato”; estivesse ela organizada em base agrícola, extrativista ou pastoril, a direção estava nas mãos do encarregado do posto indígena e as rendas auferidas eram contabilizadas em nome do Serviço de Proteção aos Índios, sob o título de Renda Indígena. Essa renda era constituída da venda de gado, madeira, borracha, diferentes culturas como milho e o arroz, etc., sendo canalizada dos postos indígenas às Inspetorias Regionais e, dessas,

à Diretoria Central em Brasília. Sua redistribuição era feita segundo critérios os mais variados: podia retornar (...), ao posto que a produziu, podia ser aplicada em postos indígenas que nada produziram, podia ainda financiar serviços administrativos ou técnicos nos postos indígenas, nas Inspetorias Regionais (...) ou na Diretoria. Na visão de Cardoso de Oliveira, estando a destinação programada para o conjunto da população indígena, teoricamente de conformidade com as necessidades específicas de cada povo silvícola em particular, isso representava uma sobrecarga injusta que recaía exatamente naqueles grupos ou territórios tribais que maior produção logravam alcançar, resultando que grupos que nada produziram para o mercado poderiam participar dessa renda, ao mesmo tempo em que os que se constituíram nos principais produtores de bens comerciáveis podiam nada receber, ou apenas receber uma pequena parte do que efetivamente produziram.... Por outro lado, como resultado da instituição da Renda Indígena, esses postos e os demais do território brasileiro estavam organizados ou tendiam a se organizar em forma de empresa. Numa tal organização, os índios não eram donos de sua produção, pois esta era comercializada pelo posto indígena, cujo objetivo essencial não, seguramente, o bem estar da comunidade silvícola, mas o incremento de uma produção destinada a ampliar a Renda Indígena em seu conjunto⁴⁴. Assim, no século XX, com a extinção do Serviço de Proteção ao Índio e a criação da FUNAI, em 1967, a agricultura do povo Terena passa por uma mudança radical. Uma delas seria “*a transformação da produção indígena*”, em que o trator e os implementos agrícolas são tidos como símbolos dessa transformação, facilitando o trabalho e, principalmente, a rapidez no que se refere ao preparo do solo. Miranda⁴⁵, (2006 p. 102), enfatiza que os maquinários agrícolas são tidos como;

fator negativo na organização interna da aldeia que surgiu após a introdução do trator e que ainda prevalece em algumas aldeias e o “poderio” de algumas lideranças indígenas, pois os mesmos ficam sob a responsabilidade dos caciques, onde os mesmos se acham no direito de se apossarem destes benefícios para condicionar o apoio de algumas famílias indígenas a sua gestão em troca da preparação do solo para o plantio.

Também isso gerou dependência dentro das comunidades indígenas, atrapalhando o desenvolvimento da produção, pois quando estraga o trator ou qualquer implemento agrícola, as lavouras param devido à falta desses maquinários para o preparo de solo. No entanto, para suprir essas demandas em relação à falta de maquinários nas comunidades indígenas

⁴⁴ Oliveira 1978, pp. 137, 138

⁴⁵ Mestre em Desenvolvimento Local, engenheiro agrônomo e índio Terena da Aldeia Água Branca em Nioaque/MS

existentes no Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado, no ano de 2010, lançou o programa Aldeia Produtiva, através de doação de maquinários e equipamentos agrícolas bem como a doação de sementes e óleo diesel.

Para Cresswell, apud Santos, 1999, p.31, *“a técnica seria definida como toda uma serie de ações que compreendem um agente, uma matéria e um instrumento de trabalho ou meio de ação sobre a matéria, e cuja interação permite a fabricação de um objeto ou de um produto”*.

Destarte, as inserções das modernas tecnologias agrícolas nas aldeias vieram atreladas ao surgimento da chamada “Revolução Verde.” Para Oliveira, 1967, p. 139, *“o fato de os encarregados de posto serem indivíduos recrutados da sociedade rural torna mais fácil a transferência para as reservas indígenas dos padrões de relacionamento humano inerentes ao processo produtivo regional”*. Assim, a visão dos encarregados dos postos, era atrelada ao desenvolvimento econômico, e a exploração das riquezas naturais existentes nas Reservas Indígenas, fato que fez com que fossem introduzidas novas técnicas de cultivo agrícolas e de novas espécies de sementes.

Para Oliveira Filho,⁴⁶ 1988 p. 226, *“o preenchimento do cargo de encarregado de Posto Indígena não supunha a obtenção de diplomas, cursos ou conhecimentos específicos”*, fato que dependia, em geral, do chefe da Inspetoria que, tendo em vista os recursos existentes financeiros ou humanos, mobilizava e selecionava os candidatos de acordo com parâmetros diversos, não exclusivamente técnicos. Assim, a perspectiva de atuação política desse tipo de encarregado conduzia nitidamente a uma certa composição com os interesses políticos das regiões onde estavam instalados os postos indígenas.

Técnicas estas desenvolvidas em consonância com os padrões da ideologia difusionista da Revolução Verde e, de acordo com a política integracionista do órgão indigenista, que difundiam certos padrões e símbolos de uma outra cultura, e não compartilham a participação dos indígenas no processo de implantação desses projetos. Neste sentido, Little (2002, p. 41), afirma que:

autonomia cultural implica ter uma participação direta dos indígenas nas decisões sobre o destino dos recursos naturais contidos no seu território e, igualmente importante, controle sobre os recursos culturais do grupo (língua, organização social, práticas tecnológicas, etc.). A autonomia cultural, para funcionar como um verdadeiro subsídio para o etnodesenvolvimento, teria que operar em, pelo menos, três planos: político, econômico e simbólico”.

⁴⁶ O autor cita isso ao modo de como os encarregados de Postos que cuidavam dos Ticuna eram selecionados

Ramos (1998 apud Little 2002, p. 41) afirma que, no caso do Brasil, durante décadas o principal interesse do Estado brasileiro frente aos povos indígenas foi sua "pacificação" e não seu desenvolvimento enquanto etnias diferenciadas. Embora esse quadro tenha mudado atualmente, ainda existe muita dificuldade de implementar políticas que efetivamente respeitam a diversidade cultural, porque muitas ações estatais, responsáveis pela implementação das políticas étnicas, são burocráticas e não oferecem o treinamento, nem tem o interesse, nem a visão necessários para estabelecer um verdadeiro diálogo com os grupos etnicamente diferenciados.

O senhor Sebastião Cândido, morador da Aldeia Bananal, 64 anos, afirma que na, época em que eram executados os projetos agrícolas pelo S.P.I., no Posto indígena Taunay/Ipegue, *“não era distribuída a renda, o chefe era purutuye (branco) e tomava as decisões sozinho, os índios tinham medo de purutuye, a agricultura, em 1957, dos Terena, era bem tradicional, era feita no toco, não tinha trator”*.

Para tratar da Revolução Verde e a sua inserção nas aldeias indígenas, é necessário um breve enfoque histórico de como isso se deu no Brasil e no mundo. Os avanços tecnológicos advindos da Revolução Verde se iniciaram no fim da década de 1940 após o período de guerras, tendo como principal objetivo o combate à fome e à miséria dos países mais pobres, por meio da introdução de técnicas modernas. Segundo Leide Albergoni, Victor Pelaez, (2007, p. 1), a *“Revolução Verde pode ser caracterizada como um paradigma tecnológico derivado da evolução dos conhecimentos da química e da biologia, que definiram uma trajetória tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos de cultivo”*. O que fez com que a agricultura passasse por uma série de transformações decorrentes do processo de modernização, consistindo na utilização de máquinas modernas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra, o que alavancou um aumento na produção de alimentos.

A Revolução Verde trouxe ainda consigo o surgimento de plantas modificadas geneticamente, resistentes às pragas e doenças, adaptadas aos mais distintos climas, o que permitiu um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos. Paralelo a isso está o estímulo ao uso de fertilizantes, agrotóxicos, implementos agrícolas e máquinas, trazendo para o agricultor aumento significativo de sua produção.

O contato com os encarregados de postos indígenas e com a economia local fez com que surgissem novas necessidades dos indígenas, principalmente quanto ao uso de

ferramentas, máquinas agrícolas, sementes. Quando indagados, os agricultores indígenas Terena da Aldeia Bananal, sobre qual tipo de semente os mesmos preferem, se é a semente híbrida ou a variedade, os entrevistados afirmam que a preferência é pelas sementes híbridas, devido apresentarem grande produção por hectare e maior vigor no desenvolvimento da planta. Quanto à utilização de maquinários na aldeia, os mesmos respondem que o maquinário é bem vindo, pois facilita o trabalho dos mesmos no preparo de solo, bem como o uso de implementos como bateadeira de arroz e feijão, que agilizam a separação entre o grão e a palhada. Isto comprova que os agricultores Terena não são vítimas passivas mas que a introdução dessas tecnologias foram solicitadas pelos mesmos tendo em vista sua melhor racionalização nos trabalhos da roça, assim como a associação do tradicional ao modernismo na agricultura, o que não significa a ruptura da cultura agrícola Terena.

O indígena Amaro Cândido, da Aldeia Bananal, 73 anos, relembra que seu finado avô, o senhor João Cândido, ao comentar sobre o futuro da aldeia, tinha a seguinte reflexão: *“um dia vai vir maquinário que vai estragar a terra para nós plantar, pois somos acostumados na foice e na enxada e vai modificar nosso modo de plantar”*. E ao comentar sobre o uso constante de maquinários na lavoura, o mesmo afirma: *“é bom, mas quando começa a ser utilizado em larga escala não produz mais nada”*; ele se refere a constantes usos de maquinários sobre o solo, o que faz com que o mesmo fique compactado, devido ao uso inadequado dos maquinários e implementos. O ex-cacique Mauro Paes, 58 anos, da Aldeia Ipegue, afirma que, atualmente, há uma grande dependência de insumos agrícolas por parte dos agricultores indígenas: *“se o governo não der semente e óleo diesel para preparo do solo, o pessoal não planta; na época em que fui cacique, consegui trator hoje está quebrado e não temos condição de arrumar”*. O ex- cacique expõe que as sementes que o povo mais precisa são de milho, feijão rasteiro, e alguns agricultores indígenas ainda plantam arroz.

De maneira geral, a implementação dessas novas tecnologias provocou um grande aumento na produção de países em desenvolvimento como a Índia e o Brasil, pois trouxe com elas, a abrangência significativa de novas técnicas que alteraram a estrutura agrária. Muitos pequenos produtores, que não se adaptaram às novas técnicas de produção, não atingiram produtividade suficiente para manterem-se na atividade. Como consequência, muitos desses agricultores se endividaram devido aos empréstimos bancários, solicitados para realizar a mecanização de suas plantações, tendo como única forma de pagamento da dívida o pagamento com a sua propriedade.

As chamadas políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural são usualmente direcionados a segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização agrícola, e muitas assumem ou assumiram, como no caso do Brasil, um caráter de políticas de desenvolvimento rural regional. É possível afirmar que a Revolução Verde desencadeou-se de forma bastante atrativa, pois, introduziu no universo da agricultura, de um modo geral, um novo arranjo social, com a substituição de parte do conhecimento tradicional por um conhecimento científico e instrumental, que até então não se legitimara, por falta de condições objetivas. De um lado, havia convergência de interesses por parte dos agentes. De outro, instrumentos adequados para a sua instituição (tecnologia, crédito e assistência técnica). Desse modo, os agricultores, no entanto, pareciam não perceber os impactos sociais e culturais que essa revolução trazia e que também deu uma nova função social para a agricultura que passara a exportar alimentos a outros países.

Isso denota que o sistema da agricultura familiar camponesa, assim como os povos indígenas, não faz parte da agricultura ligada ao agronegócio, todavia, o camponês vê-se atrelado à expansão do agronegócio à medida que o capital controla a tecnologia, o mercado e as políticas agrícolas. Karl Kautsky (1968 p. 28) define que o capitalismo leva à especialização do camponês na agricultura, ou seja, o camponês exclusivamente produtor agrícola é um resultado da expansão do capitalismo, passando ser um *“um agricultor puro”*. De acordo com Wolf 2000, p.13, *“as sociedades e as culturas sempre formaram parte de sistemas maiores, era assim antes do surgimento do capitalismo.....é comum dizer que tal expansão acarretou mudanças significativas nos ordenamentos sociais e culturais dos povos em todos os lugares”*.

Destarte, a Revolução Verde é introduzida nas aldeias indígenas, parte pelo SPI e parte pela FUNAI. De acordo com Matta e Laraia, (1978, p. 110), *“a orientação recebida pelos postos através de uma ordem de serviço da chefia, os instrui para que, através da agricultura e da criação, torne seus postos autossuficientes”*. Atrelado a isso estavam os índios que dispunham de pequenas áreas de roças, realizadas de maneira tradicional, mas que também desempenhavam atividades de roça para chefia de Posto, mas, porém de uma maneira bem diferente da sua. Ainda segundo esses autores, o contato com o mundo dos brancos aumentou as necessidades por produtos industrializados no interior das aldeias, e isso demonstrou que qualquer que seja a reação da sociedade indígena frente ao contato, como era praticado, não impedia que os resultados para os indígenas iniciassem o processo de extinção ou de marginalização. Para Oliveira,

os postos têm limitado sua ação econômica a desenvolver sua própria produção, não a da comunidade indígena... onde os índios são recrutados eventualmente, para trabalharem no que chamam produção do posto, sendo pagos para isso as vezes em dinheiro, outras em mercadorias. Suas roças são completamente diferenciadas das dos postos, e delas só eles cuidam (OLIVEIRA, 1968, p.52)

Desta maneira, os projetos agrícolas desenvolvidos pelos Postos Indígenas não visavam, portanto, a uma solução interna das demandas do grupo indígena, mas a um tipo de produção mais próxima da empresa agrícola capitalista, do capital agroindustrial. Em muitas áreas, aderiram à criação de gado *vacum* em áreas de pastagem natural. Destaca-se aqui o caso dos índios da etnia Kadiwéu, de acordo com Pechincha (1994, p. 68), “*donos, no passado, de um rebanho admirável no seu número; atualmente, as famílias mais abastadas contam com poucas cabeças de gado bovino e também não muitos cavalos,*” que possuem uma área de 534.000,00 hectares, que, à época S.P.I, eram feitos contratos de parceria pecuária⁴⁷ com proprietários rurais da região, para colocarem seus gados, principalmente em época da enchente do Pantanal, pois a área indígena Kadiwéu estava localizada numa área alta do Pantanal, o que evitava assim o alagamento e perda de animais. A inserção da cultura de soja também prevalece em algumas populações indígenas, como é o caso dos índios da etnia Guarani localizados na cidade de Dourados. Assim, essa atividade dificulta o plantio de outras culturas agrícolas que são de exclusividade da alimentação dos índios.

A inserção dos pacotes tecnológicos, advindos da Revolução Verde nas aldeias, atualmente tem efeito visível, pois, a exemplo da Aldeia de Bananal, os agricultores indígenas ficam reféns das doações de sementes pelo Governo Estadual e Funai⁴⁸. Há ainda aquelas sementes que são exclusivas das comunidades indígenas, sendo que as mesmas são armazenadas, de acordo com as formas tradicionais, pelos agricultores indígenas; uma delas é o feijão miúdo e o maxixe. Tais culturas não exigem que o solo esteja em condições férteis, e também suas sementes não são encontradas no mercado para aquisição. Muitos agricultores indígenas plantam essa cultura durante o ano todo, pois não existe época para o seu plantio,

⁴⁷ O arrendamento em terras indígenas é um tipo de atividade não permitida atualmente em Terras Indígenas conforme determinação da Lei 6001, de 19/12/1973, que, no seu artigo 18, declara que as áreas indígenas não podem ser objeto de arrendamento, visto que as terras pertencem à União, cabe apenas usufruto das comunidades indígenas, sendo permitida, nesses casos, apenas a parceria pecuária ou agrícola através da formalização de contratos de acordo entre ambas as partes: índios x interessados, através do Presidente da FUNAI. Mas o que existe na prática é uma cessão de direitos sem a anuência da Presidência da FUNAI.

⁴⁸ Isso devido às sementes doadas serem todas híbridas, e, sendo assim, as mesmas não podem ser armazenadas para serem plantadas na próxima safra

como afirma o indígena da Aldeia Bananal, Dílson Pereira Marques, 47 anos; *“a gente planta esta cultura o ano inteiro, serve para o nosso consumo quando está verde, e ainda vendemos o excedente a R\$ 20,00 o saco com casca”*.

Figura 17. Cultura de maxixe



Fonte: própria

Figura 18. Cultura de feijão miúdo ou feijão de corda



Fonte: própria

Figura 19. Agricultor indígena e cultura de feijão miúdo



Fonte: própria

Miranda (2006 p. 96), ao falar dos índios Terena da Terra Indígena Nioaque, afirma que:

O período da Revolução Verde foi marcante na agricultura em geral, a qual trouxe grandes mudanças, positivas para uns e desastrosas para outros. Nas comunidades Terena, as práticas agrícolas também sofreram suas alterações. A partir deste período, houve uma introdução gradativa de maquinários agrícolas e equipamentos nas comunidades Terena, assim como o uso de espécies híbridas no plantio, e, consequentemente, a inserção de uma nova forma de trabalhar a agricultura nessas comunidades.

Entretanto, o uso constante de maquinários e implementos agrícolas afeta a qualidade do solo, tendo efeito visível nos vários problemas apresentado no solo; um deles é a erosão nas áreas de roças, a compactação e o afastamento do contato dos agricultores indígenas direto com a terra, pois geralmente as áreas de roças chegam a ser gradeada duas vezes por ano, isto é, procedem a colheita e logo em seguida prepara o solo e planta-se novamente. Isto devido a falta de espaço para a realização da agricultura nos moldes tradicional de corte, queima e coivara. Vale ressaltar que a prática de corte, queima e coivara é utilizada em caso

de abertura de novas áreas de roças, mas que, posteriormente, os agricultores fazem a “destoca” para que os próximos preparos de solo sejam efetuados com trator.

No caso específico das aldeias, quando os seus maquinários apresentam problemas mecânicos, as atividades nas lavouras ficam paralisadas, ocasionando, com isso, a perda das sementes devido possuírem época certa para serem cultivadas, não podendo ser cultivadas em outras épocas, devido ao prazo de validade das mesmas.

É necessário esclarecer que existem diferenças entre a agricultura tradicional e a agricultura praticada atualmente nas grandes propriedades rurais. É chamada de agricultura tradicional o conjunto de técnicas de cultivo que vem sendo utilizado durante vários séculos pelos camponeses e pelas comunidades indígenas. Essas técnicas priorizam a utilização intensiva dos recursos naturais e da mão de obra direta. A agricultura tradicional é praticada em pequenas propriedades, pelos camponeses, povos indígenas, e mantém o foco na subsistência familiar, com a produção de grande variedade de produtos.

Na chamada agricultura moderna ou comercial, o uso de novas genéticas relacionadas ao melhoramento das sementes é constante, e, assim, a cada safra, o produtor é obrigado adquirir novas variedades de sementes e a utilizar novos tipos de insumos. O consumo exagerado de insumos externos, geralmente de alto custo, causam a dependência financeira, tecnológica e biológica do produtor.

Esse panorama da agricultura indígena nos permite ver que o objetivo de produzir uma renda indígena e auto-suficiência dos postos sob o SPI e a FUNAI, por mais que estivesse voltado para uma ideia da proteção e autonomia dos indígenas, na realidade tal objetivo era alcançado através de difusão tecnológica que gerava dependência dos índios frente à agricultura comercial e em decisões de cima para baixo. É esta situação que os projetos agrícolas e a lei da ATER irão encontrar nos anos 2000.

Capítulo IV – Políticas Públicas, Economia Indígena e Assistência Técnica Hoje

O golpe militar de 1964 trouxe mudanças no quadro político-institucional do Estado Brasileiro e, especialmente, para os povos indígenas, uma vez que o SPI foi extinto e, em 5 de dezembro, de 1967, por intermédio da Lei 5.371, foi criada a Fundação Nacional do Índio.

No tempo em que o Brasil esteve sob o governo militar, predominou na FUNAI a mentalidade empresarial. Pensava-se em fazer os índios trabalharem, não segundo seus costumes e tradições, mas impondo-lhes o sistema de trabalho dos civilizadores e de finalidade comercial. Com isso, pretendia-se que o próprio órgão protecionista fosse mantido pelo produto do trabalho indígena. Cada sociedade indígena não se beneficiava diretamente do produto de seu trabalho, pois o lucro obtido em determinado posto indígena podia ser aplicado em outro, e mesmo nos trabalhadores de gabinete, na cidade⁴⁹.

Verdum, (2010 p. 28), afirma que *“nos primeiros anos de existência da FUNAI, entre 1967 e 1973, no campo do chamado desenvolvimento do patrimônio indígena, além do prosseguimento dos arrendamentos de Terras Indígenas, foram implantados vários projetos de “desenvolvimento econômico” envolvendo o cultivo de soja e trigo, a bovinocultura, a rizicultura e a instalação de serrarias, todos no Sul do país”*.

Segundo Joana Fernandes Silva (apud Verdum 2010, p. 28,29), *“a FUNAI anuncia, em 1979, estar desenvolvendo 55 projetos agrícolas em todo território nacional contra 10 de 1973, perfazendo um total de 11.9433 ha, cultivando as culturas de arroz, feijão, milho, café e soja.”* Já em 1980, o órgão indigenista anuncia a quantia de 132 projetos em execução, em que a FUNAI e o Ministério do Interior⁵⁰ previam, nessa época, uma colheita de 34.000 toneladas de arroz, feijão soja e mandioca. Entre as aldeias dos índios Terena, da Terra Indígena Taunay/Ipegue, conforme as avaliações técnicas referentes aos projetos agrícolas do exercício 1979 e 1980, do setor agrícola da 9ª Delegacia Regional, foram desenvolvidas várias

⁴⁹ Mellati (2007: 259)

⁵⁰ Até 1991, a FUNAI se manteve vinculado ao extinto Ministério do Interior. Os presidentes nomeados entre as décadas de 1970 e 1980 eram, em grande maioria, militares ou políticos de carreira pouco ou nada comprometidos, e até mesmo contrários aos interesses indígenas. A administração foi centralizada em Brasília. Os postos indígenas foram mantidos e as inspetorias transformadas em delegacias regionais. Outras instâncias – ajudâncias, superintendências, administrações executivas, núcleos locais de apoio – foram criadas e extintas ao longo do tempo. Apesar destas modificações, a Funai se estruturou aos moldes do SPI, de modo mais ou menos centralizado, com grande rigidez burocrática, em três níveis espaciais: nacional, regional e local (Souza Lima, 2001). Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/funai> acessado em 15/07/2012

atividades tais como preparo de solo, onde foram cultivadas as culturas de arroz e milho em modo consorciado.

Quanto à assistência técnica, é notório que nesses projetos toda a produção era acompanhada por um técnico contratado pela FUNAI, sendo o mesmo responsável pela área da produção; posteriormente, o relatório da produção agrícola nas Terras Indígenas era repassado às Delegacias Regionais. Segundo dados do projeto agrícola 1979/1980 (p. 1), o técnico, às vezes, passava as informações técnicas, porém não lhe eram dado ouvidos, sendo preciso recorrer à ajuda do capitão⁵¹ da aldeia quanto à conscientização da assistência técnica. Quanto à produção agrícola nas aldeias, apresentamos o seguinte quadro para demonstrar a produção da época conforme consta no relatório acima referendado.

Tabela 6. Produção agrícola da safra 1980 das aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue

Aldeia	Cultura	Área cultivada	Produtividade/há	Produção/sacas
Água Branca	arroz	19	23,6	450
	milho	3	6	18
Jaraguá	arroz	13	15,3	200
	milho	3	3,3	10
Bananal	arroz	46	13	600
	milho	3	10	30
Morrinho	arroz	24	8,3	200
	milho	2	10	30
Lagoinha	arroz	28	5,35	150
	milho	2	5	10
Imbirussu	arroz	18	16,6	300
	milho	3	3,3	10
Ipegue	arroz	57	40,01	1665
	milho	12		120

Fonte: projeto agrícola desenvolvido na T.I Taunay/Ipegue no ano de 1979/80, adaptação do autor

O quadro demonstra uma realidade muito diferente à do contexto atual das aldeias, dada à alta produtividade da produção de sacas por hectare, chegando a produzir 40 sacas de arroz por hectare, devido à qualidade do solo da época ser favorável e por causa das chuvas constantes, fato que prejudicou a cultura de feijão conforme informa o técnico em seu

⁵¹ Esse termo capitão era utilizado pelos mais antigos devido ao militarismo da época; atualmente, entre os Terena, é conhecido como cacique.

relatório. Já a cultura do milho não se computa de maneira geral devido ao fato dos índios comercializarem as espigas quando ainda verde e ainda utilizarem para alimentação nesse estágio.

Ainda segundo relatório do técnico, na Aldeia Ipegue houve vários pedidos da comunidade no sentido de utilizar a bateadeira de cereais do Posto Indígena Taunay, porém a bateadeira encontrava-se com inúmeros serviços, não sendo possível atendê-los. A colheita foi manual, utilizando-se ferros de cortar arroz, pertencentes aos próprios indígenas, que depois eram empilhados, em feixes, na própria roça, para depois serem beneficiados de modo convencional ou com a utilização de trator; o arroz cortado em cacho, colocado sobre uma lona estendida sobre a qual era passado várias vezes o trator para que os grãos se desprendessem do cacho.

Os projetos agrícolas da FUNAI surgem como parte de um processo de difusão de tecnologia e também como preparação para um fluxo de expansão econômica da fronteira agrícola nas aldeias indígenas.

A FUNAI, através de projetos de desenvolvimento comunitário, durante a década de 1970, incentivou, também, de acordo com as políticas públicas do Estado, a “Revolução Verde”, que se resumiu em incentivos à utilização de tecnologias, bem como informações, técnicas, maquinários e insumos agrícolas, adquiridos por meio desses projetos, para o aumento da produtividade e produção na área rural e, assim como na área urbana, haveria uma modernização do campo, ocasionando a abertura de novas áreas para plantio dentro das aldeias, com o intuito de substituir a produção de subsistência, pela produção onde seria comercializado o excedente. Nessa época, segundo relatos indígenas, ocorreu um aumento significativo na produção e, assim, como era da vontade do Estado, talvez dos próprios indígenas, passou-se a comercializar o excedente na área urbana e obter-se certa lucratividade⁵². Um exemplo é o que aconteceu com índios Guarani. No caso dos Guarani, é inegável que as iniciativas de produção agrícola, levadas a cabo por algumas instituições de Santa Catarina, têm como mote a utilização de tecnologias da agricultura dita convencional, herdeira da chamada Revolução Verde, com a utilização de insumos de base sintética, monocultivos, sementes híbridas e pesticidas. A pressão é tamanha que, em algumas aldeias, esse modelo é amplamente divulgado e utilizado como referência por parte de integrantes do

⁵² Caporal e Costabeber (2004, p. 121) apud Correa, 2007, p.66.

grupo, enquanto alternativa possível de inserção de produção no mercado regional⁵³. Segundo os autores Almeida e Medeiros, existem casos em que esse mesmo grupo não se alimenta dos produtos produzidos com essas técnicas, mas sim, se alimentam basicamente dos produtos advindos da roça tradicional. E que a utilização dessas técnicas tem enfraquecido seus solos e contaminado suas águas.

No ofício de nº 003/83, do Conselho tribal do Posto Indígena Taunay, encaminhado à 9ª Delegacia Regional de Campo Grande ao engenheiro agrônomo responsável pelo projeto do ano de 1983, os indígenas solicitam a aquisição de mais um trator agrícola, usado juntamente com implementos; os mesmos alegam ainda que uma máquina apenas não dá conta do preparo de solo, devido à área de plantio ser muito grande e os índios alegam ainda que sempre plantam fora da época, prejudicando assim a produção das lavouras, conforme demonstra Figura 19.

Vale ressaltar que o Posto Indígena era dotado com estrutura completa de maquinários e implementos agrícolas para atender as demandas referentes à lavoura, como específica o técnico em seu levantamento realizado no Posto Indígena de Bananal: 01 trator Massey Ferguson, modelo 285, ano 78, 01 arado hidráulico com 03 discos, ano 78, 01 grade de arrasto com 16 discos, ano 80; 01 carreta agrícola com capacidade de 4 toneladas; 01 trilhadeira para cereais, ano 78; 08 pulverizadores costais manuais; 01 máquina de beneficiar arroz; 01 jogo de chaves; 01 balança com capacidade de 300kg; 01 um macaco hidráulico com capacidade para 20 toneladas; 01 motosserra ano 79; 01 caminhão Ford F-600, com capacidade de 10.000 kg; 01 caititu com motor elétrico; 01 trena de fibra de vidro.

Segundo Steward e Murphy (1956), apud Little, 2002, quando bens manufaturados por nações industrializadas com técnicas modernas tornam-se disponíveis mediante trocas com populações aborígenes, os povos nativos deixarão crescentemente a confecção de seus produtos artesanais para dedicar seu tempo à produção de produtos especializados ou outros produtos desejados pelo mercado no interesse em obter mais bens manufaturados. Percebe-se que na produção indígena, a partir do momento em que passaram a utilizar novas tecnologias na agricultura os mesmos deixaram de utilizar as ferramentas manuais confeccionadas pelos próprios índios, apesar de não implicar em um desaparecimento completo.

⁵³ ALMEIDA e MEDEIROS (2010: 242). Quando se referem ao sistema agrícola Guarani do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 20. Ofício nº 003/83, respeitando-se a forma original em que foi redigido

Ofício nº 003/83
 Do: Conselho tribal P.I. Taunay- 20-5-83
 Para: Eng. Agrônomo Resp. Projeto Ano 83.

Conforme a decisão dos líderes presente local a respeito desse projeto, cada representante diz o seu parecer, que a muito tempo eu sei que vem recebendo doação da Funai, e nunca possuímos nada em troca do que recebemos e ainda nunca devolvemos a Funai do quanto que recebemos e chegamos a conclusão que o problema é que uma máquina que nós temos não dá conta de preparar o solo na época da plantação devido a área de atendimento, é muito grande, e sempre plantamos fora da época e nunca produzimos aquilo que devia dar.

E para solucionar o caso todos opinam um só pensamento, na compra de uma máquina (trato) usado junto com implemento para que o projeto esteja em bom andamento.

O plano de todos foi o seguinte:

- 1º Compra de trato no valor de Cr\$ 1.500.000,00
- 2º manutenção " no valor de Cr\$ 1.000.000,00
- 3º O restante que é o valor de 700.000,00 na compra de óleo diesel
- 4º O tratorista da máquina a Funai não se preocupa pois a lavourista se responsabiliza como pagar a remuneração de mesmo.

Essa foi a decisão tomada dos líderes até esse momento.

Esperamos que aceite nossa decisão.

[Assinatura]

RECIBO
 Em: 20.05.83
 Lado: Eng. Agrônomo
 Eng. Agrônomo
 CREA nº 2570-MG

MEC - FEI/PAE

Ofício nº 003/83
 Do: Conselho tribal P.I. Taunay
 20-5-83
 Para: Eng. Agrônomo Resp. Projeto
 ano 83.

Conforme a decisão dos líderes presente local a respeito desse projeto, cada representante deram o seu parecer, que a muito tempo ou seja ano que vem recebendo doação da FUNAI, e nunca possuímos nada em troca do que recebemos e ainda nunca devolvemos a Funai do quanto que recebemos e chegamos a conclusão que o problema é que uma máquina que nos temos não dá conta de preparar o solo na época de plantação devido a área de atendimento, é muito grande, e sempre plantamos fora de época e nunca produzimos aquilo que devia dar.

E para solucionar o caso todos opinam um só pensamento, na compra de uma máquina (trato) usado junto com implemento em que o projeto esteja em bom andamento. O plano de todos foi o seguinte: 1º compra de trator no valor de CR\$ 1.500.000,00, 2º manutenção " " no valor de CR\$ 1.000.000,00 3º o restante que é o valor de 700.000,00 na compra de óleo diesel 4º tratorista da máquina a FUNAI não se preocupa pois a lavourista se responsabiliza como pagar remuneração de mesmo. Esse foi a decisão tomada dos líderes até esse momento.

Esperamos que aceite nossa decisão

Banco

Alexandre des Indunas
 Felipe VICE capitão
 Presidente do Conselho
 Donato da Silva Samuel
 Arcadio Mendes
 Refruto Côndido
 João Baptista
 Amato Marques
 Antonio Basilio
 Clemente de Almeida
 Raulis da Massai
 Batista Marques
 Rodolfo da Silva
 Fausto Delfino
 João Mamedio
 Solução da Silva
 Comuto Rodrigues
 João Francisco
 Presidente do Conselho de A. Bauea
 Davi Samuel
 Nicolau Samuel

Laquino
 ALD. MOREIRA
 A. BRANCA

Nesse sentido, é importante observar que o ofício aponta que a adoção de novas tecnologias de produção não são resultantes apenas da pressão da FUNAI, mas também de demandas internas dos próprios indígenas, dentro do contexto, a partir de algumas das práticas introduzidas pelos funcionários do órgão, primeiramente o SPI e, posteriormente, a FUNAI.

Destarte, durante os anos 80, as linhas de atuação da FUNAI não se modificaram de forma substancial, prosseguindo a ideia de integrar os índios na economia regional mediante o desenvolvimento dos projetos agrícolas nas aldeias.

4.1. A emergência da “participação” e os índios

No Brasil, a temática da discussão sobre as políticas públicas ganha espaço no fim dos anos 80, época em que a Constituição de 1988 passa a vigorar. Essa Constituição motivou uma série de efeitos e mudanças na vida social e política do país, abarcando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e garantindo o desenvolvimento nacional, visando à promoção do bem estar a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; visa também erradicar a pobreza e a

marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de garantir os direitos e deveres individuais e coletivos. Sendo assim, a Constituição de 1988 trouxe um novo tipo de instrumento social: a de modernização e participação da sociedade brasileira, cabendo, em particular aos movimentos populares, a luta pela validação dos direitos constitucionais.

As concepções de igualdade civil que definem uma sociabilidade pautada por direitos, aparecem em três importantes processos revolucionários: na Guerra Civil Inglesa no século XVIII, na Revolução Francesa e na construção da democracia norte-americana no século XVIII. As três grandes revoluções produziram práticas sociais voltadas à geração de novas instituições políticas e judicantes como corpo separado do Rei; repartiram o poder e fizeram com que surgissem novos canais de participação política; restringiram a democracia à forma de governo e decretaram o fim das desigualdades sociais, que se daria à medida que a expansão da igualdade civil se concretizasse⁵⁴. Esses modelos de igualdade não eram necessariamente estendidos aos indígenas, como aconteceu no Brasil.

No caso específico dos indígenas, até o ano de 1988 a política indigenista brasileira estava focada nas atividades voltadas à incorporação dos índios à comunhão nacional, princípio indigenista presente nas Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969. A Constituição de 1988 suprimiu essa diretriz, reconhecendo aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; também abriu caminho para o reconhecimento da sua participação civil e política.

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para as populações indígenas do país, avanços estes que se referem aos direitos indígenas como um todo, principalmente na questão do reconhecimento territorial, pois antes os direitos conquistados com a criação do SPI e FUNAI tinham como foco a integração dos mesmos na economia nacional e sua assimilação com os costumes da sociedade nacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe, em seu artigo 232, que os índios têm capacidade processual, pois são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses; sendo assim, a partir da promulgação da Constituição, em 1988, os índios brasileiros adquiriram completa capacidade civil e processual. Portanto, a tutela não se aplica mais a partir do novo texto constitucional. Assim, enquanto dispositivo jurídico, pode-se afirmar que tanto o Código Civil quanto o Estatuto do Índio relacionavam a tutela com a integração do índio à sociedade nacional ou adaptação à civilização do país. À medida

⁵⁴ Barrington Moore Jr. apud Merksenas 2002, pp 31-32

que esta integração ou adaptação acontecesse, cessaria a tutela. Segundo Hegel (*apud* Meksenas 2002, p. 128), “o que é direito deve vir a ser lei, para possuir não só a forma da sua universalidade, mas também a sua verdadeira determinação”, e para esse autor a sociedade civil não está impune ao Estado, cabendo a ela os direitos e deveres.

Na prática, raramente a política indigenista oficial cumpre seu papel, isso devido à limitação financeira e humana e trâmites burocráticos, fato, que se comprova pela situação em que vivem as populações indígenas: de acordo com a Constituição de 1988, todas estas populações deveriam estar com suas terras demarcadas, mas isso ainda não se concretizou, e prosseguem os conflitos pela terra.

Paul Little, (2002) afirma que o direito à diferença cultural foi estabelecido em novas Constituições promulgadas em diversos países do Continente, com destaque nas Constituições do Brasil (1988), Colômbia (1991), Equador (1998) e Venezuela (1999). Esses direitos criaram novos desafios na esfera pública para esses países no que se refere ao estabelecimento de normas para uma democracia plural e igualitária que respeite às diferenças culturais. No plano econômico, porém, existe um desafio ainda maior: elaborar padrões de desenvolvimento econômico que levam em conta essa riqueza cultural.

A implantação desse novo arranjo institucional resulta numa difícil fase de implementação de políticas que, efetivamente, respeitam a diversidade cultural devido ao fato de que muitos dos ministérios responsáveis pela implementação das políticas indígenas não têm o treinamento, nem o interesse, nem a visão necessários para estabelecer um verdadeiro diálogo com os grupos etnicamente diferenciados.

4.2. As políticas de ATER e as populações indígenas

As políticas públicas direcionadas aos povos indígenas estão baseadas em princípios legais, constantes na Constituição Federal de 1988, através dos artigos 231 e 232, que asseguram e reconhecem as especificidades étnico-culturais e os direitos sociais e territoriais desses povos. Tais direitos também são reconhecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2003 e aprovada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Peixoto (2008), ao falar da extensão rural, afirma que as ações de extensão rural no Brasil foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos. O tema da extensão rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas

públicas, bem como entre extensionistas. Para esse autor, o termo, extensão rural, significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, num processo amplo e atualmente mais aceito, a extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza sejam técnicos ou não. Assim, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

Ainda segundo Peixoto, a expressão “extensão rural” é entendida como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos Estados. O termo *extensão rural* também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso, a referência às políticas de extensão rural é aquela traçada pelos Governos federal, estaduais ou municipais ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas, podendo ser ofertada sem custo ao produtor ou podendo ser paga, como é o caso das instituições de ATER particular. No Brasil, privilegiou-se, ao longo do tempo, o primeiro modelo, (público e gratuito), hoje direcionado prioritariamente para os agricultores familiares e exercido pelas instituições estaduais de Ater.

Elementos para uma história da ATER com populações indígenas podem ser encontrados em uma recente obra lançada em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O livro é dotado de 13 artigos que estimulam a reflexão crítica sobre a ação de assistência técnica e extensão rural desenvolvida junto aos órgãos e empresas parceiras do MDA, relatando ações de experiências de ATER a diferentes povos indígenas.

Nos anos de 1950 a 1960, a temática rural, a questão agrária e a necessidade de levar a modernização e progresso aos agricultores foram objeto de disputas conceituais e políticas entre diversos atores e agências sociais, movimentos e organizações de esquerda, como o Partido Comunista, a Igreja Católica. No ano de 1948, a primeira experiência de trabalho com a extensão rural é posta em prática pela Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural (ACAR), que tinha a sua política centrada no aumento da produtividade agrícola, crédito agrícola, associativismo, cooperativismo, sindicalização e um sistema de educação agrícola adequado aos objetivos de modernização do campo, tendo sido criada com patrocínio da *American International Association for Social Development* (A.I.A), de propriedade do

empresário norte- americano Nelson Rockefeller, que mais tarde criou a Fundação Rockefeller, que tinha interesse em expandir a Revolução Verde nos países latino- americanos, principalmente na região Centro-Oeste do Brasil. Esse projeto deu base para que o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek (1954), assinasse um Acordo de Cooperação Técnico-Financeira com o Governo norte-americano, que deu origem ao Projeto Técnico de Agricultura (ETA), o qual tinha o objetivo de disseminar os princípios, critérios e instrumentos pelo país, e coordenar as ações de extensão rural. Assim, no ano de 1974, foram criadas várias ASCAR, totalizando 23⁵⁵.

Em 1975, esse sistema foi estatizado com a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, e executado pelas Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, e previa atuação integrada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, criada em 1977. O auge do SIBRATER se deu no final da década de 1970, quando contou com o maior número de escritórios e equipes técnicas.

Durante a década de 1980, o SIBRATER passou a perder importância política, e, em 1990, deixou de existir, com a extinção da EMBRATER e a consequente ausência de política federal para o setor. Nesse período, as entidades estatais de ATER sofreram um processo de desmonte, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

A ATER pública inaugurou uma nova fase em 2003, a partir da eleição do Presidente Lula. O Governo Federal recriou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), no Ministério do Desenvolvimento Agrário, dando início ao processo de reestruturação desses serviços. Em 2004, criou a Política Nacional de ATER - PNATER, com a participação da ATER governamental e não governamental. Na Reforma Agrária, criou a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES, promovendo a retomada desses serviços nos assentamentos. Em 2010, o Governo Federal sancionou a Lei Nº 12.188, a qual consolidou a PNATER e instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PRONATER, sendo a forma de contratação de serviços por meio de chamada pública, com dispensa de licitação, estabelecendo também a Conferência Nacional de ATER a cada quatro anos.

⁵⁵ VERDUM, 2010 p. 26

4.3. As leis que garantem a ATER Indígena

No início da década de 1990, a efeito da Constituição de 1988, houve uma mudança radical na política indigenista, pois até então todas as ações relativas aos povos indígenas estavam sob custódia do Ministério da Justiça, desenvolvidas através da FUNAI. Assim põe-se fim à política que estava centrada apenas na FUNAI, portanto há fragmentação do órgão, consolidando atribuições de trabalho junto aos povos indígenas, para outros Ministérios.

Com a promulgação de 4 Decretos (23,24,25,26 de 4/2/1991) Presidenciais no ano de 1991, a maioria das ações que eram de atribuição da FUNAI foram lhe retiradas total ou parcialmente e repassadas a outros Ministérios e órgãos da esfera federal, como explicitadas abaixo no Tabela.

Tabela 7. Decretos presidências do ano de 1991

Data do Decreto	Objeto do decreto
Nº23-04/02/1991 (saúde)	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde das populações indígenas : Art. 5º A Fundação Serviços de Saúde Pública - FSESP , enquanto não for instituída a Fundação Nacional de Saúde, de que trata o artigo 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, encarregar-se-á da coordenação dos projetos, tanto na fase de elaboração, quanto na de execução. OBS. Em 16 de abril de 1991, o Decreto Presidencial nº 100 instituiu a Fundação Nacional de Saúde (FNS) que incorporou a Fundação Serviços de Saúde Pública e, por seu turno, o atendimento à saúde das populações indígenas.
Nº 24 – 4/02/1991 (meio ambiente)	Dispõe sobre as ações visando à proteção do meio ambiente em terras indígenas . Art. 4º A coordenação dos projetos mencionados no art. 2º caberá à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, e sua elaboração e execução serão realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pelo órgão federal de assistência ao índio
Nº 25 – 4/02/1991 (auto-sutentação econômica)	Dispõe sobre programas e projetos para assegurar a auto-sustentação dos povos indígenas . Art. 5º Compete ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária , por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, e ao Ministério da Justiça , por intermédio do órgão federal de assistência ao índio, a coordenação das ações decorrentes deste Decreto
Nº 26 – 4/02/1991 (educação)	Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil . Art. 1º Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI

Fonte: própria

Portanto, essas mudanças fizeram com que a FUNAI ficasse apenas com as atribuições do fomento agrícola, estudo e demarcação das terras indígenas, emissão de documentos

administrativos e assistência jurídica aos povos indígenas. Cumpria então ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em parceria com a FUNAI, desenvolver os projetos de autosustentação econômica das populações indígenas. Desta maneira, as perspectivas de futuro dos povos indígenas são cada vez mais ligadas a projetos cuja elaboração e decisão não se dão apenas no âmbito governamental, mas que seguem igualmente um conjunto de normas, convenções e diretrizes, que muitas vezes não condizem com a realidade das populações indígenas.

Em outros segmentos como, por exemplo, a saúde e educação, as mudanças vieram aos poucos tendo efeito visível nas aldeias dada à falta de experiência de alguns Ministérios, que achavam que o trabalho com os índios deveria ser visto em um complexo geral. Podemos citar aqui o exemplo da saúde indígena, cujo Sistema Único de Saúde (SUS), criado no ano de 1988, percebeu que era necessário criar um subsistema para atender as especificidades e complexidades dos povos indígenas; também, posteriormente, a Constituição de 1988 assegurou a garantia constitucional dos povos indígenas através do reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Isto indica que, após a Constituição de 1988 e a redemocratização do Estado, ocorreram mudanças no contexto político das relações interétnicas no Brasil. E assim, a década de 1990 constituiu-se numa esfera pública com caráter participativo mais amplo, que exigiu a organização da sociedade civil com base e um novo perfil de atuação⁵⁶.

No tocante às especificidades de ATER, foram desenvolvidos vários programas e introduzidos de forma generalizada, como afirma o ex-cacique Mauro Paes, da Aldeia Ipegue, sobre os anos 90: *“aqui na Terra Indígena Taunay/Ipegue, foram introduzidos vários projetos de cunho social”*; o ex- cacique cita também o exemplo de agroindústrias instaladas nas aldeias: *“mas que não deram certo porque foram introduzidos de cima para baixo sem a participação indígena”*. Isto nos leva a refletir sobre o caráter das dificuldades operacionais enfrentadas na execução dos projetos em áreas indígenas, pois os resultados desses projetos nem sempre conseguem ser efetivadas de acordo com a realidade local das aldeias indígenas.

Ortolan Matos, (2007 p. 21), ao falar da execução e gestão de projetos indígenas, afirma que, quando acontece o fracasso dos projetos em áreas indígenas, *“os envolvidos nos projetos procuram entender as razões desses desencontros entre o desejado, o planejado e o executado. Cogitam-se razões de várias naturezas, desde técnicas, como a falta de*

⁵⁶ Maria Helena Ortolan Matos

capacitação e de habilidade dos agentes indígenas para a execução das ações, até outras de caráter mais pessoal, entre as quais a falta de compromisso dos indígenas designados para as ações”.

Bourdieu, 1983, p. 37, interpreta a lei da seguinte maneira:

Assim que a lei é enunciada, ela pode se tornar um objeto de luta: luta para conservar, conservando as condições de funcionamento da lei; luta para transformar, modificando estas condições: A revelação das leis tendenciais é a condição do sucesso das ações que visam a desmentí-las. Os dominantes compactuam com a lei e, portanto, com uma interpretação fiscalista da lei que a faz retornar ao estado de mecanismo infra-consciente. Ao contrário, os dominados compactuam com a descoberta da lei enquanto tal, isto é, enquanto lei histórica que pode ser abolida uma vez que as condições de seu funcionamento também sejam abolidas. O conhecimento da lei lhes dá uma chance, uma possibilidade de se contrapor aos efeitos da lei, possibilidade que não existe enquanto a lei for desconhecida e se exercer sem que aqueles que a sofram a conheçam.

A lei 8.171, de 1991, traz a ATER como direito para a nação brasileira, mas de uma forma bastante abrangente, onde as diferenças étnicas de cada povo não são respeitadas, generalizando os povos indígenas como se fossem agricultores familiares ou produtores rurais.

O Estatuto do Índio de 1973, implantado através da Lei 6.001, estabelece no seu artigo 2º que o atendimento de forma diferenciada aos índios sejam feitas; Art. 2º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação; III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição; IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência; V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso; VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas.

Sendo assim, vale ressaltar que a responsabilidade da execução de ATER, para os povos indígenas, não é unicamente atribuição da União, mas também cumpre aos estados e municípios, onde habitam povos indígenas, executar ações de ATER. Alguns estados já cumprem esta Lei. O Estado do Amapá, por exemplo, através da Lei nº 0051, de 23 de dezembro de 1992, dispõe sobre a Política Agrária, Fundiária, Agrícola e Extrativista Vegetal, que prevê que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural Oficial intensifique seu programa de atendimento nas Terras Indígenas, considerando as condições peculiares do

público beneficiário e das áreas a serem exploradas⁵⁷. Já o Decreto 7.056, de 28 de dezembro de 2009, atribui à FUNAI, a coordenação, articulação, acompanhamento e garantia do cumprimento da política indigenista em todo Estado brasileiro.

O Decreto 4.739, de 13 de junho de 2003, atribui a responsabilidade das ações de ATER ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ainda assim, existem outras políticas que são desenvolvidas pelo MDA, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto 1946/96, de 28 de junho de 1996, que tem como princípio a preocupação de promover ações afirmativas que facilitem o acesso às mulheres, jovens e minorias étnicas aos benefícios do Programa.

A Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais em países Independentes, e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos Indígenas também preveem que os programas agrários nacionais deverão garantir aos povos interessados condições equivalentes às desfrutadas por outros setores da população, e também, a pedido dos povos interessados, deverá ser facilitada, aos mesmos, quando for possível, assistência técnica e financeira apropriada que leve em conta as técnicas tradicionais e as características culturais desses povos e a importância do desenvolvimento sustentado e equitativo (Art.23§ II).

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas prevê, em seu artigo 29, que “os povos indígenas têm direito à conservação e à proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas para assegurar essa conservação e proteção, sem qualquer discriminação”, e ainda no inciso I, do seu artigo 32, prevê que “os povos indígenas têm o direito de determinar e de elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de suas terras ou territórios e outros recursos”.

O Decreto nº 1.141, de 19 de maio de 1994, dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas, pontua claramente em seu artigo 10 que as ações voltadas para o apoio às atividades produtivas das comunidades indígenas serão fundamentadas em diagnóstico socioambiental e contemplarão atividades de assistência técnica e extensão rural, necessárias ao adequado desenvolvimento dos programas e projetos.

⁵⁷ Araújo, 2010, p.72

A Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010, cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), todas vinculadas ao MDA. Nessa nova Lei, as diferenças étnicas de cada povo indígena são respeitadas e sua participação é garantida a partir de uma metodologia participativa, conforme descreve o Art. 3º: São princípios da PNATER: III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública. As populações indígenas são identificadas claramente como público beneficiário. Art. 5º São beneficiários da PNATER: I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais.

Cabe à FUNAI, conforme o Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, capítulo I, artigo 2º, o papel de *formular, coordenar, articular, acompanhar e garantir o cumprimento da política indigenista do estado brasileiro*, visto que a mesma não detém mais totalidade sobre as políticas para os povos indígenas, estando esta descentralizada a outros Ministérios. No caso específico da ATER, a mesma é de competência exclusiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, oficializado pelo Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003.

Para Araújo, (2010 p.77), a ATER “desejada” em áreas indígenas é visualizada a partir de três eixos norteadores que, na prática, estão inter-relacionadas: 1º- Eixo produtivo, que trata do apoio e acompanhamento técnico aos processos produtivos das comunidades e tem como preocupação a forma de produzir das famílias indígenas, com o objetivo de melhorar a qualidade e quantidade de alimentos e demais produtos agropecuários, florestais, artesanais, etc, além de levar em conta a valorização do conhecimento e técnicas tradicionais, já que o contexto ambiental e territorial é bastante diferente daquele em que seus antepassados viviam, o que requer a necessidade de bens manufaturados e “*isso exige que tradicional e o exógeno dialoguem*”. Ainda é preciso que haja certo diálogo com a comunidade, respeitando-se suas peculiaridades, procurando ganhar confiança dos indígenas e solicitando-se que os anciãos da aldeia divulguem seus conhecimentos da tecnologia indígena às demais pessoas da aldeia.

Assim, para os técnicos, ganhar a confiança da comunidade indígena é um quesito essencial para que os projetos deem certo, de maneira que as ações tenham abrangência e participação das pessoas interessadas, evitando trabalho isolado com grupos familiares.

O segundo eixo seria o diálogo intercultural. Este eixo respeita e potencializa as diferenças culturais, tendo como foco principal a participação, formação e capacitação dos

indígenas e suas organizações, para que compreendam melhor o mundo não indígena, conscientes de seus direitos e das políticas públicas, tanto as específicas para indígenas, quanto àquelas acessíveis a todo cidadão brasileiro, tratando, em especial, da questão da cidadania dos povos indígenas; vários pontos são abordados, tais como a educação, a elaboração de projetos; um outro foco desse eixo acima citado é o de sensibilizar e conscientizar técnicos e sociedade brasileira sobre as especificidades e contribuições indígenas à sociedade.

O terceiro eixo trata do fortalecimento cultural e territorial, que visa contribuir para a recuperação de plantio e alimentos tradicionais, reativar as festas e cerimônias coletivas através do aumento da produção de alimentos e também respeitar a cultura dos povos indígenas, principalmente aquelas ligadas à questão agrícola, valorizando o simbolismo de cada uma delas. Isso reforça e garante a autonomia, permanência e sustentabilidade dos povos indígenas, uma vez que é importante que no processo de construção de projetos e similares haja a participação desses povos a serem beneficiados de forma conjunta e efetiva, dando ênfase ao saber tradicional indígena local, fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de desenvolvimento para esses povos.

Segundo Ferrari⁵⁸, 2010, entre os anos de 2002 e 2003 foram realizadas 17 consultas aos Povos Indígenas, tendo sido coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com outros Ministérios e organizações indígenas e realizadas em 14 estados com a participação de 680 lideranças indígenas, representando 175 povos de todas as regiões do Brasil. Essas consultas foram apoiadas com discussão em torno de vários eixos tais como: as atividades produtivas (autossustentação e renda); a necessidade de maior participação e controle social indígena sobre as políticas públicas que os afetam; o papel da assessoria técnica no fortalecimento das capacidades locais, entre outros.

Em Novembro de 2003, como produto das oficinas, aconteceu o Fórum Nacional para Elaboração da Política de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas. O evento contou com a participação de lideranças indígenas, representantes do Governo federal e entidade da sociedade civil. Com base nas discussões no Fórum, foi elaborado um documento final e entregue ao Congresso Nacional em 27 de Novembro de

⁵⁸ Engenheira Florestal, atua na gestão técnica da Ação Orçamentária “ATER em áreas indígenas”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário

2003, em audiência pública realizada com a Comissão Geral da Presidência da República, por uma Comissão de representantes indígenas e técnicos governamentais⁵⁹.

Assim, por intermédio do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, foi transferida, do MAPA para o MDA, a competência de coordenação e execução da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), inclusive em áreas indígenas. No ano de 2004, a ATER indígena torna-se realidade como ação orçamentária, incorporando a construção política e metodológica, fruto do processo das consultas, tendo como referencia principal o documento do Fórum de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável. Vale ressaltar que essa ATER só pode ser acessada via editais, uma vez que essas formas de acesso só podem ser acessadas por comunidades indígenas que possuem organizações ou que procuram organizações, seja elas do âmbito estadual, federal e particulares, para que as mesmas possam inscrever projetos em nomes dessas comunidades.

Conforme afirma Ferrari, 2010, a Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas foi implantada graças às consultas e ao Fórum Nacional, instituídas sob a coordenação da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), diretamente ligada ao gabinete do Ministro do MDA, por meio do programa de promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), que tem sua política pública voltada para a promoção da inclusão social e os direitos econômicos das trabalhadoras rurais das populações indígenas. Em março de 2008, a ação de ATER indígena foi então retirada da AEGRE, tendo sido repassada para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e, na SAF, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) foi o setor que passou a responder pela ATER Indígena, tendo sido, posteriormente, criado o Núcleo de ATER Indigenista, que atua até hoje.

No ano de 2006, foi lançada a primeira chamada específica de projetos de ATER junto às Populações Indígenas, levando-se em conta as sugestões apresentadas por vários setores da sociedade civil, estruturadas por meio de debates; desta forma, os projetos podem ser apresentados por organizações indígenas, indigenistas e afins, públicas ou privadas, considerando as dimensões de gênero e geração, a constituição de redes de assistência técnica, a valorização das práticas e produtos tradicionais e o fortalecimento da identidade étnica.

A princípio, isso conclui que o governo tem se esforçado muito para tentar chegar a um denominador comum sobre como desenvolver a questão da metodologia de trabalho com os povos indígenas, e assim evitar menos contradições possíveis. Segundo Ferrari (2010), em

⁵⁹ Fonte: FERRARI, 2010 p. 93

Agosto de 2008, foi criada a Rede Temática de ATER Indígena e compareceram representantes de 21 estados, tendo sido solicitado aos representantes participantes que explanassem sobre suas experiências com o trabalho de ATER Indígena desenvolvido pelas entidades presentes. Esses encontros de relatos de experiência são de suma importância, pois entre erros e acertos nos trabalhos com essas populações, podemos, cada vez mais, nos conscientizar de que as diferenças culturais entre os povos indígenas devem ser respeitadas e trabalhadas de acordo com os costumes tradicionais de cada povo, dando autonomia e fazendo com que os mesmos exerçam sua cidadania.

Para Borges e Rocha, (2010, p. 120), a dificuldade de trabalhar com as populações indígenas esbarra-se em vários entraves, dada à dificuldade de compreensão e de olhar, entraves esses que precisam ser diferenciados dos que ocorrem na agricultura familiar.

foram várias as tentativas de auxiliar as comunidades indígenas, mas esbarrava-se na dificuldade de compreender as especificidades dos diferentes povos indígenas e de identificar suas reais necessidades..... mas, posteriormente, buscaram construir planos de ação para cada povo, respeitando as diferenças de cada região, os costumes milenares e atuando de forma integrada. Sempre atentos aos devidos cuidados no desenvolvimento das ações, com intuito de não impor o conhecimento técnico em detrimento das tradições indígenas, buscou-se antes uma cooperação mútua entre estado e comunidades.

Outro aspecto que merece destaque, e que também é tido como um agente que dificulta o acesso das organizações indígenas, é a forma de como são realizadas estas chamadas de projetos de ATER Indígena. São várias exigências para habilitação à concorrência aos projetos, mas com a incerteza de aprovação do mesmo. Quanto às organizações indígenas de Mato Grosso do Sul, não há organização dotada de estrutura para atender aos chamados conforme exigidos nos editais. Então, é preciso registrar aqui este questionamento: quantas organizações indígenas, em termos de Brasil, conseguem cumprir com o estabelecido nesses editais?

Ferrari, 2010, p. 101, afirma que:

A execução orçamentária foi parcialmente prejudicada por várias razões neste ano, entre elas verificou-se que houve grande dificuldade das entidades parceiras, que tiveram projetos selecionados na chamada para projetos, em se adequar ao sistema de cadastramento e credenciamento para estabelecer convênios com o Governo Federal, o denominado Sistema de Convênios (SICONV/Ministério do Planejamento), estabelecido pelo Decreto 6.170/2007 e a Portaria Interministerial 127/2008.

Isso deixa claro que as organizações que disputam recursos dos editais devem trabalhar de acordo com as normas regidas nesses editais, o que requer um mínimo de formação e qualificação técnica dos dirigentes dessas organizações; para Ferrari, 2010, p.108, *“a inexistência de uma legislação que atenda o respeito às formas de organização social dos povos indígenas gera dificuldade no acesso”*.

Quanto aos investimentos na área agrícola realizado pelos órgãos federais, estaduais e municipais nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, vale ressaltar que, atualmente, não há registros de dados oficiais sobre a produção da agricultura indígena das mesmas. Um exemplo está na fala do atual Governador do Estado de MS, André Pucinelli, em discurso datado de 28 set. 2009:

Dentro do programa, desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), o governo do Estado já destinou sementes de frutas, verduras e legumes; insumos, calcário, adubo e óleo diesel. As patrulhas completam o atendimento às aldeias, com investimentos de R\$ 15 milhões. *“Estamos atendendo as comunidades com todo o material e assistência para plantar, com máquinas... Tudo com recursos próprios nossos. Queremos ajudar para dar às comunidades condições de produzir e se sustentar”*, explicou Puccinelli.⁶⁰

Trata-se do Programa do Estado, chamado de Aldeia Produtiva, que abrangeu todas as aldeias indígenas existentes em Mato Grosso do Sul, distribuídas em 25 municípios, e que beneficiou diretamente 12.333 famílias indígenas no Estado. No caso da aldeia de Bananal, esses benefícios foram inclusos, juntamente com as demais Terras Indígenas (Ipegue e Limão Verde), onde receberam a quantia de 08 patrulhas mecanizadas, compostas por trator, arado e carreta, que somam um investimento de R\$ 633.824.00, e que trabalharam em regime de mutirão, passando a trabalhar os oito tratores em cada aldeia, dando maior agilidade no preparo de solo. O Programa Aldeia Produtiva já levaram sementes, kits de pomares e hortas às aldeias, sendo a operação e a manutenção feitas através da Prefeitura Municipal, e o uso dos maquinários e implementos é exclusivo para as comunidades indígenas; aproximadamente, 1.729 famílias indígenas serão beneficiadas com investimento em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

O Programa Aldeia Produtiva é um exemplo de como a execução dos projetos de assistência e desenvolvimento, mesmo nos marcos da participação, ainda se realizam de

60

Fonte: http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=118&id_comp=567&id_reg=75410&voltar=home&site_reg=118&id_comp_orig=567, acessado em 30/03/2012

forma relativamente vertical. Cabe indagar sobre a liberdade de escolha desses projetos pelas aldeias indígenas beneficiadas, se houve consenso por parte das comunidades indígenas e se foram consultadas previamente, pois somente as consultas iriam apontar as reais necessidades de cada povo indígena ou aldeia. Onde com certeza, nem todas iriam optar pela aquisição de maquinários e implementos agrícolas, pois existem comunidades indígenas que não dependem exclusivamente do uso de maquinários para garantir a sua produção de alimentos.

4.4 Principais meios de consulta e participação das comunidades indígenas

A exemplo dos Terena, em se tratando da Aldeia Bananal, existe, atualmente, a quantia de 05 associações que foram criadas nos últimos anos para atender a uma demanda espontânea de recebimento de recursos, que, posteriormente, ficaram inadimplentes junto a Receita Federal. No caso do recurso para ATER Indígena, exige-se da entidade proponente certa dotação de recursos humanos e qualificados, estrutura para as atividades elencadas pelo edital, bem como alguns anos de experiência na área. Nesse caso, a burocracia emperra a apresentação de projetos por parte das organizações indígenas, pois as mesmas desenvolvem suas atividades de forma precária, apenas gerenciadas pelo presidente e sócios, necessitando de assessoria técnica qualificada.

A senhora Oracilda Cândido, moradora da Aldeia Bananal, e Presidente por 11 anos consecutivos da Associação das Mulheres da Aldeia Bananal, disse que recebeu R\$ 56.000,00 da Carteira Indígena⁶¹ para fortalecer o trabalho das mulheres indígenas que desenvolvem o trabalho de corte e costura, através da aquisição de máquinas de costura e retalhos. Nesse caso, tanto na elaboração do projeto como na prestação de contas, ela contou com apoio de técnicos de outras instituições, já que a mesma tem dificuldade em lidar com a burocracia⁶².

O trabalho no cotidiano com as comunidades indígenas é tido como desafio para os técnicos que prestam o serviço de ATER e, principalmente, para o Governo, pois a cada dia emergem novos tipos de políticas públicas como é o caso do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), e também do Programa Nacional de Aquisição da Merenda Escolar (PNAE), que afeta a participação indígena, pois foram elaboradas numa ótica geral,

⁶¹ Projeto este ligado ao Ministério do Meio Ambiente que visa ao protagonismo dos próprios indígenas através da elaboração de projetos de acordo com a necessidade ambiental de cada comunidade.

⁶² Podemos citar como exemplo de burocracia o banco, a lida com notas fiscais, a contabilidade, a prestação de contas que deve ser feita.

eliminando a participação de algumas comunidades indígenas, por ainda não possuírem a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP).

Destarte, a participação e representatividade indígena se fazem presentes em várias esferas governamentais, representadas por Estado ou organizações indígenas e que deliberam em nome das comunidades indígenas que representam.

A própria Constituição Federal de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado brasileiro, e neste novo desenho se destaca a institucionalização dos Conselhos Gestores de políticas setoriais ou Conselhos de políticas públicas nas esferas federal, estaduais e municipais. Essas conquistas são fruto da mobilização de grupos sociais dos mais diversos setores da sociedade brasileira, sendo, assim, um espaço para a construção de uma nova política pública a partir de participação da sociedade na deliberação das propostas⁶³.

Portanto, para pontuarmos esses Conselhos, é importante começar pelas instâncias mais próximas à comunidade indígena. Em se tratando especificamente da Aldeia Bananal e das demais 09 aldeias que se localizam no município de Aquidauana, existe a questão da representatividade junto aos Conselhos locais do referido município, como é o caso do Conselho Municipal de Educação, Meio Ambiente, Saúde e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que é uma instância que interessa muito a esta dissertação.

Os Conselhos Municipais podem ser um importante instrumento no enfrentamento das desigualdades sociais nos municípios, *“pois têm criado a possibilidade da efetiva possibilidade da efetiva participação de segmentos que até então não tinham canais para expressarem suas opiniões e demandas”* (Favareto, Demarco, 2004 p. 122). E também é uma importante representação por onde são canalizados recursos que beneficiam vários municípios brasileiros, pois um município sem a participação social não tem condições de responder às imensas demandas sociais que são sua alçada. A proliferação desses Conselhos representa um aspecto positivo ao criar oportunidades para a participação da sociedade na gestão das Políticas Públicas e permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixa de ser apenas uma virtualidade, mas uma realidade.

A criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural teve sua origem posterior ao período de criação do PRONAF, (Favareto, Demarco, 2004) e apenas 15% dos CMDR existentes foram criados antes do Programa, e a principal motivação foi, sem dúvida alguma, a exigência legal para possibilitar o acesso aos recursos do Programa. O Conselho

⁶³ Schneider, 2004 p. 4

Municipal de Desenvolvimento Rural é composto de forma paritária, onde os produtores familiares ocupam a representação com 50% e as instituições públicas e privadas, ligadas ao meio rural, ocupam outras 50% das vagas. Esse Conselho tem como objetivo o Assessoramento ao Poder Executivo Municipal para definição das políticas para o desenvolvimento rural do município, o abastecimento alimentar e a defesa do meio ambiente, além de promover a realização de estudos, pesquisas, levantamentos e organização de dados e informações que servirão de subsídios para o conhecimento da realidade do meio rural e participar da elaboração, análise, aprovação e execução dos planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento rural e zelar pelo cumprimento das leis e programas de desenvolvimento rural e das questões relativas ao meio ambiente, sugerindo, inclusive mudanças visando ao seu aperfeiçoamento⁶⁴.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, CMDR, da cidade de Aquidauana/MS, foi criado pela Lei Municipal nº 1.729/2000, de 10 de abril de 2000, e posteriormente, em 12 de julho de 2010, foi instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS, em substituição ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Os conselheiros foram empossados no dia 21 de fevereiro de 2011, dentre os quais destacam-se as presenças de 03 indígenas representando as populações indígenas da Terra Indígena Limão Verde, Taunay e Ipegue, assim como a participação de representantes do poder executivo municipal, legislativo, Agraer, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação de Moradores, Banco do Brasil e Colônia de Pescadores. O conselho, tem por objetivo propor ações e fiscalizar políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Rural executadas pela Gerência Municipal de Produção e Meio Ambiente⁶⁵. O Conselho foi instituído pelo Decreto 424/2011, e visa, ainda, ao fortalecimento da agricultura familiar, englobando assentados, indígenas, quilombolas, pescadores, entre outros.

Outro instrumento importante que merece destaque é o Plano Diretor. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município tendo como principal finalidade orientar a atuação do Poder público e da iniciativa privada na construção dos

⁶⁴ Lei nº 355/2.000, de 16 de Outubro de 2000: “Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências.” Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul

⁶⁵ Fonte: http://www.aquidauananews.com/index.php?action=news_view&news_id=178555 acessado em, 12/07/11

espaços urbano e rural para a oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Isso é realizado por exigência constitucional, para municípios com mais de 20.000 habitantes; o Plano objetiva “uma melhor qualidade de vida para todos”.

A partir de 2001, o Plano Diretor⁶⁶ começou a ser implantado de forma gradativa em todas as cidades brasileiras. As aldeias da terra indígena Taunay/Ipegue se inserem nesse contexto, na cidade de Aquidauana, e exercem sua participação através da construção e deliberação do Plano Diretor, por meio da participação das lideranças de cada aldeia juntamente com seus conselhos tribais⁶⁷.

Outro instrumento de consulta às comunidades indígenas veio atrelado à reestruturação da FUNAI, através da criação dos Comitês Regionais. A principal mudança está na substituição das Administrações Executivas Regionais (AER) e Postos Indígenas por Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais, respectivamente, criadas ainda no período do Serviço de Proteção ao Índio (SPI 1910/1967); tanto as AERs como os Postos Indígenas tinham como principal objetivo assistir aos povos indígenas. A instituição dos Comitês Regionais pode ser considerada como um importante instrumento de consulta e deliberação das comunidades indígenas junto aos projetos e recursos destinados às aldeias por intermédio da FUNAI, descentralizados pela FUNAI-Brasília para as Coordenações Regionais, compostos por representantes das aldeias jurisdicionadas à Coordenação Regional. Nesses Comitês, os membros são nomeados e empossados pelo Presidente do órgão. Esse Comitê é composto pelo Coordenador Regional, (Presidente do Comitê), assistentes técnicos, chefes de divisão e de serviços e representantes indígenas locais, com competência para colaborar na formulação das políticas públicas de proteção e promoção territorial dos Povos Indígenas, colaborar na elaboração do planejamento anual para a região, propor articulação da Coordenação Regional com outros órgãos federais, estaduais e municipais, entre outras.

Assim, o primeiro Comitê Regional da FUNAI foi nomeado no dia 18 de maio de 2011, pelo Presidente da FUNAI, Comitê este vinculado à Coordenação Regional de Marabá/PA, com 10 servidores da Fundação e 10 indígenas. O critério de seleção foi de um representante por etnia, escolhido por seu povo. Outras Coordenações Regionais também

⁶⁶ Criado pela LEI Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade

⁶⁷ Conselho que delibera e orienta as ações dos caciques nas aldeias

estão compondo ainda os Comitês Regionais e trabalhando para sua implementação⁶⁸. No caso específico dos representantes do Comitê Regional da Coordenação da FUNAI de Campo Grande/MS foram empossados no dia 17 de fevereiro, do ano de 2012, e contou com representantes indígenas das etnias Terena, Kadiwéu, Guató, Ofayé, Kinikinawa e Atikum e também dos indígenas que moram nas aldeias urbanas da cidade de Campo Grande/MS.

Este é um dos pontos fortes da reestruturação que precisa ser melhor detalhado e discutido com as organizações indígenas. Mas, sem dúvida, a criação dos mecanismos de participação e controle social indígena, como os Comitês Regionais, é fundamental para que as mudanças na FUNAI ocorram de acordo com o consenso dos indígenas.

Outro aspecto importante é a atribuição dos Conselhos. Uns são consultivos, outros são deliberativos. A comunidade indígena consegue influir mais quando eles são deliberativos, ou seja, quando sua atribuição é deliberar, é influir nas decisões e, portanto, é exercer uma parcela do poder. Há ainda outros tipos de Conselhos onde os povos indígenas também têm assento e assim podem deliberar sobre a criação das políticas públicas; são eles: Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), Conselho Nacional da Saúde, Comitê Gestor da Carteira Indígena, Comissão Nacional de Políticas Indígenas (CNPI).

A ATER Indígena é tida como um desafio, pois rompe com paradigmas e preconceitos impostos aos povos indígenas pela sociedade brasileira. Sempre ouvimos os governantes e técnicos dizerem que as questões indígenas devem ser tratadas diretamente com a FUNAI: *“problema de índio é com a FUNAI”*. A relação entre o indigenismo e a Extensão Rural é pouco estudada no Brasil, embora existam programas assistenciais de várias naturezas, mas que pouco se preocupam com a questão da Assistência Técnica e Extensão Rural.

A formulação das políticas públicas para os povos indígenas com a participação ganha maior efetividade no governo Lula através da busca de diálogo direto com as populações indígenas, procurando ouvir às demandas locais para o aperfeiçoamento das ações e implantação de novos planos e programas governamentais.

No que tange especificamente a ATER Indígena, foram organizados vários seminários de caráter regional, estadual e, posteriormente, os seminários nacionais. Nesses seminários há grande participação dos povos indígenas através de seus organismos representativos. A temática da Assistência Técnica e Extensão Rural indígena ganha relevância a partir da

⁶⁸ Fonte site FUNAI. <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 02.06.11. A criação deste comitê está previsto no decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, conforme Art. 10. “A FUNAI instituirá Comitês Regionais para cada Coordenação Regional, como explicita os inciso 1, 2, 3, 4,5.”

consolidação da ação Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas indígenas nos Planos Plurianuais (PPA), que teve o investimento de, aproximadamente, 4 milhões de reais nos períodos de 2008 a 2011. Já as instituições que recebem esses recursos para trabalhar com a ATER Indígena devem se propor a trabalhar com as questões relacionadas à diversidade local, conforme especifica a PNATER, que sejam construídas a partir do reconhecimento das diversidades especificidades étnicas de cada povo indígena.

Para exemplificar, cabe recompor, como se deu na ocasião da realização do Seminário de ATER, em 2007, que passou por várias instâncias, até chegar ao Seminário Nacional, ou seja: partiu-se inicialmente da organização de seminários municipais, intermunicipais e territoriais, onde as discussões se basearam, primeiramente, no ⁶⁹documento base inicial, levando em conta a realidade local. Através dos seminários municipais e territoriais obtém-se a indicação dos representantes para participarem nos seminários estaduais, obedecendo às proporções mínimas de participação (30% de mulheres, 10% de jovens e representantes de etnias existentes no Estado). Devem ter duração de, pelo menos, um dia, e podem ser contínuos às reuniões preparatórias para a Conferência Nacional. No caso da participação dos indígenas, há uma prévia reunião onde através desta é feita a escolha dos representantes da bancada indígena⁷⁰.

Já na Conferência Estadual de ATER, é discutido o documento de base estadual, levando em conta a realidade de cada Estado e deve ter duração mínima de dois dias, tendo por objetivo a elaboração de propostas que serão encaminhadas à Conferência Nacional. Na Conferência Estadual de ATER, há uma nova indicação de representante indígena para a Conferência Nacional, devido às vagas serem limitadas. Neste caso há sempre consenso entre os participantes, sendo indicados aqueles indivíduos que detêm certo conhecimento sobre o assunto.

Nas Conferências Regionais e Estaduais, sempre há a presença de técnicos do Governo que dão suporte sobre os assuntos a serem tratados em pauta. As sugestões e encaminhamentos apontados em cada grupo de trabalho ganham nova configuração a partir do compartilhamento de novas ideias de outros GT, que passam a ser sintetizadas na Conferência Nacional através do reordenamento das ideias que por acaso forem similares. Após a Conferência Nacional e compilação das ideias, e também o consenso de todos os

⁶⁹ Documento este elaborado pelos técnicos de Brasília que servem de documento base.

⁷⁰ www.faser.org.br/anexos/DocumentoSeminarioATER.doc - DOCUMENTO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE ATER

participantes, os técnicos do Governo passam a trabalhar a questão da legalidade das sugestões para assim serem incorporadas como políticas públicas durante a duração do Plano Plurianual- PPA.

Vale ressaltar que, em governos anteriores, essas consultas eram realizadas de formas imperceptíveis e não se tornavam públicas, ou seja, eram tidos como governos centralizadores, tomadores de decisões a partir de suas próprias suposições. Assim, para que as políticas dessem certo com os povos indígenas foi necessário que o governo fomentasse o mecanismo de consulta, o que fez com alguns programas fossem implementados após a consulta as populações indígenas. Mas, infelizmente, em outros, o governo simplesmente ainda ignora a vontade dessas populações; podemos citar aqui o exemplo da Usina de Belo Monte, onde há uma imposição do governo em construir a referida Usina, porém até hoje não há consenso das populações indígenas e dos movimentos sociais.

4.5. Investimento da Coordenação Regional da FUNAI de Campo Grande/MS nas aldeias indígenas sob sua jurisdição e o Programa Aldeia Produtiva do Governo do Estado de MS

A Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio de Campo Grande/MS desenvolve atualmente ações de etnodesenvolvimento em atividades agrícolas, com um montante de recursos de R\$ 530.130,96 sendo aplicado da seguinte forma: R\$ 431.255,96, para as atividades de custeio⁷¹ e R\$ 98.875 para as atividades de investimento.⁷²

De acordo com a planilha do Setor de Atividades Produtivas (SAP), no ano de 2011 foi destinado para a aquisição de sementes o montante R\$ 166.490,00. E para aquisição de óleo diesel, a quantia de R\$ 145.728,00. Desse montante de recursos, gastos com óleo diesel e sementes, 75% estão comprometidos com atividades de custeio. Assim, as duas atividades são tidas como o grande gargalo da aplicação desses recursos, e isto vem se perpetuando há muito tempo, sendo difícil romper com este paradigma assistencialista. Portanto o óleo diesel é necessário para abastecimento dos tratores para efetuar o preparo de solo, assim como as sementes, que são compradas e doadas a cada novo plantio, porém, não sobra muito recurso para investimentos em outras atividades.

⁷¹ Refere-se à aquisição de óleo diesel, sementes, lubrificantes, peças para veículos de assistência técnica e diária para técnicos.

⁷² Refere-se às aquisições de arado, grade, máquinas para processamento da produção das aldeias,

A Coordenação Regional da FUNAI de Campo Grande, MS, atende as demandas dos projetos de etnodesenvolvimento das 40 aldeias que estão sob sua jurisdição, sendo 06 da etnia Kadiweu, 01 da etnia Guató, 01 Ofaye, o restante é da etnia Terena, distribuída em 06 municípios (Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Nioaque, Sidrolândia).

Paralelo a isso, também está o Governo do Estado que executou, no ano de 2010, ações dessa mesma natureza, levando para as aldeias da Terra Taunay/Ipegue, assim como para as demais aldeias que compõem o Estado de Mato Grosso do Sul, as espécies de sementes de arroz, milho safra verão e milho safrinha, mudas de tangerina poncã, muda de limão Taiti, mudas de coco anão, mudas de acerola, sementes de maracujá amarelo, calcário dolomítico, adubo formulado NPK 4-14-8, sacas de 50 kg, kits para confecção de horta, onde foram entregues sementes de abóbora, moranga, quiabo, cenoura, pimentão, tomate, couve, cebolinha, melancia, melão; tela com 10 m, regador, caixa d'água de 500 l por kit; ferramenta: 02 pás (larga e estreita), 01 sacho e 01 garfo e para atender as atividades de preparo de solo. Para efetuar o plantio, o governo destinou a quantia de 14.480 litros de combustível para efetuar o preparo de solo de 362 hectares, como se descreve nos quadros especificados abaixo:

Tabela 8. Distribuição de óleo diesel por aldeia da Terra indígena Taunay/Ipegue

Aldeias Indígenas	Área a ser preparada (Ha)	Quantidade Diesel/litros
Bananal	82	3280
Lagoinha	74	2960
Imbirussu	23	920
Morrinho	18	720
Água Branca/N. São José	75	3000
Ipegue	60	2400
Colônia Nova	30	1200
Total Geral	362	14.480

Fonte: projeto aldeia produtiva com adaptação do autor

Tabela 9. Relação dos Kits – Horta distribuídos para as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue

Aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	
Bananal	28
Lagoinha	10
Imbirussú	04
Morrinho	05
Água Branca/N. São José	12
Ipegue	20
Colônia Nova	03
Total kits- horta	82

Fonte: projeto aldeia produtiva com adaptação do autor

Tabela 10. Relação dos Kits- pomares distribuídos para as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue

Aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue	
Bananal	150
Lagoinha	60
Imbirussú	20
Morrinho	30
Água Branca/N. São José	70
Ipegue	130
Colônia Nova	10
Total Kit pomares	470

Fonte: projeto aldeia produtiva com adaptação do autor

Tabela 11. Distribuição das patrulhas agrícolas por município

Município	Nº de famílias	Nº de Patrulhas
Amambai	1604	3
Antônio João	124	1
Aquidauana	1311	10 ⁷³
Aral Moreira	64	1
Bela Vista	83	1
Brasilândia	22	1
Caarapó	720	2
Coronel Sapucaia	492	1

⁷³ O projeto original previa a entrega de 10 tratores, mas porém foram entregues apenas 07

Corumbá	95	1
Dois Irmãos do Buriti	685	7
Douradina	261	1
Dourados	2007	3
Eldorado	110	1
Japorã	986	1
Juti	172	2
Laguna Carapã	189	2
Maracajú	32	1
Miranda	1287	8
Nioaque	269	4
Paranhos	628	5
Ponta Porã	115	2
Porto Murtinho	295	5
Sidrolândia	155	3
Tacuru	509	2
Total Geral	12.215	68

Fonte: projeto aldeia produtiva com adaptação do autor

Tabela 12. Relação das sementes distribuídas para as aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue

Terra Indígena Taunay/Ipegue			
Aldeias Indígenas	Arroz sc de 40 kg	Milho safra verão Sc de 20 kg	Milho Safrniha sc de 20 kg
Bananal	18	20	34
Lagoinha	8	20	32
Imbirussú	7	3	12
Morrinho	4	3	12
Água Branca/N. São José	6	20	32
Ipegue	6	16	28
Colônia Nova	5	6	14
Total saca sementes	54	88	164

Fonte: projeto aldeia produtiva com adaptação do autor

Vale ressaltar que o Programa Aldeia Produtiva foi muito importante para as ações agrícolas desenvolvidas nas aldeias uma vez que os investimentos foram gastos com o

fornecimento de patrulhas mecanizadas, sementes, insumos, com a finalidade de incrementar o aumento da produção agrícola nas aldeias e famílias cadastradas no Programa. O fato é que, após dois anos do Projeto, não se observam mais ações do referido Programa nas aldeias; *“precisamos agora de assistência técnica para ajudar a vender o limão que temos nas aldeias, que existe em grande quantidade”*, afirma o ex-cacique, Ramiro Luiz Mendes, da Aldeia Ipegue. *“O que não gostamos é que temos e ao mesmo tempo não temos, pois a hora que mais precisamos dos maquinários não estão aqui na aldeia”*, relata o cacique da Aldeia Bananal, Izaltino Demencio, ao dizer que sempre tem que dividir o serviço dos tratores com o pessoal do assentamento existente no município de Aquidauana.

A zootecnista Simone Pereira, do Escritório da AGRAER da cidade de Aquidauana, assim se pronuncia: *“não fomos mais às aldeias porque não temos mais recursos para prestar assistência técnica às aldeias; estamos trabalhando agora com o pessoal do assentamento, pois temos recursos de um edital que foi aprovado”*. Vale ressaltar que o Programa Aldeia Produtiva foi inteiramente custeado com recursos próprios estaduais e executado por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER).

Assim, a questão da assistência técnica é uma ferramenta que não se faz presente nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue como apontam os agricultores indígenas durante as entrevistas; afirmam que os técnicos somente comparecem quando há lançamento de algum programa. No caso da FUNAI, isso se dá em virtude da indisponibilidade de profissionais, pois no seu quadro existem dois engenheiros agrônomos, um técnico agrícola e uma médica veterinária; ainda assim, os dois engenheiros presentes na instituição constantemente são nomeados para executarem serviços com Processos Administrativos Disciplinares (PAD). Isso contribui para o fracasso nos trabalhos de assistência técnica nas aldeias. O servidor da FUNAI, da Coordenação Regional de Campo Grande/MS, Olivar Moreira Brasil, que ocupa o cargo de assistente administrativo desde 1978, relembra que na década de 80: *“a questão das atividades produtivas era muito forte nas aldeias e que em alguns postos indígenas, em virtude da grande produção agrícola nas aldeias, era lotado um técnico agrícola e os agrônomos ficavam na sede, que eram responsáveis pela elaboração das planilhas agrícolas, bem como recursos para custear a manutenção dos postos.”* O mesmo relembra que isto aconteceu até a época de 1993, e ressalta que, naquela época, cada posto indígena elaborava um relatório mensal das atividades agrícolas que depois passou a ser bimestral, pois a produção de alimentos nas aldeias era muito forte. *“O que vejo atualmente é que na área de*

atividade produtiva falta estrutura humana, pessoas realmente habilitadas e parcerias com Estado e município”.

Apesar disso, os indígenas lembram que na época citada pelo senhor Olivar, a produção nas aldeias era intensa, havia fartura de alimentos produzidos nas roças, isso devido à alta concentração de chuvas, que os índios chamam de “choveu na época certa”, e a terra, na época, segundo eles, não estava como atualmente: “cansada”, e também que a presença de técnicos que se fazia constante nas aldeias. Vale ressaltar que a produção atual das aldeias é muito diferente e não alcança êxitos como antigamente, devido à baixa produtividade do solo, falta de chuva e assistência técnica. Assim, viabilizar a condição econômica nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue é investir não só na recuperação do solo, para que o mesmo torne-se fértil, como também na assistência técnica, para que se compreenda de fato *“nosso problema”*, como apontam os indígenas.

Apesar de várias conquistas em nível nacional, para as populações indígenas convém destacar a falta do Estado brasileiro em cumprir o seu dever, já que existem várias leis como as citadas anteriormente, mas que até o presente momento não foram colocadas em práticas entre os Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue. No entanto, para garantir um desenvolvimento autônomo e sustentável para os povos indígenas na atualidade, é necessário que o Estado cumpra seu papel garantindo a presença da assistência técnica nas aldeias, não pensando apenas em investimento de caráter produtivista, mas ter a visão de como isto de fato está acontecendo nas aldeias, pois como os indígenas comentam *“no papel está tudo bonito, mas na prática é outra coisa”*.

4.6 Os indígenas e as Contradições da sua Participação

A implantação de políticas públicas específicas voltadas para as populações indígenas destaca, em parte, a autonomia e o protagonismo indígena na construção e consolidação dessas políticas públicas dirigidas a essas sociedades. Isto faz com que a relação do Governo com essas populações mude progressivamente, passando de uma situação de desatenção ou de isolamento para uma forma progressiva de inclusão e, finalmente, para um contexto de diálogo entre formuladores de políticas e os indígenas. Assim, a representação coletiva indígena, a princípio, desconstrói qualquer autonomia individual, por ex, líderes que agiam de forma isolada, sem consultar o grupo.

Desta forma, o processo de democratização do Governo brasileiro, na década de 80, abriu um horizonte para ampla discussão da questão indígena pela sociedade civil e pelos próprios índios, que começaram a se organizar, garantindo o processo de participação crescente em assuntos de interesses dessas populações.

Assim, no contexto atual, a existência de Conselhos Consultivos e Deliberativos, de caráter paritário entre os representantes, os Comitês Gestores, a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPINPAN), entre outros, em nível de Brasil, coloca um problema entre os indígenas, pois cabe a indagação: Quem representa os índios será que os representa de fato? O tema da representação das aldeias é extremamente importante e o que discutimos aqui é como ele coloca desafios à participação.

Ao relacionar a participação indígena no contexto de relações institucionais do Governo brasileiro, é preciso definir um conjunto de medidas que venham viabilizar a presença e a participação indígena em todas as instâncias decisórias e em todas as etapas de realização dos projetos de seus interesses. O objetivo é ampliar a capacidade das sociedades indígenas exercerem o controle social sobre as iniciativas e políticas de natureza econômica, política e cultural, incorporadas ao seu cotidiano em decorrência do convívio intercultural.

A questão da representatividade indígena nas aldeias traz à tona uma série de fatores que, muitas vezes, requer certo preparo dos representantes, pois trata-se, a rigor, da incorporação de mecanismos de representação em nível de município, Estado e Governo Federal, onde os representantes se veem obrigados a interagir com o mundo institucional, público e privado da sociedade nacional e internacional, passando a deliberar sobre várias demandas territoriais envolvendo sua comunidade, o que requer que o indivíduo seja devidamente reiterado de vários assuntos como a demarcação de terras, saúde, educação, meio ambiente entre outros. Podemos citar o caso da reestruturação da FUNAI, assinada pelo então Presidente Lula no dia 28 de dezembro de 2009, que após deliberada em consenso pelos representantes da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), suscitou críticas de que a reestruturação não era a esperada pelo os índios.

O Presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPINPAN), Ramão Vieira de Souza, ao debater sobre esse assunto com o Vice-Presidente da FUNAI, disse: “*não esperávamos por isso, fomos pegos de surpresa na calada da noite*”; ele se refere a isso devido não ter havido nenhuma reunião para consulta às comunidades indígenas locais, houve apenas aprovação por parte do representante do povo Terena na CNPI no Distrito Federal.

Ele ressalta que essas informações não foram repassadas às comunidades. Ele também enfatiza que, devido à reestruturação acontecer bem próximo às festividades de final de ano, “*não podemos fazer nada*”; predominou-se a vontade do Estado.

Cabe ainda ressaltar que os representantes indígenas são muitos cobrados pela comunidade quando retornam para suas aldeias. No entanto, não basta apenas considerar experiências locais e considerar o seu grau de reconhecimento social, é preciso que se dialogue com o mundo externo e repasse as informações para sua comunidade. O ex-cacique, Mauro Paes, 58 anos, da Aldeia Ipegue, lembra que, juntamente com outros caciques da Terra indígena Taunay/Ipegue, viajavam sempre a Brasília para discutir e deliberar sobre assuntos relacionados à saúde, educação e questão fundiária; o mesmo diz: “*às vezes, ficávamos meses para conseguir nossos objetivos; hoje esse pessoal mais novo não sabe o quanto sofremos, se temos uma saúde de qualidade, educação foi por causa da nossa luta constante juntamente com outros povos indígenas que também nos davam força*”.

No caso dos Terena, o local a ser realizada a reunião ou consulta é um fator fundamental para o sucesso da mesma e que deve ser levado em conta, pois como experiência própria, quando trabalhamos na FUNAI e Programa Pantanal, percebemos que os locais mais adequados para realização de reuniões, para tratar de assuntos de interesse comunitários, eram os locais públicos existentes nas aldeias, como por exemplo: escolas, igrejas, antigos postos indígenas, sedes de associações e centros comunitários, pois em outros lugares, como, por exemplo, residências das lideranças locais ou conselheiros, dificilmente as pessoas se sentirão à vontade para se dirigir até a reunião; as diferenças políticas internas são significativas entre os Terena, por isso as pessoas não se dirigem à residência do cacique porque não o apoiaram na ocasião em que o mesmo concorreu à eleição. Assim, em um local público, como os citados anteriormente, as pessoas se sentem mais à vontade, e não há resistência na participação; isso garante participação de várias “partes” ou grupos de interesse existentes nas aldeias.

O servidor da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), e indígena da Aldeia Ipegue, Pedro Luis, afirma que “*o objetivo das consultas locais ou conferências de caráter nacional, é que nosso representante leve as demandas das nossas aldeias, e o representante não pode ir despreparado, pois sempre já temos o documento base em nossas mãos, e também deve ir uma pessoa que fala e conheça os nossos problemas e também nas indicações desses representantes não deve existir a imposição das lideranças locais*”; ele atribui isso à indicação das lideranças ou de indígenas ligados à representação política, que não entendem

do assunto a ser discutido o, que segundo ele, acaba por prejudicar o andamento dos trabalhos.

Sobre os projetos de ATER, como foi o caso do Programa Aldeia Produtiva, já comentado anteriormente, e que chegou às aldeias em 2010, o ex-cacique Ramiro Luis Mendes afirma: *“só somos procurados pelos técnicos na época da entrega dos insumos agrícolas; depois disso os técnicos desaparecem e não sabem se o que eles trouxeram para as aldeias produziu ou não”*; ele ressalta, também, que, no ano de 2010, técnicos da AGRAER e da FUNAI, estiveram nas aldeias para levantar demandas espontâneas, relacionadas à produção agrícola, e também para divulgar as políticas públicas existentes nesse setor, como é o caso do PRONAF, PAA, PNAE, mas porém não voltaram posteriormente para que colocarem essas políticas públicas em prática, apenas houve divulgação. *“Hoje, quando cobramos isso dos técnicos, os mesmos atribuem à falta de tempo a execução dessas ações na prática e falta de mais técnicos”*; em sua fala, o mesmo deixa claro que, posterior às consultas às aldeias, a assistência dos técnicos deve ser constante, pois isto viabiliza efetivamente as ações. *“Queremos coisas concretas, pois não sabemos como funcionam esses programas; agora, os técnicos vêm aqui, divulgam aqui e vão embora”*, afirma o senhor Amaro Cândido, da Aldeia Bananal. Cabe aqui enfatizar que a agricultura indígena remete à necessidade de um amplo entendimento dessa categoria que envolve uma série de situações e especificidades.

O professor Jonas, 67 anos, da Aldeia Ipegue, enfatiza que nas décadas de 70 e 80, *“não existia o processo de consultas às comunidades para deliberarem sobre os projetos; os mesmos já vinham prontos e aí a comunidade tinha que aceitar o que os técnicos nos traziam”*. Ele refere-se aos projetos agrícolas implantados, na época, pelos técnicos da FUNAI, nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue; ele lembra ainda: *“foi nessa época que foi trazido o trator para as aldeias e algumas ferramentas manuais”*.

Já Constancio Gonçalves, da Aldeia Lagoinha, cita o exemplo da chegada da energia elétrica nas aldeias, onde, na época, os índios mais antigos não queriam a energia nas aldeias, pois temiam que a cultura indígena podia acabar. Mas, posteriormente, entraram em consenso quando os mais jovens disseram que era bom por causa dos benefícios que a energia iria trazer. Nessa perspectiva, incorporaram as gerações atuais: a internet nas aldeias, mini-indústrias, o uso de ventiladores nas residências, dispensando o antigo “abanico”, também conhecido como leque, instalação de ar-condicionado em algumas residências, e outros elementos culturais advindos pelo convívio intersocietário, demonstrando que as decisões não

devem ser tomadas levando em conta uma parcela da comunidade, mas que todos devem opinar sobre tal projeto.

Considerações Finais

Desde o início, as sociedades indígenas, como um todo, estabeleceram diferentes formas de contato com as “frentes de expansão”, com o “entorno regional”, com a “sociedade nacional” e delas adveio, como resultado, uma maior ou menor autonomia. É nesse cenário de interesses opostos, de forças desiguais e de resistências heroicas que as sociedades indígenas vêm lutando pelos seus direitos constitucionais, pelo direito de preservar a identidade e a diferença, pelo direito de construir os seus projetos de futuro. A perspectiva de tratar a autonomia na deliberação dos projetos é tido como um direito a ser concedido e reconhecido pela Convenção 169 e a Constituição Federal de 1988, que determinam que os povos indígenas precisam ser consultados antes de quaisquer decisões a serem tomadas pelo Estado brasileiro.

Sobre a Assistência Técnica, SOARES, 2010, ao tratar da Assistência Técnica ao povo da etnia Guarani no Estado do Rio Grande do Sul, relata que, entre vários erros, o acerto veio de um trabalho de forma endógena, pois as ideias de projetos surgiram com a participação dos atores locais, valorizando a religião, tida como uma das mais importantes para o povo Guarani. O que se constatou, no primeiro momento, foi a reprodução do mesmo “olhar” e paradigma proposto aos agricultores familiares que, constantemente, era estendido às comunidades indígenas, como se as expectativas de vida fossem de forma similares. Além disso, esse “olhar”, na maioria das vezes, estava imbuído da lógica produtivista, em que geralmente os pacotes de ATER já se apresentam com recursos engessados, visando ao desenvolvimento econômico, tendo como objetivos a produção para subsistência e de um excedente para a comercialização.

Sendo assim, couberam à extensão rural dois grandes desafios: o primeiro, de construir, junto com esse público e as instituições que o assistem (FUNAI, FUNASA, ONGs, Universidades), propostas de trabalho partindo do respeito a diferenças étnicas, e, o segundo, o de capacitar seus técnicos para atuarem de forma diferenciada e permanente; para isso, foi necessária a construção de uma metodologia de trabalho, com conceitos que passaram por um aprofundamento das bases antropológicas, combinados com um fator essencial, imprescindível à apropriação pelos extensionistas da ritualidade própria da cultura indígena, especificamente do público Guarani. Somente a partir da coordenação dos próprios índios, obedecendo a sua ritualidade, se tornou possível chegar a uma metodologia de trabalho que contemplasse o diálogo intercultural; uma delas é a questão da religiosidade, que é muito forte

entre eles, e onde todos os técnicos compartilharam com eles de seu ritual religioso; outra é a questão do relógio (tempo), que teve de ser esquecido quando os técnicos estavam presentes nas aldeias a trabalho com as comunidades indígenas; existe também o fato de que sempre que estavam nas aldeias, os técnicos tinham de passar pela residência do cacique que é considerado o representante maior da comunidade.

Tudo isso perpassa por várias tentativas até se chegar a um denominador comum: o mais importante ainda é que os técnicos não deixaram de prestar assistência técnica após o término dos projetos, é as comunidades indígenas, assim os técnicos e órgãos envolvidos no projeto, compartilharam momentos de convivência com a comunidade em seu cotidiano para entender e compreender a cultura dos índios Guarani, que antes eram tidos como índios preguiçosos e difíceis de trabalhar.

Todas essas experiências compartilhadas servem de referência aos técnicos que trabalham com o desenvolvimento de ATER em áreas indígenas, pois o anseio social das comunidades indígenas relacionadas a agricultura e pecuária, são diferentes o que requer a construção de novas formas de atuação desses atores, trazendo consigo a responsabilidade de fazer os projetos de acordo com a realidade de cada povo indígena, relacionando assim mais chances de acerto. Contudo, o rompimento desses paradigmas é uma precondição para evitar com que os projetos sejam feitos de cima para baixo e posteriormente não resultam em nada.

Assim, em um panorama geral do contexto da política pública de ATER, podemos afirmar que nem sempre o que é bom para os agricultores familiares é bom para a agricultura dos índios; isto acontece quando a descentralização de recursos já vem de forma engessada, ou quando não há participação dos indígenas no processo de elaboração dos projetos. Então, o que se vê é um monopólio de projetos, investimento em agricultura (aquisição de sementes de arroz, milho, feijão, conserto de máquinas e aquisição de implementos agrícolas, aquisição de óleo diesel) e fraca produção nas aldeias ou quase nada, devido ao não conhecimento da realidade da produção nas aldeias por parte de quem tem o poder de decisão.

Portanto, essa iniciativa é de grande complexidade e determinada, pois rompe com resultados ineficazes das políticas públicas, obtidos pelos governos anteriores. É preciso deixar de lado o caráter de política de abrangência universal, pois o desenho de uma política mais focalizada e descentralizada pode estabelecer e definir as prioridades para cada povo, onde as prioridades são definidas pelos representantes ou pelas organizações indígenas, dando maiores níveis de acertos para a implantação de uma política pública mais adequada e respeitosa da cultura das populações indígenas.

A lei de ATER 12.188/2010 aponta que os indígenas são beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), e define como um dos seus objetivos construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional, o que em outras palavras impõem que os técnicos incorporem, o respeito aos conhecimentos tradicionais indígenas, o que significa que não basta apenas ter a lei no papel, mas também é necessário investir na sua capacitação dos técnicos para que possam colocá-la em prática, visto que essa é a complexa realidade de hoje, a falta de conhecimento das diferenças culturais indígena.

É considerável, que as políticas públicas e as ações para os povos indígenas sejam de caráter diferenciado, em razão do próprio modo de vida dessas populações, onde existem uns mais adeptos ao processo de modernização agrícola, e outras que ainda desenvolvem agricultura nos moldes tradicionais. Nesse sentido, há uma necessidade urgente de sistematizar melhor essas diferenças étnicas, devendo ser respeitado e entendido, tanto pelos técnicos e promotores da extensão rural quanto para os povos indígenas de que a forma e os temas da ATER dependem dos próprios indígenas, de acordo com seus usos, costumes, tradições e, principalmente, projetos de vida. E as metodologias e ações de trabalho devem ser elaboradas de acordo com cada etnia.

Entendemos que esse trabalho de ATER com as populações Indígenas, parte ainda de um processo embrionário, onde não existe uma fórmula necessária para que as organizações de ATER trabalhem respeitando as diferenças étnicas de cada povo, pois o processo tem que ser elaborado a partir de uma constatação endógena onde os indígenas locais sejam os protagonistas.

Ao tratarmos dessas políticas públicas de ATER, de que forma isto está sendo desenvolvido nas aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue, cabe a este pesquisador, concluir, de acordo com as análises das entrevistas, que as políticas públicas relacionadas à ATER, somente há divulgação dos programas pelos técnicos da FUNAI e AGRAER, mas que dificilmente os mesmos retornam às aldeias para concretizar as ações, como é o caso do PRONAF e PNAE, que foram amplamente divulgados em 2010 pelos técnicos, mas que até o presente momento não houve nenhuma ação neste sentido. Esse detalhe etnográfico revela uma persistência de um padrão em que a consulta e a participação indígena operam de forma precária e que persiste uma grande dificuldade de institucionalizar o controle social indígena sobre as políticas que os atingem, como a política de ATER. Assim a ATER é muito promissora e aguardada pelos agricultores e pecuaristas indígenas, visto que os mesmos estão

inseridos num contexto onde os insumos agrícolas e pecuários, são trazidos de fora das aldeias. São poucas as sementes utilizadas que vem da própria aldeia uma das mais conhecida e a semente do maxixe e feijão miúdo em que os agricultores indígenas guardam de formas tradicionais para cultivarem em outras culturas.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira*. Companhia Editora Nacional, Volume I, 2ª. Ed. São Paulo, 1958.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. III, p. 281, 1949.

ALERGONI Leide, Pelaez Victor. *Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?* *Revista de Economia*, v. 33, n. 1 (ano 31), p. 31-53, jan./jun. Editora UFPR. 2007.

ARAÚJO, A., Ricardo Verdum. *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade*. DF: NEAD/ SAF, 2010.

AQUINO, Adriana Maria de, ASSIS, Renato Linhares de (orgs.).

AZANHA, Gilberto. Comentários e observações sobre o desenho preliminar do PDI. mimeo, 1999.

_____. Relatórios de Trabalho, CTI- Centro de Trabalho Indigenista (mimeo), São Paulo - 1986 / 1998. - Relatório GT 553/FUNAI, 2000.

_____. *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Taunay-Ipegue*. In: Processo FUNAI/BSB nº. 0289/85. Brasília, FUNAI. Publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2004, Seção 1, p. 42, 2004b. 13 p.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A História do povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.

BOTELHO FILHO. Fábio Botelho. (Org). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate*. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília. V. n. 17, 2005. 168p.

CARVALHO, Fernanda. *Koxomuneti e Outros Curadores: Xamanismo e Prática de Cura entre os Terena*, Universidade de São Paulo, 1992.

CARVALHO, Edgard de Assis. *As Alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

COLEÇÃO SEMEAR. 4 *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável* - MEXPAR, Brasília, 2007.

CORREA, Simone Rodrigues Pereira. *Identificação dos impactos socioeconômicos resultantes da implantação de políticas públicas na aldeia Limão Verde em Aquidauana-MS*. Aquidauana: Programa de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, 2007. (Dissertação de Mestrado)

DELGADO Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Editora Ícone. 1985.

DINIZ, Edson Soares. *Os Guarani e os Terena da Reserva Indígena Araribá: suas atividades econômicas atuais*. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais (CERU), na Universidade de São Paulo, em setembro de 1976.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1994.

EMBRAPA. *Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável*, Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2005.

FARIA, Lina. Costa, Maria Conceição. *Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford*; - Dados revista de ciências sociais: 49 (1) :159-191, 2006.

FEENBERG, Andrew. *O que é filosofia da tecnologia?* Conferência pronunciada para estudantes universitários de Komaba, Japão, 2003. Ver: http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/132/Feenberg_Filosofia_da_Tecnologia.pdf.> acesso em: 22 de fevereiro de 2010

FERRAZ, Iara. *Observações acerca da produção de pessoas e bens entre as sociedades Tupi do Sudeste do Pará*. Comunicação apresentada no Seminário: A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997.

GARCIA, Adilso de Campos. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. Dourados, MS: UFGD, 2008. 144 f.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad. Otto E. W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LARAIA, Roque de Barros e Roberto da Matta. *Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativista e os Índios no Médio Tocantins*. Coleção Estudos Brasileiros; v. 35. 2ª edição, Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 335 pp.

LEITE Sérgio. *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

LITTLE, Paul E. *Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global*. Revista Tellus, ano 2 n. 3, p. 33-52. Campo Grande – MS, out. 2002.

MARTINE George. GARCIA Ronaldo Coutinho. *Mudanças Tecnológicas e Sociais na agricultura: a panela do povo em tempo de crise*. 1983

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Karl Marx: seleção de textos de José Arthur Giannotti: 2ª edição - São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MERKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIRANDA, Claudionor do Carmo, *Territorialidade e Práticas Agrícolas: Premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, 2006 (Dissertação de Mestrado).

MURA, Fábio. *À Procura Do “Bom Viver: Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*, Vol. I e II - Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA. Roberto Cardoso. *O Processo de Assimilação dos Terena*. Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1960.

OLIVEIRA. Roberto Cardoso. *Urbanização e Tribalismo: A integração dos Índios Terena numa sociedade de classes*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*, 3. ed. Paralelo15; São Paulo: Editora Unesp, 2006. 222 p.

OLIVEIRA, Filho, João Pacheco de. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar/São Paulo: Marco Zero; Brasília DF: MCT/CNPq, 1988.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. & ROCHA FREIRE, C.A. – *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília, SECAD/MEC e UNESCO, 2006. 264 p.

PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil - Uma Abordagem Histórica da Legislação*. Brasília, Outubro, 2008

PORTO Gonçalves, Carlos Walter. *A globalização da natureza e natureza da globalização*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. 4ª Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1982.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do BRASIL*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O Processo Civilizatório*. Editora Vozes, 1978.

ROMANO, Jorge Osvaldo. *Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Seropédica, RJ. EDUR, 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo e Razão e Emoção*. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Hucitec. 1999.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. ; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004.

SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEVILLA Guzman. Eduardo, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, in

SOARES, Mariana de Andrade. *Um novo olhar sobre a Ater indígena no Rio Grande do Sul*. MATER/RS-ASCAR, Porto Alegre, 2008 - 56 p. : il. (Realidade Rural; n. 50)

SOUZA, Cássio Noronha Inglez, Antonio Carlos de Souza Lima, Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, Sondra Wentzel. *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 2007.

SOUZA, Cássio Noronha Inglez. *Atividades Econômicas Sustentáveis: os Desafios da Comercialização de Produtos Indígenas*. Brasília: MMA/PDPI/GIZ, 2011.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45*

STAVENHAGEN, R. *Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. Anuário Antropológico nº 84, RJ, 1985.

STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras, de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998. 250 p.

Documentos analisados

Proposta Pedagógica da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Professor Domingos Marcos - MIHIN, discutida com a comunidade escolar, vigência a partir de 2009 - Aquidauana/MS 2009.

Setor Agrícola 9ª Delegacia Regional de Campo Grande/MS. Avaliações Técnicas Referentes aos Projetos Agrícolas do Exercício – 1979/1980, Produção auferida no referente exercício.

Educação Escolar Indígena. Acadêmica: Micilene Teodoro Ventura, profª Drª Claudete Cameschi de Souza/UFMS/CPAQ. Resumo do Texto integrante do Plano de Trabalho: “Educação escolar indígena: a língua terena e suas nuances”, vinculado ao Projeto de Pesquisa: “A Educação Escolar Indígena: língua, raça, cultura e identidade,” coordenado pela Profª Drª Claudete Cameschi de Souza.

Regimento Interno da FUNAI - Portaria nº 542, de 21 de dezembro de 1993

Relatório de atividades do Serviço de Proteção aos Índios durante o ano de 1954 – Mario F. Simões Editor – Serviço de Proteção aos Índios Rio de Janeiro - 1955

Relatório da oficina de monitoria e avaliação do Programa de Apoio às Atividades Produtivas Agropecuárias em Terras Indígenas –Brasília 26 a 28 de abril de 1999.

Resultado das reuniões comunitárias de diagnostico - Seção de Etnodesenvolvimento/ Coordenação Regional da FUNAI de Campo Grande/MS – Jan/2011

Projeto pró-alimento sustentável – aldeia Bananal – Pin Taunay Município de Aquidauana - Aldeia Bananal junho de 2008

Sítios pesquisados

http://www.educacional.com.br/reportagens/criancasdobrasil/crianca_indigena_educacao_cultura.asp

FUNAI - <http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/>

www.noticias.ms.gov.br

www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Plano%20Safrade%20Agricultura%20Familiar?file_id=4301637

AGRAER – Agencia de Des <http://www.agraer.ms.gov.br/index.php?>

BRASIL. MDA/SAF; *MDA abre seleção de projetos para Ater indígena.* Disponível em www.mda.gov.br/portal/index/show

http://museudoindio.org.br/template_01/default.asp?ID_S=33&ID_M=114- acessado em 19.06.2011

Fonte: http://www.aquidauananews.com/index.php?action=news_view&news_id=178555 acessado em, 12/07/11

Fonte site FUNAI. <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 02.06.11

www.faser.org.br/anexos/DocumentoSeminarioATER.doc - DOCUMENTO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE ATER acessado em 27.06.11

http://www.funai.gov.br/ultimas/boletins/boletins_2006/pdf/sep12pp-innorma.PDF, acessado em 12.04.2012

<http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-educacao-dirigida.jsp> acessado em 28.05.2012

Paiva e Mattei Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/6339/4638> acessado em 25.05.2012